

Joaquim Azevedo

**Quem não espera,
desespera.**

Porto, 2013





Joaquim Azevedo

Quem não espera, desespera.

Ensaio sobre a esperança e sobre
uma renovação cultural inadiável.

(especialmente destinado aos jovens).

VIVA! A ÁGUA ESTÁ BOA?

P. 09

NOTA DE ABERTURA

P. 11

SHETANI:

há um carro desgovernado
que vai contra uma parede

P. 13

**OS MITOS: ESTAMOS DENTRO DELES
E NÃO OS VEMOS!**

P. 18

o Portugal de hoje em treze mitos.

ESTE É UM TEMPO DE MUITA SEDE

P.61

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

P. 81

Caminhar no escuro, ao luar, conversar uns com os outros, talvez seja a única alternativa ao baixar os braços, ao ficar sentado no sofá, ao cinismo ou ao nosso definhamento comum. Há um carro desgovernado que vai contra uma parede! Aqui e lá por fora. Não vale a pena dizer que não, vale mais pensar: que é que podemos fazer e para quê? Que é que estamos disponíveis para fazer de concreto, uns com os outros? Ou então: em que é que acreditamos? Que é que esperamos? Que vamos fazer?

Está escuro, eu sei, vê-se mal, bastante mal... mas em nós humanos o assombro não morre, a esperança não seca, afinal estamos de viagem, sempre!

Hoje, em Portugal e na Europa, somos convidados a recomeçar!

O problema é este: se ainda não sabes como, é isso, Recomeça.

Notas para pensarmos em como percorrer esta crise, uns com os outros, mais desenganados e esperançados, e para sairmos dela porventura reconfigurados.

Viva! A água está boa?

David Foster Wallace, em Maio de 2005 – conta Nuccio Ordine – enquanto discursava aos estudantes do Kenyon College, contou-lhes esta história:

– É a história de dois jovens peixes que nadam e se cruzam com um peixe mais velho que lhes faz um sinal com a cabeça e lhes diz: “Viva, rapazes, a água está boa?”. Os dois jovens peixes continuam a nadar e depois um olha para o outro e diz. “ Tu sabes o que é isso da água?”.

E o autor dá a chave de leitura da cena: “As realidades mais evidentes, as mais omnipresentes e as mais importantes, são muitas vezes as mais difíceis de ver e de exprimir.”



NOTA DE ABERTURA

Este texto não é sobre economia, é sobre cultura e sobre política; ele surge como o meu modo de entrar por esta crise dentro e procurar sacudir algum do pó que ela encerra, correndo o risco, é certo, de ficar envolto na poeira que levanto. É a vida! Mas, recuso esta morte, que tresanda à paz podre em que vivemos, cansados de tanto ruído e de tantos números e gráficos, onde não estão inscritos nem as nossas mãos, nem os nossos olhos, nem o nosso rosto, nem as nossas instituições. A crise económica que vivemos, se não vier a ser uma crise-oportunidade política, vai ser uma grande oportunidade cultural perdida. Não quero fugir do ruído ensurdecedor que nos envolve, não quero fugir do interior da história, deste tempo e lugar em que vivemos. É aqui dentro e só aqui que se decide o essencial.

Estou cansado da negatividade com que os media nos ensinam a olhar o mundo e da leviandade com que nos ensinam a olhar a vida. Este meu gesto corresponde a uma partilha pessoal que coloco no espaço público, tendo como objetivo contribuir para refletirmos, sobretudo os mais jovens, os mais desencantados e cansados, sobre estes tempos maravilhosos em que nos foi dado viver. É um exercício de responsabilidade, não é um manifesto nem um programa de ação.

Temos desmesuradamente de fazer crescer o espírito crítico sobre os dias que vivemos, para irmos focando alguns caminhos de renovada esperança, para os irmos lentamente trilhando, com os nossos pés e o nosso rosto único. Este é um convite a que participes, a que tires as mãos dos bolsos e as dês a quem está à tua volta; um convite a que, por um lado, desistas de um passado de que é preciso fazer o luto e a que, por outro, não desistas mesmo de participar na construção de dias melhores, na tua comunidade; para fazer o bem não precisas de pedir licença a ninguém, apenas precisas dos outros se o queres fazer bem feito.

Sou convidado para animar muitas conversas com grupos de pessoas, sobretudo jovens, ao longo do país, o que é uma felicidade. Mas, como cada vez me dão menos tempo para apresentar o pensamento e o debater com outros (a ditadura da urgência!), tenho a crescente necessidade de (não ir...) deixar a quem me ouve a referência para um texto de respiração menos ofegante e mais tranquilo, apoiando assim o prosseguimento da reflexão. Com os mais novos, jovens do ensino secundário e da universidade, sinto um imenso gosto em partilhar uma visão crítica sobre os tempos que vivemos. É sobretudo para eles que escrevo estas páginas. Daí a organização do texto e a formulação ritmada de perguntas, como que estações de comboio, momentos de paragem, onde se pode sair, apagar ar, ver as paisagens mais largas e mais íntimas e conhecer novas coisas, antes de regressar e seguir viagem.

Importa dizer ainda que qualquer caracterização generalista de uma época é sempre apressada; há grupos sociais muito diversos, o nosso país apresenta desigualdades sociais gritantes, há situações geográficas e ambientes culturais bastante diferentes, compreensões muito díspares acerca da realidade social e política. Por isso, recomendo sempre cautela na aplicação indiscriminada desta minha proposta de leitura da realidade em que estamos mergulhados.

Espero que seja um instrumento com alguma utilidade. Estou disponível para esclarecer, aprofundar e ouvir, em jazevedo@porto.ucp.pt

Joaquim Azevedo, Porto,
Dezembro de 2013 (versão 14).

SHETANI: *há um carro desgovernado que vai contra uma parede.*

Em “A confissão da Leoa”, de Mia Couto, descreve o que se passa na comunidade de Kulumani, administrada por Florindo Makwala. O autor relata:

O administrador é mais explícito: há na aldeia uma serpente que circula pelo silêncio dos tetos e pela lonjura dos caminhos. Essa peçonhenta criatura procura as pessoas felizes para as morder e as envenenar, sem que elas se apercebam nunca. Esta é a razão porque, em Kulumani, todos padecem da mesma infelicidade. Todos têm medo, medo da vida, medo dos amores, medo até dos amigos. Uns chamam a esse monstro de “diabo”. Outros chamam-no de shetani. A maior parte, porém, chamam-no de “serpente coxa”.

O escritor interrompe a longa narrativa:

-Desculpe, meu caro administrador, mas para mim essa serpente somos nós mesmos.

“Este é um tempo dos diabos!”. Há um carro desgovernado que vai contra uma parede e... vai mesmo! Temos essa sensação, particularmente em Portugal, embora não

saibamos descrever muitos pormenores articulados, nem calcular bem nem o quando nem o como. Vai, está a ir e nada parece detê-lo, isso é o que pressentimos.

Talvez o melhor seja memo parar para pensar, enquanto o carro desgovernado ainda vai. Porque os estilhaços do embate vão ser muitos, alguns já andam no ar, vão ser à escala europeia e planetária e vão envolver não só as grandes empresas multinacionais, mas também as nações e todos os seres humanos, mobilizando tantos desempregados e tantos jovens frustrados, afetando gravemente os mais pobres e todos os desprotegidos, ainda que menos pobres. De graça e des-graça é composto este tempo, um tempo de grande transição cultural, a primeira que se vive em direto à escala planetária, com uma sociedade bastante mais informada que outrora, com níveis espantosos de acesso ao conhecimento, onde a democracia representativa se corrói e onde os media, para o bem e para o mal, ocupam e ocuparão um lugar central e desmesurado no espaço público.

O risco entrou nos nossos dias e configura-os vincadamente. U. Beck já o tinha há muito antevisto (em 1986, com toda a análise do efeito *boomerang* que os riscos promovem, gerando estilhaços sociais desiguais, pois “a miséria é hierárquica, o *smog* é democrático”). Não mais voltaremos para trás. O carro lá vai, desgovernado; esta crise e este risco agora redescobertos, na segunda década do século XXI, são apenas mais um passo nesse galope. O ambiente geral, particularmente em Portugal, é de decepção, de desconfiança e de medo.

Não há mesmo nada a fazer? Teremos mesmo de fazer como o bicho de conta, enrolar e esperar que passe?

Não vale a pena, desta vez não vai passar. A minha perspectiva é a de que vale a pena enfrentar esta realidade tal qual é e não como outros querem que a vejamos e sintamos. Precisamos de percorrer o caminho da subida até ao real, em cada localidade, até bem dentro da trama

da humana labuta, que é o caminho do desengano, da desocultação, pois só desenganados mergulharemos no mundo real que nos rodeia e só aí mergulhados é que nos desenganarmos vitalmente e afirmaremos realmente a nossa liberdade.

Sophia de Mello Breyner dizia, em 1950, em "Coral", muito do sentimento que hoje ecoa em nós:

“Numa disciplina constante procuro a lei da liberdade medindo o equilíbrio dos meus passos.

Mas as coisas têm máscaras e véus com que me enganam, e, quando eu um momento espantada me esqueço, a força perversa das coisas ata-me os braços e atira-me, prisioneira de ninguém mas só de laços, para o vazio horror das voltas do caminho.”



Vivemos um tempo surpreendente! O tempo da crise, aquele em que o sol bate de frente e os fios da teia surgem vivos diante dos nossos olhos. É um tempo negro em que, paradoxalmente, se pode ver muito mais claro. Um tempo muito duro e difícil para muitos; mas, até nessa rudeza injusta, nesse abandono indigno, nessa luz que cega, há uma voz que fala. Um chamamento ao que é o mais importante, ao essencial, ao retorno ao fio do que nos sustenta realmente e não apenas aparentemente. Construímos em dois séculos um castelo de cartão, cheio de luzes e movimento, um carrossel de imperativos e de necessidades, a maioria das vezes sem qualquer encontro, sem qualquer fala, sem qualquer escuta: o que é que o outro quer? Onde é que ele está? De que é que realmente precisa? Não, pensamos que já tudo está dito e sabido. O progresso!

Escutemos, desliguemos a nossa música, fechemos o livro da nossa retórica, façamos silêncio e ouçamos. Muitas horas e dias. Ouçamos. É preciso que as pessoas tenham tempo para se exprimir, na sua linguagem própria e não naquela em que queremos ouvi-los a falar, sobretudo aqueles que se encontram em situações de maior vulnerabilidade. Eles são o fio-de-prumo. Em algumas áreas é quase necessário recomeçar. O que há em excesso neste ciclo de vida comum, que está a levar-nos à loucura, são os fugitivos ao pelotão. Iluminados, resplandecentes, carregados de soluções, mesmo para os problemas que já ou ainda não existem. Somos uma sociedade de fugitivos ao pelotão, em que os mais fracos e pobres ficaram para trás – e tudo fizemos para que ficassem, mesmo sem estarmos porventura a dar por isso. Hoje, alimentamos o seu atraso. Esta crise, a radicalidade desta crise, não é mais uma pequena curva de um ciclo económico. Para e olha para o fio que está

diante dos teus olhos. Que vês?
Estamos nas mãos de curandeiros e adivinhos, vestidos com a pele de investidores, dirigentes de multinacionais, economistas e promotores do desenvolvimento social e urbano. Isto vai acabar mal e parece mesmo que a história nada garante. O passado não nos ensina mesmo nada! Só o sol a bater de frente!

(texto que escrevi para um blogue, em 2010)



Quando a Universidade do Porto comemorou cem anos, o Professor Eduardo Lourenço, que fez a “oração de sapiência” da abertura do ano letivo, dizia que infelizmente “a história nada nos garante”. E confessava (cito de cor), no fim, já em pequeno grupo, naquela voz acre e fina de alguém profundamente desiludido com tanta ilusão, que “o passado não nos ensina mesmo nada... estamos sempre e recomeçar tudo e sem aprender com os erros cometidos”. Tarkowsky (1932-1986) terá dito que “a arte não pode ensinar nada a ninguém, porque, em milhares de anos, a humanidade não aprendeu absolutamente nada”. Apontamentos que nos convocam (pro-vocam) à real realidade dos incessantes e desgastantes recomeços. Ah, como Sísifo nos convoca, desorienta e provoca!

Porém, como sabemos, os riscos são também oportunidades, novas chamadas de atenção, sinais de que há esgotamentos que mirram o ser humano e endeusam as coisas, alertas sobre caminhos a não percorrer mais e até sobre caminhos a inverter. Mas o que hoje surge com mais veemência diante dos nossos olhos, em Portugal, são os sinais de uma grave crise (dita) económica e muitos sinais: o desemprego que cresce loucamente sem controlo, a recessão que se instala sem prazo de saída, a economia que segue um rumo aparentemente descontrolado; a queda das macronarrativas securitárias e englobantes, a falência de muitas ilusões transportadas seja pelo “Estado Social” seja pelo messianismo global neoliberal e oco; o agravamento da pobreza, a brutal fragmentação social, o aumento do risco social, seja pela delapidação dos recursos naturais e pela insustentabilidade da Terra seja pelo fechamento dos grupos sociais sobre si mesmos; o consumismo e materialismo arreigados como modos de vida cada vez mais tidos por únicos; a imediatiz e a urgência proclamados como os modos de viver o quotidiano; a falta de dinheiro para financiar a economia concreta, os jovens talentosos, o regresso à terra e

tudo o que podemos fazer de novo; o controlo da economia e dos mercados por especuladores sem rosto, que se escondem sob a convivência de muitos dirigentes políticos e que manipulam atrocemente países, grupos e pessoas; um individualismo galopante, a par de muita solidariedade ativa, mas remetida para o nível micro. Temos alguma dificuldade em saber o que realmente se passa, apesar de pensarmos que sabemos tudo (e mais alguma coisa) acerca do que se passa.

A atual crise financeira e económica, essa de que tanto se fala, para a esconjurarmos e para a irmos esquecendo mais depressa, corroendo até as palavras que a dizem, é apenas a ponta de um *iceberg* poderoso ou o último andamento de uma sinfonia trágica, sinfonia essa que, apesar de nela participarmos, não ouvimos ou fazemos de conta que não ouvimos, mesmo nos seus acordos mais arrebatadores (por vezes os gritos mais lancinantes). As macronarrativas insegurárias e excludentes parece terem agora substituído as anteriores, vividas agora num caldo cultural onde abunda a decepção, o medo e se semeia permanentemente a desconfiança (recorde-se o que ocorreu com a gripe das aves, a gripe A ou a bactéria E.coli).

Marc Augé acaba de nos alertar para “Os novos medos”, num livro de 2013. Medos que se agigantam, medos com os quais é difícil viver e saber viver, medos pesados, do futuro, do presente e do outro. Agiganta-se o medo dos outros, dos diferentes e até dos iguais. O equilíbrio das sociedades humanas está ameaçado porque existe um mal-estar generalizado. Os governos e os seus aparatos tecnológicos transformam-se em “administradores do medo” (P.Virilio) e os governados em pessoas com medo, fechadas sobre si mesmas, isoladas, cada vez menos disponíveis para criar relação. O espaço público atrofia-se. O presente toma conta de tudo e nós deixamo-nos encarcerar dentro dele, por medo e como fuga; que engano

ledo e cego este “presentinho”!

Num dos momentos em que procedia a uma das revisões deste texto, surgiram as notícias de que foi “descoberto” um casal, no interior do país, em que o homem há quarenta anos que escravizava selvaticamente a sua mulher. Nos dias seguintes os jornais encheram-se de depoimentos de vizinhos e de familiares dizendo que há muito que sabiam o que se passava; a mulher gritava desesperada e a vizinhança ouvia os seus gritos e sabiam o porquê. Mas não sabiam que a situação era tão desesperada, como agora se descobria...

Foi também há quarenta anos (1973-75) que o mundo ocidental mudou, com indicadores claros de que os “trinta gloriosos” tinham chegado ao seu termo (primeiras “crises do petróleo”); nos anos oitenta e noventa isso foi ficando muito evidente: vieram os “trinta dolorosos” e passados estes, nunca mais deixaram de se somar evidências de um descalabro económico global, que tinha raízes profundas no modelo cultural e de valores, esse sim, em estilização. Mas ainda hoje, todos estamos a ver e a ouvir, mas quase ninguém quer realmente saber. Fazemos umas denúncias à GNR, qualquer que ela seja, e mais nada, lavamos as mãos, como Pilatos (“o que é a verdade?”), enquanto os gritos ecoam e entram pela nossa casa dentro, agora já mediatizados, ou seja, feitos plástico ou *bits*.

Não será a mera “indignação” sobretudo uma manifestação do medo que nos consome os dias e as horas e nos rouba até o presente, confiscado que está o futuro?

Que momento é este em que vivemos? Vemos, ouvimos e lemos, sabemos e podemos fazer diferente e melhor, mas fazemos de conta, não agimos, adiamos. Porque é que tanta estupidez se apoderou da sociedade (e não apenas dos decisores políticos)? Será sobretudo estupidez ou sobretudo medo? Estaremos no clímax de um processo civilizacional ocidental, ou seja, no momento

que geralmente coincide com o primeiro andamento do seu próprio declínio? Veremos! Fazer de conta, como princípio estruturante da nossa vida em comum, tão ensimesmados andamos (individualizados) e tão adormecidos no consumo permanentemente desafiante, não me parece ser o caminho para nada de bom para o ser humano. Recusando a hipocrisia, o faz de conta que não sei, que não temo o outro, que não me sinto inseguro, que não hesito, que não desconfio, que não está escuro, que não me angustio, que não há um antes e um pós-2008, que não acordo assustado e...que não posso agir.

De facto, retomando a história de Wallace, vivemos demasiado metidos dentro da água e não a conhecemos, perdemos até a noção de que existe água à nossa volta e naturalizamos um mundo que, em boa medida, nos faz escravos e nos leva a trilhar um caminho que nem sequer tem a ver com o que realmente perfilhamos nem com o que de melhor já mora no nosso coração. As naturalizações são, em grande medida, neutralizações, como que doenças que corroem a nossa liberdade de pensar e agir e que nos matam como seres portadores de autoria, a nossa identidade e a nossa liberdade. Matamos até o desejo de uma vida melhor, em nome de um consumo fácil e frenético. Trocamos o desejo de um futuro, pelo desfrute de um presente “sem espessura”, como diz Paul Valadier.

Preocupam-me os mais jovens, os filhos e os netos, não porque todos temos de constatar que desconhecemos o que seja o futuro, mas porque a sua capacidade de distanciamento crítico em relação ao presente se está a esbater e até a mirrar dramaticamente. Quando sou convidado para dialogar com adolescentes e jovens em escolas ou em movimentos e grupos juvenis, pressinto que faltam alguns elementos-âncora (porquê?) que permitam às novas gerações pensarem criticamente para construir, livre e apaixonadamente, o mundo em que querem

viver. Nem que seja para, pensando criticamente, os deitarem fora e elaborarem novos referenciais. Quando em encontro com adultos a situação não é muito diferente... por vezes é bem mais dramático o engano em que aceitamos viver.

Renascer é preciso, para percorrermos com desejo, garra e persistência um caminho diferente, com um rosto alegre e humano, mas só será alegre se for de e para todos os humanos, sem exceção.

Proponho esta reflexão breve, descrevendo primeiramente um conjunto de mitos da cultura atualmente dominante, que nos enredam e fecham dentro de um labirinto. Mas só aparentemente nos fecham, porque na realidade também abrem. Um conjunto de mitos que se foram desenvolvendo, desde o Séc. XVIII, tendo-se interiorizado e enraizado muito durante o Séc. XX, esse século louco, que tão impressionantes traços deixou desenhados seja nas folhas da guerra e da injustiça seja nas folhas da liberdade e dos “direitos humanos”! Falarei brevemente de alguns deles. Com esta singela descrição quero deixar entreabertas várias interrogações (parapeitos de janelas) que são também perspetivas políticas prospectivas. Termino o texto propondo alguns caminhos em torno de uma nova cultura da vida em comum.

Este presente, aparentemente tão negativo, sombrio e carregado de um futuro imprevisível, esta história que hoje vivemos, que hoje fazemos, as mais das vezes impotentes e medrosos, está igualmente carregada de ações, situações, dinâmicas, vidas e projetos que, quase em segredo, longe dos media e dos telejornais, vão operando um presente e um futuro cheios de bondade, de desejo de paz, de coragem na luta pela justiça, que transbordam beleza e humanidade. De modo muito discreto, em sussurro, há um outro país e uma outra gente, de que quase ninguém fala e que quase ninguém ouve, que ilumina o nosso presente e lhe abre novas possibilidades de futuro.

ro, na justiça e na fraternidade. Há muito mais razões para termos esperança do que aquilo que somos capazes de ver, ouvir e entender. Percorro muitas vezes o nosso país e encontro, para lá do que todos já sabemos, inúmeros motivos para retemperar a minha alegria e a esperança.

Advirto para duas situações: (i) reconheço as grandes fragilidades de falar em jovens e juventude, em portugueses e em Portugal, em termos gerais e abstratos, categorias que não existem, na realidade, pois esta é composta por segmentos muito diversos, com problemáticas e preocupações muito diferenciadas, que evoluem a diferentes ritmos, com uma consciência muito diversificada acerca do que aqui refiro como suas características; não pretendo, com este recurso ao geral obnubilar esta realidade, mas reconheço que me é mais fácil construir um discurso que parte dos diálogos que vou mantendo e das questões que me são levantadas; (ii) pretendo provocar (pro-vocare, chamar à atenção para) a reflexão, nada mais. Precisamos de pessoas cada vez mais críticas e aptas a pensar e a decidir com autonomia e liberdade.

(o modo de descrição dos mitos, uma opção de estilo, quer servir de apoio a uma reflexão em comum, no espaço público, em pequeno ou em grande grupo; nela procuro dar conta de processos sociais que nos enredam e, ao mesmo tempo, de processos sociais que nos podem eventualmente desenredar; não sendo este um texto académico, vou referindo alguns autores, cujas obras principais recomendo no final do texto; afinal eu quero mesmo provocar a reflexão crítica)

OS MITOS: ESTAMOS DENTRO DELES E NÃO OS VEMOS!

O Portugal de hoje em treze mitos.

[1]

O MITO DA EXPANSÃO ILIMITADA

O mito da expansão ilimitada seja da economia, seja da exploração da Terra e dos seus recursos. Após a II Grande Guerra, talvez seja este o mito cultural mais enraizado na população da Europa. O dinheiro do Plano Marshal (dos EUA) e os trinta anos de sucessivo crescimento da economia (até às crises do petróleo, de meados dos anos setenta) geraram nos cidadãos das sociedades europeias a ideia de que o emprego e o consumo se expandiriam sempre, que haveria recursos sempre e crescentemente disponíveis para o Estado gastar, via administração pública, e de que este modelo não teria mais um travão. Mesmo depois da crise dos anos setenta do Séc. xx, sempre se foi escondendo a fragilidade crescente dos pressupostos que geraram tanto consumo, seja individual seja coletivo.

Sem o mesmo modelo de crescimento económico,

nunca mais seria possível manter o mesmo tipo de vida; mas não, esta premissa muito raramente esteve sobre a mesa. Além disso, o próprio modelo de crescimento era altamente lesivo da capacidade do globo terrestre se preservar e da vida se perpetuar, num ambiente sustentável. Fez-se de conta e, nos trinta anos seguintes (1975-2005), seguiu-se em frente e, lentamente,... um carro relativamente governado foi-se desgovernando (não, esta crise não começou ontem! Eclodiu ontem, em 2008, isso sim, pelas mãos de gente sem escrúpulos, aqui, em Portugal, e na cena internacional!).

A incidência cultural desta crença é muito mais vasta do que se pode, por vezes, pensar. José Mattoso diz que “a crença no progresso constante foi um engano porque pressupõe a superação do tempo e a supressão da liberdade. Com efeito, o tempo traz consigo o envelhecimento e a morte. E a liberdade tem como contrapartida a possibilidade de escolher o bem, mas também a violência, a opressão e a crueldade. Ora o homem não pode viver sem tempo e sem liberdade. Tem de morrer para dar lugar a outros homens. Tem de conquistar a sua dignidade de forma livre e consciente.”

O nosso país, desgraçadamente perdido e por demasiado tempo, na Europa e no mundo, fechado sobre o seu “orgulhosamente só”, no seu período tardio de decompressão, em democracia e liberdade, no pós-25 de Abril de 1974, portanto já em cima de um ciclo de crises económicas sucessivas, ainda mais foi sendo atacado por uma tentativa fantasiosa de viver o estilo de vida típico dos “trinta gloriosos” e da ideologia utópica do crescimento e do progresso (e este foi o clima em que trabalhámos, constituímos família e educámos os nossos filhos!).

Ao mesmo tempo delapidámos muitos dos recursos naturais de que dispúnhamos, destruámos florestas, inquinámos rios, desfizemos orlas marítimas, aldeias inteiras ficaram sem vida humana e a natureza

sem o humano cuidado e criámos um modelo de vida que continua a tornar-se ecologicamente insustentável. A biosfera degradou-se e os meios rurais foram sendo desprotegidos e muito abandonados. Nas cidades em crescimento, com enormes desigualdades sociais e cheias com torrentes de fluxos migratórios, optámos por criar ilhas ou silos sociais, desenhando-as como derrotas, à partida, em termos da possibilidade e da necessidade de cruzarmos as fronteiras do diferente e do desigual. Fechamos grupos sociais em bairros sociais sem atravessamentos e sem saída. Décadas mais tarde, seguindo o mesmo conceito, desenvolvemos os condomínios fechados. Nas cidades, criámos verdadeiros infernos terrestres, agora que os outros, os imaginados, vão desaparecendo do horizonte cultural. Em 2013, no Porto até já começámos, como em outras partes do mundo, a implodir-los, porque aos infernos é impossível reformá-los.

Falhámos em boa medida a construção de um país mais justo e sustentável, mesmo que façamos, e bem, o rol das conquistas feitas: são várias e muito importantes, como sejam a liberdade pessoal, de organização e de opinião, um Estado de direito e uma sociedade democrática e aberta, um serviço nacional de saúde aberto a cada cidadão, uma educação escolar acessível a todos, liberdades pessoais e garantias sociais muito mais claras para todos, para citar só as mais importantes. Mas, sabemos com que custos o fizemos e com que custos o queremos continuar a fazer? É esta realidade (“crise”) que agora vivemos, realidade que desnuda o caminho que seguimos e nos deve ajudar a melhor olhar para ele, com olhos de ver, fora do quadro fantasioso que coletivamente gerámos. Como a atual situação do país revela, desde 1974 que gastámos todos os anos o que não ganhámos, ou seja, a riqueza que não gerámos. Na hora da cobrança das dívidas, são os pobres que mais sofrem com tanta fantasia edificada, muita dela feita em seu nome e em

nome de uma igualdade falaciosa.

Investimos o que não tínhamos, gastámos o que não podíamos pagar, somos um país pequeno e pobre de recursos, temos de ser muito mais realistas acerca do que realmente somos. Mudar de rumo é um dado concreto e intransponível, mas muitos tentam escapar por entre o “desastre” e passar adiante. Os dirigentes políticas atuais, governos e oposições, estão a procurar empurrar para a frente os principais problemas de Portugal, dedicando pouco tempo e pouca inteligência ao balanço acerca do que se passa. A jovem geração não deve, a meu ver, alinhar neste caminho. Se o fizer, por seguidismo e falta de exigência para consigo própria, o país cairá nos mesmos erros dentro de quinze ou vinte anos, tendo esta crise servido apenas para atualizar as desigualdades sociais e para cristalizar de novo as injustiças.

Se, no pós-2008, fica mais claro o que resultou e o que não resultou, o que é possível manter e aquilo a que não podemos dar continuidade, se estamos disponíveis para aprender com os erros cometidos, seria bom colocar isso em papel, fazer as respetivas listagens de ganhos e perdas, de fraquezas e forças, e refletir sobre o que realmente se passou, em termos de processos e em termos de resultados.

Porque não dedicamos mais tempo a fazer este balanço? Valerá bem a pena que as jovens gerações conduzam uma avaliação deste tipo, com a ajuda dos mais velhos e mais capazes de se distanciarem de visões pequeninas de “capela”. E, logo de seguida, pensar sobre as prioridades que queremos agora estabelecer: qual a nova hierarquia de prioridades? Onde queremos chegar, assegurando a nossa sustentabilidade? Com que processos sociais e com que recursos é que lhes vamos dar

a hierarquia que redefinimos? Por quanto tempo?

Este exercício é particularmente importante para os mais jovens, que precisam de trabalhar o presente e olhar o futuro com o luto feito sobre um passado a que não deveriam querer mesmo regressar. A pressa e a urgência (que nem se percebe de onde vem) roubam sempre o lugar do que é importante e isso, além de ser estúpido, não tem como ter de ser assim.

Vivemos um tempo em que não só a economia não cresce, para além dos mínimos, como o modelo que a suporta apresenta evidentes fragilidades, as desigualdades são imensas e as injustiças crescem com o medo e a desconfiança mina as relações sociais; vivemos uma hora em que temos de fazer o balanço não só da sua funcionalidade do modelo dominante, como da justiça e da igualdade de oportunidades (das injustiças e das desigualdades) geradas, e de promover um presente com mais justiça e fraternidade.

As representações que fazemos da realidade não são a realidade e cada vez mais, por força da ação dos media, essas representações afastam-se do que realmente acontece (como anotarei melhor adiante). São sempre pessoas que estão em causa, e pessoas concretas, qualquer que seja a volta fantasiosa que quisermos vir a dar.

Queremos olhar para elas, para a sua dignidade, estar com elas, crescer com elas, fazer com que elas criem para si mesmas, em comum, sustentadamente, um futuro melhor? Então vamos a isso, esta democracia representativa e este modo de vida em comum já não nos servem!

A expansão económica tem limites, isso é hoje mui-

to claro. O desenvolvimento social tem de seguir outro caminho, com outros referenciais e isso tem de constituir uma prioridade cultural! A verdade é que não são tão claros os modos de limitar o crescimento e, sobretudo, os modos de estabelecer outras regras de vida em comum, afastadas do mito do crescimento económico, contínuo e ilimitado, e da concomitante geração das desigualdades sociais (crescer porquê e para quê?). As novas gerações têm que procurar e percorrer outros caminhos, contexto a contexto, comunidade a comunidade, município a município, região a região. Não vale a pena (seria o pior cenário) quereremos mudar tudo por cima e de cima para baixo, seja porque nunca tal será permitido pelos atuais grupos e interesses instalados no país, seja porque, desse modo, só há um modelo instituído para o fazermos, a saber, o de “cavalgarmos” sobre o Estado e sobre a sua autoridade, continuando a impor ao país e às suas gentes um modo de vida importado de uma “boa prática” qualquer e que nunca por elas foi debatido ou desejado.

Diversos atores dominantes revelam um “carácter não social” no seu modo de agir, quer no campo do capitalismo financeiro quer no campo da direção política, campo este por aquele outro capturado. As categorias morais e éticas, como diz A. Touraine, desligaram-se das categorias económicas e políticas. Os capitais que estavam disponíveis para o investimento e para o crédito - de que tanto carecemos hoje - foram sendo desviados para a especulação financeira, sem finalidade económica, tendo o capital financeiro como única prioridade produzir mais capital para aplicar na especulação financeira, reduzindo a escombros muito do capitalismo industrial; assim, os recursos disponíveis já não são aplicados em função da sua utilidade social e política, pois os valores e a cultura económica das pessoas (incluindo empresários e empreendedores) e das instituições deixam de ter voz na sua aplicação. A cultura económica baseada na

solidariedade e na confiança, nas redes de entreatjada, aquela que os portugueses tanto valorizam, que é feita dela? Não terá futuro ou é a única a ter futuro e a única que nos terá no futuro.

[2]

O MITO DA COMPLEXIDADE SOCIAL

O mito da complexidade social diz-nos que hoje é tudo muito difícil de entender, muito tecnológico, que tudo é de concepção e de percepção muito difíceis, com uma complexidade científico-tecnológica nunca antes vista, ou seja, o que nos rodeia é-nos divulgado como sendo inacessível, logo indiscutível, logo reservado ao espaço privado e a uma elite política, afinal, como veremos adiante, a que detém o poder económico e sociocultural.

Este mito, complementar do anterior, está tão entranhado em nós, como é próprio dos mitos, que repetimos isto à exaustão, ou seja, dizemos aquilo que querem que repitamos, sem pensar no que realmente dizemos. Mas de que complexidade é que falamos? Mas há algo de efetivamente complexo acerca da existência do ser humano sobre a Terra? O que é que os objetos técnicos trouxeram de mais complexo do que sabermos quem somos, para que vivemos, quem podemos vir a ser, porque queremos o que queremos, o que alimenta os nossos desejos, onde devemos cen-trar o alicerce da vida? A técnica (que apelidamos de tecnologia, colocando o logos onde ele não devia entrar, fazendo de conta...) de pouco vale

e pouco pode.

De facto, desenvolvemos tanto a técnica que tudo parece excessivamente complexo. Agora, até já é possível produzir “vida sintética”, outro “homem” tecnológico e manipulável: sim, estamos no limiar de um novo tempo. Cientistas trabalham em todo o mundo, dia e noite, para vencer a morte e ultrapassar este ser humano único e irrepitível e, por isso, demasiado “complexo”. Já nos dizem que estamos a entrar numa nova era, a do “tempo pós-humano”.

Na verdade, podemos ainda constatar, desenvolvemos tanto a economia capitalista que pensamos que ela hoje segue um rumo incontável e que, portanto, esse mesmo rumo já não nos diz respeito. Na política, apesar de tudo, lutámos e continuamos a lutar pela liberdade e pela dignidade humanas; mas na economia aceitamos que as regras se baseiem numa teoria do incentivo (trabalho-salário) que menoriza o ser humano e apenas o normaliza, o controla e disciplina e o instrumentaliza, deixando de lado a nossa intrínseca multidimensionalidade. Entretanto, o valor das relações reduziu-se ao cálculo custos-benefícios, o poder de regulação fica de um lado e do outro o poder de execução e de obediência, sem reciprocidade entre iguais, e a complexidade antropológica e espiritual da pessoa é devastada pela redução da relação à métrica monetária, condenando as organizações laborais a organizações humanas liofilizadas, porque sem “biodiversidade, gratuidade, criatividade, superabundância e liberdade” (L. Brunì). Mas nada disto tem por que ser assim, como bem intuimos, cada um de nós, nas nossas empresas e outras demais organizações, desde logo no nosso próprio modo de avaliar a nossa vida de trabalho e de exercício profissional.

E dizemos para nós e repetimos entre nós: não vale a pena interrogar o que se passa, é tudo tão complexo! No entanto, as questões que temos de colocar dian-

te de tudo isto são muito simples. E são sempre as mesmas, pois são as que rodeiam e definem o ser humano, um ser que nasce na relação e para a relação, que é fonte de dignidade e de liberdade, que é dom. Parece que ainda não percebemos que o principal empecilho que nos é imposto à compreensão do mundo e das coisas é o próprio ser humano, na sua bondade, beleza e crueldade, esse empecilho que a tecnocracia nos quer tirar da frente, de uma vez, eliminando a sua excessiva heterogeneidade e mistério, porque... o empecilho são as crianças, umas chatas, os desempregados, uns revoltados, os pobres, uns coitados, os velhos, pois bem podiam ir-se de vez, o verdadeiro empecilho é este ser humano que hoje somos. O “fim da história” chegará quando eliminarmos este último e grande empecilho. E a técnica, reduzida a si mesma e à produção de benefícios financeiros e de poder de dominação, é uma boa aliada para lá chegarmos, devagar, com pezinhos de lã, sem darmos conta do que nos está a acontecer. A liberdade tem essa cara: é-nos dada as mais das vezes aos tiros e é-nos retirada com cócegas nos pés e com salários necessários.

Seremos cada vez mais escravos. Com a preciosa ajuda, é claro, da hiperespecialização técnico-científica que, como diz E. Morin, “substitui a antiga ignorância por uma nova cegueira”.

Todavia, nada do que é complexo à sociedade, ao nosso viver em comum, é alheio ao ser humano. Ensinam-nos erradamente a tomar tudo isto que se refere “à ciência e à técnica” como algo que está fora do nosso alcance. Mas, assim, estamos a correr o risco de só falarmos abertamente acerca do que se passa entre nós depois dos desastres acontecerem. Já foi assim com Chernobyl, com as bombas que caíram sobre Hiroshima e Nagasaki. Está a ser assim com o flagelo do desemprego na Europa.

Está a ser assim com a investigação do mundo “pós-humano” e será assim quando houver entre nós, em vez

dos seres humanos, os “seres” humano-sintéticos, os robots imaculados e há muito desejados, pois esses sim, serão finalmente os paladinos da produtividade e da competitividade (os dois “novos” referenciais culturais que governam quem governa atualmente o mundo). Este tal novo mundo “pós-humano” (de que falaremos mais adiante), é apresentado como inquestionável, uma vez que é fruto da investigação científica mais avançada e das evoluções técnicas mais sofisticadas, como se isso correspondesse automaticamente a boas opções, ao bem e a uma melhor vida em comum.

A hiperespecialização, de que cuidamos mil vezes mais do que da ligação entre saberes, tem conduzido quer a um conhecimento muito fragmentado da realidade quer ao desenvolvimento de áreas de investigação e saber que vão escapando a qualquer controlo crítico e ético. A política e a abertura de espaço público para conversarmos sobre isto mesmo desaparecem a olhos vistos. Todavia, a recente criação de mecanismos de verificação da sustentabilidade das opções políticas, a vigilância ecológica em projetos infraestruturais e a vigilância ética nos projetos de investigação, a criação de riqueza em empresas sustentadas na participação e implicação de todos os trabalhadores, constituem apontamentos para um caminho de vigilância crítica, mas esta tem de ser muito mais comum e estar muito mais acessível no espaço público. Sabemos que só na ligação entre os saberes, na junção harmoniosa dos pequenos pedaços, na conversa calma e no livre debate, podemos perceber melhor a trama do mundo que estamos a criar e a deixar aos vindouros, cuidando do futuro.

A nossa recusa, ainda que por omissão, em interrogarmos o mundo em que vivemos, tendo como argumento a fragilidade das perguntas que advêm do mistério humano, significa uma capitulação diante da nossa humanidade, diante da nossa realidade. Recusando e es-

condendo dentro de nós, individualmente, as nossas perguntas essenciais, porque não são urgentes (porque só o que é urgente é importante...) ou porque estamos com pressa (para irmos para onde?), estamos a dizer que aceitamos acriticamente a manipulação em que estamos submersos (por isso, o des-envolvimento pessoal e social de que precisamos é uma coisa bem diferente do que o que os “economistas e analistas de serviço” nos querem fazer crer).

A realidade que nos envolve, a nós humanos, é-nos alheia em quê? E qual será o traço ou o mistério humano que nos é alheio? E qual é a complexidade que nos impede de nela entrarmos? Não servirá este argumento para nos afastarmos de nós mesmos, para nos descentrarmos, um novo ópio que serve para nos afastarmos da autenticidade e da realidade do que somos e do que queremos ser, produzindo, produzindo... (o trabalho alienado é que é o ópio do povo)? E não servirá este argumento para desenvolvermos uma nova competência: fugir para a frente e fugir da realidade, do passado e do presente, fantasiar, enquanto o mundo cada vez se revela mais distante do ser humano que somos e da paz por que tanto ansiamos? Não estaremos a fugir de nós mesmos? Quando, para pensar este problema, nos ensimesmamos e individualizamos (silamos) não estaremos mesmo a fugir do outro, dos que vêm o nosso verdadeiro rosto, esse que admirável e paradoxalmente não podemos ver?

Interrogar, questionar, forçar a explicitação e a descon-

trução, no espaço público, destas ditas complexidades e sofisticções científico-técnicas, trazer a verdade multi-dimensional do ser humano e o seu mistério para a rua, isso tem de fazer parte dos nossos dias, sem complexos. Serão os mais novos e os mais velhos que estarão em melhores condições para o fazer, uns porque é o mistério humano que descobrem e experimentam e os outros porque muitos deles já viveram o suficiente para não serem enganados pelos véus impostos pela dita complexidade social, pois são geralmente modos não confessados de impor interesses privados e de pequenos grupos a toda a população.

[3]

O MITO DE QUE SABEMOS TUDO O QUE SE PASSA.

O mito de que sabemos tudo o que se passa, agora que vivemos numa “sociedade de informação” que produz mediatizações sobre tudo o que se passa.

De tal modo estamos embebidos numa torrente infundável de informação que pensamos que sabemos o que se passa. Mas, sabemos verdadeiramente o que se passa? Sabemos apenas o que querem que saibamos acerca do que se passa. E, sobretudo, sabemos esquecer o que se passa.

Um dia estava em Brasília, naquele imenso largo fronteiro à Catedral e vi um pequeno grupo de gente ves-

tida de verde, a agitar bandeiras verdes e a protestar contra a recepção que o Presidente Lula estava a dar ao Presidente do Irão. Seriam nem trinta pessoas. À noite, no hotel, vi na televisão portuguesa uma notícia, filmada apenas em primeiro plano, acerca de uma manifestação em Brasília, promovida pela oposição ao regime instalado no Irão, contra o facto de o Presidente Lula ter recebido... O que ficamos a saber já tinha descolado da realidade, não se passou e isso deveu-se ao modo como fomos informados, ao sentido e objetivo dessa informação. Mesmo sabendo, ficamos sempre sem saber. O mesmo já me sucedeu em muitos outros momentos, como quando as torres gémeas estavam a acabar de cair e numa rua da Palestina umas mulheres aplaudiram vivamente o sucedido (também num primeiro plano fechado) e depois uma foto tirada no mesmo local e momento revelava que nem meia dúzia de pessoas estariam naquela rua, naquele momento. Entretanto, as imagens das mulheres correram mundo! Porquê, para quê? Certamente para fustigar o sentimento anti-árabe... Porque é que o olho do furacão é sempre o Médio-Oriente? Porque é que se fecha um dado plano de filmagem? Ou seja, saberemos realmente alguma coisa acerca do que se passa?

A liberdade de informação é um bem comum essencial numa sociedade livre, aberta e democrática. Sobre isso, não devem restar dúvidas e não é tempo de “deitarmos fora a criança com a água do banho”, mas antes de aprofundarmos a liberdade que conquistamos, na ação conjunta sobre o espaço público.

A dita “sociedade da informação” é também a sociedade do encobrimento, do enviesamento e da desinformação e corresponde a uma poderosa máquina, mais ou menos lucrativa, que coloca os cidadãos do mundo diante de um filme que pouquíssimo lhes diz acerca do que se passa e que (mais do que tudo) cria acriticidade e hábitos perversos no modo de pensarmos o que real-

mente se passa à nossa volta. E de tal modo essa máquina é poderosa que nos desenvolve uma faculdade fundamental para quem não se deve pensar a si e aos outros, nem pensar o mundo em que está inserido: é uma gigantesca máquina de divertimento e de propagação do medo, travestida de “comunicação”; aspira-nos para fora da nossa realidade e fomenta a nossa capacidade de esquecer o (pouco que sabemos acerca do) que se passa e de fugir da nossa própria realidade, por vezes demasiado imprópria que é isso mesmo que se tem de fazer.

A imediatez substitui qualquer mediação, diz M. Augé. Comunica-se tudo e a todo o tempo; a comunicação constante e imediata torna o ambiente opressivo, irrespirável; mas o que se comunica na comunicação? O desastroso, o sangrento, a morte, os milhares de pontos de vista desconexos, a incapacidade de nos entendermos, o imediato, o live depressivo.

O modo de olhar o mundo quase só pela negativa (pela desgraça que acontece, pela fachada e pelo sangue, pelo roubo espetacular e pelo assalto violento, pela bomba que explodiu), que todos os dias preenche os telejornais e alguns jornais, corrompe a visão do mundo e marca violentamente um modo sombrio de estar no mundo, descrente da vida e das pessoas (o síndrome do “mal do mundo” de que hoje se fala ou a “psicologia do túmulo” (83) que nos faz uns “desencantados com cara de vinagre” (84), como diz assertivamente o Papa Francisco.

E isso inscreve realmente no nosso exíguo espaço público um olhar negativo profundamente criador de significados e sentidos que nada interessam à vida, à solidariedade e ao bem comum.

O tempo real substitui o espaço real, diz P. Virilio, e o simbólico, tão decisivo na relação humana, foge do espaço social, que se estiola num espaço de fragilidade, de inquietação, sem laços. A realidade é expulsa da comunicação quotidiana (ainda que seja por excesso de realis-

mo!) e com ela somos expulsos nós mesmos: há cada vez menos lugar para nós neste mundo. Somos uma gente demasiado humana, somos escandalosamente humanos, somos demasiado presente e sonho, incerteza e mistério. E será mesmo possível e “politicamente correto” continuarmos a desejar um mundo para nós humanos, na nossa incomensurável diversidade?

Os medos são agora explorados à exaustão pelos media e isso faz com que o real, os casos concretos e as pessoas concretas quase não existam, são irreais, uma ficção, fazem parte do “empilhamento arbitrário de casos concretos”, que impregna a realidade de “uma atmosfera realmente opressora” M. Augé). O real só regressa quando regressar a relação e o mistério. Aqui e agora.

Os excluídos, esses que deitamos fora pela janela da casa e que crescem a toda a hora, um dia voltarão a entrar pela porta, para nos dizer com violência o que não quisemos ouvir em sussurro. E pressinto que começamos a sentir-nos quase todos de algum modo excluídos (claro que muito diferentemente uns dos outros).

Neste tempo, o que é a política? Será que apenas nos podemos resignar e dar espaço aos cínicos? Ou aos populistas, que começam a crescer em toda a Europa? Será que não poderá haver mais espaço público para o encontro, para a geração de laço social, para além de uns “bouquets primavera” que governos, empresas, instituições e pessoas colocam na sua casa: uns belos “códigos de conduta”, uns bonitos princípios de “responsabilidade social”, uma muito airosa declinação da ética em tudo, em todos e a toda a hora, para deste modo respirarmos o ar do tempo? Excepções que visam confirmar e fortalecer a regra?

Estamos, pois, muito fechados sobre nós próprios, ensimesmados e bastante manipulados! Sobre-informação também é sub-conhecimento! Neste processo, os media atingem um poder tal no espaço público que a polí-

tica não os controla, sobretudo porque deles os eleitos também se servem para o serem. De manipuladores dos media, os políticos foram sendo por eles capturados e com eles foram-no também todos os cidadãos e as suas instituições. Poderes económico-financeiros bastante concentrados e poderosos controlam a quase totalidade dos media que nos informam acerca do mundo. São eles que ditam a mensagem, que controlam o mensageiro e que, no “fim do dia”, nos manipulam a todos, dizendo-nos o que temos para jantar e (em boa medida) aquilo com que iremos sonhar.

Como diz também José Gil “devido à inexistência de espaço público em Portugal, os media tornaram-se uma força decisiva quase única, quase sem rival”, o que amplia inusitadamente a sua relevância social e política.

Os mesmos media têm fomentado acriticamente um modo de exercício da política que se subordina cada vez mais ao espetáculo da política. E por aí fica. Os *slogans* com que se ganham eleições são, aqui como além: “mudança de rumo”, “juntos venceremos”, “sim, nós podemos”, “rumo ao futuro” e outras substâncias gasosas do mesmo tipo! Fantasia, mais uma vez: o fazer de conta tem mais poder do que o que realmente acontece e, décadas a fio, somos desviados de pensar o que realmente se passa e está no nosso prato, todos os dias, ao jantar. Mais, a nossa mente desenvolve um modo de pensar o mundo e a vida focado sobre o que de pior nele ocorre (*bad news, good news; good news, no news*).

E este convívio e até comprazimento com o ódio, o sofrimento, a violência e a morte dos outros, feitos espetáculo arbitrário quotidiano, não nos estarão a tornar cada vez mais insensíveis ao que de melhor tem este mundo e à própria vida humana? Que é que valem as coisas maravilhosas que todos os dias

acontecem no mundo e em Portugal? Passam, e poucas, num telejornal que é provavelmente emitido fora de horas, depois da meia-noite, ou a meio da manhã, quando todos estão atentos aos ecrãs...

A informação é um bem de consumo, uma mercadoria, que nos vendem a toda a hora, abusando da nossa disponibilidade e atenção para vender todo o tipo de outras mercadorias. Engano dos enganados!

Estaremos realmente bem informados acerca do que se passa ou consumimos muita informação? O que nos mostram e o que vemos a toda a hora não nos torna ainda mais invisíveis! Como é que apreendemos o mundo e a vida sem relação com os demais e sem silêncio, sem contemplação, sem distanciamento crítico? E o que é que o favorece? O que está realmente ao alcance dos cidadãos fazer para que os media não sejam os coveiros de um mundo em crise, imerso em tensões crescentes (tantas delas evitáveis!)? Não há mesmo nada a fazer, para além de repetirmos que é preciso preservar a “liberdade de imprensa”? O que é que deveria ser, hoje, em nome da liberdade e da autenticidade humanas, um “serviço público” de media, ao serviço do bem comum?

E o bem, quem comunica o bem? Muitos milhões de pessoas todos os dias o praticam, em milhões e biliões de pequenos gestos, por vezes bem heroicos, nessa heroicidade de que fala Camus, essa “gente comum que faz coisas extraordinárias por simples razões de decência”; mas quem é que o conhece, filma, comunica, quem é que o

apregoa? O comprazimento com o ódio e a violência, servidos todos os dias ao jantar, isso é que é o serviço público que ainda por cima somos obrigados a pagar? A política, a cidadania não têm nada que ver com isto?

Seria demasiado perigoso ensinar as pessoas a pensar autonomamente sobre a sua vida em comum e a aprender a pensar com o presente e o passado vivido por si e por outros seres humanos, hoje e ao longo da história? A educação escolar não terá nada a ver com isto? Não sei, só sei que seria um bom passo para a paz.

Após uma das apresentações públicas destas minhas perspectivas, estive com uma professora reformada que me tinha escutado e que nos contava que tinha decidido deixar de ligar a televisão com o ritmo com que antes o fazia, em cada fim de dia, tenho ganhado tempo para ler, conversar, para ouvir música e para ver...apenas o que escolhe. Ao mesmo tempo, à noite, foi deixando de tomar um medicamento indutor do sono, porque se encontra muito mais estável e serena. Afinal, estas questões parecem culturalmente bastante relevantes. Podemos mesmo prever que a elevação do nível escolar da população, um bem inestimável do nosso tempo, se possa agora fazer acompanhar por um “plus”, um esforço cultural de discernimento, na esfera pessoal e no espaço público (na escola e fora dela), acerca do que é realmente determinante para um vida decente.

[4]

O MITO DO INDIVIDUALISMO COMO PROMESSA E FIM

Ao longo dos últimos dois séculos fomos confundindo progressivamente liberdade pessoal com individualismo. Cada ser humano passou a ter mais espaço político e mais autonomia como resposta ao respeito pela liberdade individual e por identidades únicas, assim inscritas na eternidade, como gosta de dizer Lucien Jerphagnon; a individualidade foi sendo mais respeitada, movimento este que, por exemplo, permitiu assinalar um outro e muito importante estatuto às crianças.

Este importante percurso de progressiva autonomia pessoal e de subjetivação, feito com custos e conflitos, pessoais e sociais, muitas vezes colocando radicalmente em causa dinâmicas institucionais muito dependentes da tradicional “regulação de controlo”, muito centralizadora e “abafadora” (uma autoritas externa), tem deslocado para a esfera individual (nem sempre pessoal) tanto os processos de escolha e de busca de sentido como as formas de inscrição social dos cidadãos. As instituições perdem a sua relevância para os indivíduos e a esfera individual é a que cresce nos dias de hoje.

A des-sindicalização é disso um bom exemplo, a par da descida crescente do número de católicos com práticas religiosas institucionais e públicas (a par de outros fenómenos de dessocialização). As mundividências e as escolhas passam a ter cada vez mais as marcas das pessoas que as fazem, individualmente consideradas, e não tanto as da organização a que pertencem, apesar de se

ampliarem ao mesmo tempo os horizontes e as referências culturais onde se procura e encontra o sentido. Isto não só amplia como muda muito o próprio quadro de referência que nos permite pensar a cultura contemporânea.

Mas este individualismo também foi sendo vivido para dentro, como processo de fabricação de seres independentes (há quem diga cidadãos independentes), entendendo-se por independente o mesmo que desligado, com pontes cortadas, seja de servilismos seja de irmandades e de quaisquer associativismos e relações de vizinhança (espécies relacionais tidas como de tez pré-moderna, pois modernas modernas seriam as relações tidas no *guichet* dos serviços do Estado ou, agora, os contactos “pessoais” via internet!). Aliás, a procura das cidades foi e continua a ser entendida como procura de liberdade individual, o que corresponde a um movimento humano e social muito interessante, mas que tem sido vivido no coração do individualismo e do não-reconhecimento mútuo. Este movimento, com mais de dois séculos, foi assim enfraquecendo e até quebrando laços sociais cruciais: de vizinhança, de espaço público, de família, de ligação a movimentos e igrejas, de adoção de valores comuns, de identidade e de tradição, de cultura.

No último século foram sendo criados modas e estilos de vida que unem os cidadãos, em todo o planeta, alguns deles bem estimulantes, porque dirigidos à aproximação ao que é diferente (mas geralmente o diferente distante, não o que está perto) e à solidariedade (mais próxima dos que estão distantes), que tenderam a eleger-se como as grandes causas humanas e sociais, em detrimento da ligação aos que nos estão próximos, a uma vida concreta e digna na cidade que cada um habita...E este movimento é sempre realizado em nome do progresso cultural, enquanto somos aspirados para fora de nós mesmos e para fora das nossas comunidades locais.

O rumo do individualismo ocidental tem desvalo-

rizado o caminho do personalismo, em nome de um certo tipo de humanismo, sem as mulheres e os homens concretos, sem a sua imensa diversidade e riqueza, e sem o seu mistério. Aprendemos a dar mais valor às leis instituídas do que aos direitos universais e pessoais. Ora, sabemos que não há seres humanos sem relação, no quadro da identidade e autonomia de cada um. O ser humano é um ser estruturalmente orientado para a relação, pois é ela que o estrutura, pois sem amor nada somos. O movimento para a autonomia e para a liberdade era e continua a ser necessário, tem de ser contínuo, sempre que, na história concreta, é mais forte a opressão do “mundo do sistema” sobre as pessoas concretas (para retomar Habermas, em contraposição ao “mundo da vida”).

Mas, entretanto, confundimos a liberdade individual e o respeito pela pessoa com o crescimento do individualismo e com a mera associação com aqueles que são iguais a nós. Atualmente, na Europa e no Ocidente, se nos mantivermos fechados nas ilhas entretanto por nós geradas (as comunidades de mesmidade de que fala Z. Bauman), se não cuidarmos das relações, de cada outro e diferente, que é quem realmente nos revela na nossa identidade e nos faz verdadeiramente pessoas, se não cuidarmos mormente de quem mais precisa de atenção e cuidado, veremos estas sociedades – as nossas cidades – evoluírem de tal modo fragmentadas e atomizadas que só seremos capazes de comunicar uns com os outros no quadro da tensão, do conflito entre grupos fechados e da violência. Fechados na comodidade da comunidade de iguais, é como diz o Papa Francisco, um “lento suicídio” (272).

Numa cidade como aquela em que vivo, o Porto, estas comunidades de mesmidade estão vivas e em crescimento, a exclusão está assente e normalizada, e... lá vamos vivendo em cima de barris de pólvora de injustiça, de infelicidade e de falsidade.

Sem relação, seremos como bichos errantes (os de perto estarão cada vez mais longe e os de longe estarão sempre ausentes por perto). Quanto mais formos capazes de criar relação, do laço social, de fazer emergir a “força dos laços frágeis” (Granovetter), mais solidária será a nossa “cidade” e os outros revelar-nos-ão em toda a nossa humanidade, em todas as nossas possibilidades, que no individualismo ficam encerradas sobre nós mesmos. É dramático que cada um almeje “querer ser humano sozinho e à minha maneira”. O equívoco é tremendo!

Em ligação com esta tendência cultivamos o dito pragmatismo: consumir, defender a minha privacidade como princípio da minha liberdade, fazer as minhas escolhas (que em boa parte não o são), viver o meu presente, deixar a vida correr dentro deste mundo muito competitivo e... adaptarmo-nos. Uma palavra-chave dos nossos dias: adaptação!

Será para isto que queremos a liberdade, para nos fecharmos em ilhas cada vez mais fortalecidas, para nos silarmos, com o apoio do quotidiano *zapping*, condenando cada um ao seu presente e à sua sorte?

Perdendo os direitos e as referências comuns, consagradas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, ...dos Direitos da Criança,... (ainda estamos na fase da proclamação dos direitos, evitando proclamar deveres, pois isso incomodaria porventura a nossa individualidade e insularidade...), das Leis de Bases..., ficaremos à mercê dos mais variados e requintados modos de exploração, que hoje lançam mão de sofisticados processos técnicos e sociais para entrar na intimidade de cada um.

E, como admitimos, com uma escandalosa facilidade, que agora é cada um por si e para si, então para quê pensar, sonhar e agir com valores? Para quê princípios morais e uma ética de atenção e cuidado em relação ao outro? Para quê valores partilhados com a comunidade, em ordem a uma vida plena na consecução do bem co-

mum? Para quê mantermos tradições que nos fazem sentir bem, viver bem, em comum e dignamente?

Estamos a perder o sentido de comunidade/sociedade, que é também um apelo à responsabilidade pessoal e social. Falamos de tolerância e de interculturalidade (o que é isso de tolerar o outro, o diferente?) e sujeitamo-nos aos efeitos mais nefastos da fratura exposta em que assenta a vida comum. De manhã, separamos povos, grupos, crenças, etnias, cada um em liberdade, no seu canto, à tarde proclamamos a interculturalidade e o “todos iguais e todos diferentes” e, à noite, fazemos jogos de simulação de amor e guerra entre esses grupos, fechados cada um na sua célula ou no seu silo, diante de um ecrã. De madrugada, virão os pesadelos! A silagem pessoal e social só pode acabar mal!

Bento XVI perguntou: “concebendo o homem de maneira individualista, segundo a tendência atual, como é que se poderá justificar o esforço a favor da construção de uma comunidade justa e solidária?”.

Claro que também dispomos, hoje, das ditas “comunidades virtuais” ou “comunidades de amigos do Facebook” e das redes profissionais. Constituem uma bela oportunidade social, de convívio e de aproximação de iguais e de diferentes, se não servirem o fechamento das pessoas e dos grupos sobre si mesmos, em vez da abertura, se não as virmos como substitutos do mundo real e dos nossos afetos e inscrições no espaço público.

Que sinais concretos existem, entre nós, de uma separação crescente entre pessoas e grupos? O mapa e o urbanismo das nossas cidades está a fechar-nos entre iguais? O declínio das instituições será alheio a este individualismo crescente? O movimento de fuga ao associativismo e à política (à polis) não terá aqui uma das suas explicações? Que tipo de sociedades e de cidades

estamos a gerar? Que modos de relacionamento seriam de incentivar, salvaguardando a liberdade e identidade pessoais? Quando perdemos a referência ao outro, o que é que realmente perdemos de essencial ao ser humano?

Cidades como o Porto foram sendo erguidas em redor de uma paz social alcançada com estes pressupostos: a separação de cada grupo, de cada ambiente cultural, todos separados, todos juntos. Um urbanismo ao serviço do isolamento e do enquistamento social, contra o encontro humano e a praça. Décadas depois, e poucas décadas depois da construção ininterrupta de silos humanos, os carros dos “bairros periféricos” foram incendiados em Paris e em Londres; tenho a percepção clara de que a procissão ainda vai no adro.

Há uma violência silenciosa, compacta, remoída, ressabiada, que se cola aos pés, aos olhos e aos gestos quotidianos, que se acumula por via desta separação entre vizinhos, entre diferentes etnias e culturas, entre cidadãos, entre profissionais de campos do saber, que entretanto se autonomizaram, porque a separação do outro, que aparentemente reforça o meu poder, só me pode deixar cada vez mais só, mais perdido, mais aflito. Mais pobre, imensamente mais pobre! O problema é simples: sem o outro nada sou!

E há ressentimentos e ódios que se vão acumulando entre nós e em nós mesmos, ainda que sentados a comer pipocas ou batatas fritas no sofá, diante do consumo do ecrã. E esta acumulação de capital contracultural é bastante perigosa, se não houver capacidade de a dissipar e desfazer, pela relação e numa outra concepção de comunidade, de participação social e de ocupação comum do espaço público.

Existe latente (e por vezes demasiado visível) uma agressividade que está a penetrar os imensos interstícios

sociais e institucionais. A atual crise económica, o crescimento galopante do desemprego e a desestruturação institucional a que se assiste, além da desconfiança galopante, tudo isto é petróleo para esse fogo latente. As nossas densas urbes experimentam a agressividade com particular acuidade e dificuldade. Uma violência que se estende como reverso de uma ansiedade e angústia por muitos vivenciadas, em silagens contíguas e incomunicantes.

Fugimos a ela vivendo o presente como mero presente, como o tempo que passa porque tem de passar e nada mais. O presentismo é uma doença cultural dos nossos dias e deve ser vista como uma excelente forma enganadora de viver fugindo de nós mesmos e da nossa história, pessoal e coletiva, do nosso passado e do nosso futuro.

Se o tal “carácter anti-social” de muitas forças de poder e dominação é altamente preocupante, não é menos angustiante esta como que inconsciência com que as pessoas e as instituições se fecham, não revelando o inverso, um “carácter social”, e deixando o espaço público vazio, sem atores e sem guião, ou tomando-o apenas como palco social de uma “vida instrumental” (Touraine), já que a substantiva passou a ser vivida na entrega a nós mesmos.

Que novos lugares sociais de encontro se estão a edificar? Como podemos fazer crescer o espaço público para a hospitalidade e para o encontro na nossa “cidade”? Que novas redes sociais estão a surgir? Não havendo nenhuma condenação ou fatalismo nestes processos sociais (como não há em nenhuns), como se poderão eles mesmos reorientar, em sociedade, no espaço público, na polis? Quais são os novos lugares e expressões emergentes da participação social e da negociação? Qual

o lugar das “Nações Unidas” e dos acordos internacionais? Quem e como vela por eles, neste novo quadro mundial multipolar e descentralizado?

[5]

O MITO DA NECESSIDADE URGENTE

Acresce o mito da necessidade urgente: preciso de... e de... e de... (um consumismo que nos corrói na nossa dignidade!)

A orientação para o consumo tem provocado graves distúrbios sociais. A luta pelo consumo mata o desejo das pessoas (pelo excesso da sua contínua satisfação-insatisfação), desvia as pessoas de objetivos concretos e concretizáveis, que as dignificariam, e amarra-as a modelos de vida de gozo de oportunidades e de alcance de riquezas sem o devido trabalho e a devida realização humana.

As necessidades são vividas como prementes e constantes, insaciáveis. Construimos uma gigantesca sociedade de consumo. Uma sociedade de “precisões” permanentes e urgentes, pois quanto menos se pensar melhor, desde que se consuma e alimente uma economia que se quer expandir a todo o custo, tendo apenas como horizonte (ou como horizonte determinante) o maior lucro de quem empreende e investe e empresta. Elena Lasida (e o seu “O gosto do outro”) e Luigino Bruni (e o seu “A

ferida do outro”) são dois economistas (entre outros) que atualmente nos ajudam a pensar como este horizonte é escasso tanto para a economia como para o ser humano e para a sua plena realização e de como este mesmo horizonte pode ser rompido, em nome do desenvolvimento social e da própria produção de riqueza, que não se reduz ao PIB, mas que implica a riqueza da comunidade, a riqueza do território, a riqueza dos talentos e virtudes dos trabalhadores, a riqueza moral dos fornecedores, bancos, clientes e administração, a riqueza educacional e espiritual das pessoas, como referem repetidamente estes economistas.

Todos os dias tendemos para precisar de novas coisas e de mais coisas e não nos perguntamos sobre o porquê e o para que é que precisamos do que dizemos que precisamos. Cada dia mais escravos, cada dia à procura de consumir um pouco mais e um pouco mais longe, mais exótico, mais supostamente feliz, mais gadgetizados. “Escravos felizes”, como alguém afirmou, é o que parece estarmos condenados a querer ser, neste quadro de relações servis e sem reciprocidade nem cultura do laço social.

A preocupação com o esgotamento dos recursos fica fora do horizonte de uma sociedade de necessidades e não de uma sociedade de possibilidades e de escolhas conscientes. A sociedade para as necessidades mata a sociedade para as possibilidades. A criatividade e a inovação humanas esgotam-se sob a pressão das necessidades prementes. Antes que haja uma aberta para a nossa criatividade, já estamos exauridos.

Como diz Riemen, entre muitos outros, o poder do consumo sobre as pessoas é tal que elas tendem a forjar a sua identidade em torno do ter, do aparecer, do ser visto; o parecer domina sobre o ser e abafa o querer-ser. E esse lugar para onde o consumismo arrasta as pessoas é um lugar cheio de vazio, que quer fazer das pessoas seres também vazios, uns iguais aos outros, seres sempre ap-

tos a consumir. Lipovetsky tem estudado muito bem esta problemática e fala de “sociedade da decepção”, um tempo em que vivemos em “estado de carência perpétua”, gerado pela corrida incansável ao consumo, em que mais do que a plenitude, de que nos afastamos implacavelmente à medida que desejamos consumir mais e mais, se alcança uma insatisfação e uma amargura sucessivas e constantes.

A vertigem consumista pode ser sobretudo o reflexo de que nos falta algo de essencial e que esse essencial não o conseguimos facilmente alcançar e, como estratégia de substituição, desatamos a correr pela estrada fora, sem norte, ou seja, consumimos; quem nos convoca agressivamente para o consumo conhece bem este “segredo” e esta sede e explora-os até à exaustão. Não sabemos para onde vamos, mas vamos cheios de sede e de pressa, isso vamos!

Cada vez tomamos mais remédios contra angústias e medos, ou seja, as depressões sucedem-se dentro de sucessivos climas de urgência dirigidos ao ter, ao ter mais, os ansiolíticos e os antidepressivos consomem-se mais e mais e há mais pessoas que, neste andar, se isolam ou se encontram sós. A toma de antidepressivos duplicou nos últimos dez anos, em Espanha, o que me leva a sublinhar que a medicalização do sofrimento humano (as pastilhas para a dor de vida, como titulava o El País) não pode ser a única saída.

E, no entanto, a Sabedoria está ao sair da porta, na soleira da nossa casa, à nossa espera para a levarmos connosco, em cada dia.

Porque é que não nos exprimimos em termos de possibilidades e quase só nos expressamos em torno de necessidades e urgentes “precisões”? A economia de mercado tem mesmo de estar subordinada ao

império hegemónico do lucro? Não é melhor organizar também a sociedade em torno de possibilidades e “compossibilidades”, ou seja, possibilidades erguidas em comum, num dado território e num determinado tempo. Não será por aí que se pode gerar outro modo de vida em comum, pelo “e porque não assim?”, pela possibilidade e pela compossibilidade?

Lembro o maestro Benjamin Zander e as TED, que expressam formas de ver o mundo com base na possibilidade, na criatividade e na inovação (social e não apenas tecnológica!).

Sem artes, sem humanidades, sem ciência e sem cultura, sem serem chamados a abrir-se, os seres humanos fecham-se e embrutecem. O sistema de ensino tende a contribuir, enquanto sofisticado subsistema de massificação, de consumo de conteúdos, de testes e exames e de igualitarismo social, para esta presença social acrítica. Somos “ensinados” e não educados (falo de uma educação de base escolar); é para isso que trabalha uma gigantesca máquina de produção de cidadãos disciplinados e, eventualmente, de pessoas. Assim labora depois o sistema produtivo, que nega a presença da gigantesca riqueza humana nas organizações laborais, reduzindo as relações ao incentivo pecuniário. Sem pessoas, mas com cidadãos-alunos bem ensinados e disciplinados repetidores, temos uma sociedade perfeita para o consumo e para uma progressiva redução dos seres humanos a seres passivos, aptos a serem explorados pelo medo. Nunca antes foi tão fácil, de facto, criar e recriar a sociedade perfeita e a-histórica (como Hitler ou Mao, entre outros, já pretenderam fazer!).

Com a ação predominante destes meios de comunicação social, com um sistema de produção de riqueza que ignora a natureza humana e a controla e com esta im-

pregnação majestosa do consumo no nosso quotidiano, é legítimo questionarmo-nos sobre o tipo de democracia limitada que se está a desenvolver entre nós, no Ocidente. Mais, é preciso pensarmos como é que estas democracias vão ser capazes de reagir perante as novas situações críticas com que se estão a confrontar muito dolorosamente?

Na verdade, as sociedades europeias estão a ficar sob um elevado stress social, particularmente devido ao crescimento do desemprego estrutural e ao crescente mal-estar dos cidadãos. Este caminho não indicia nada de bom; o cidadão atual, mais escolarizado, mas mais embrutecido pela televisão e pelos media (sobretudo pela sua negatividade e pelo sua superficialidade), disciplinado e controlado no seu trabalho ou no seu desemprego, sentado ou deitado a comer pipocas e a consumir informações e entretenimentos sem qualquer relevância cultural, será capaz de sustentar o ódio e a violência que susurram por entre os dentes e de boca a orelha? Será capaz de escapar ao populismo crescente?

O ser humano é capaz do pior, da mais profunda crueldade, da mais excêntrica selvajaria, como tem sido bem divulgado, desde o Sudão à Sérvia, desde o Camboja ao Ruanda, desde a Birmânia à Coreia do Norte, para não falarmos da exploração selvagem a que muitos cidadãos são condenados em muitos locais de trabalho indignos. Atualmente até já estamos a aprender a neutralizar a nossa natural reação interior diante dos dramas que nos envolvem, ao consumir, pela via dos mesmos media, estes factos, esta violência demoníaca e as guerras contínuas, como se fossem apenas bits.

Como é que as pessoas se auto-resgatam face à massificação, à mediocridade e à brutalidade, havendo, nos dias de hoje, elevado desemprego, crescente pobreza e

desigualdades sociais gritantes? Como reagimos diante destes tão crus “pontos de dor”, submersos em tanta falsa e alienada “alegria prozac”? Como despoletamos e fomentamos a ação cidadã para o bem e para o bem comum, que igualmente tanto se continuam a praticar e muito, no nosso meio (mas sem a visibilidade que se impõe)? Como valorizar, nestes dias, o que G. Steiner chama o “fascinante esplendor do inútil”? Alguém que detém poder quererá mesmo ouvir falar, nestes mesmos dias, da importância crucial da poesia, da filosofia, da espiritualidade, da cultura, da literatura? O que puxa a humanidade para “cima”, para o esplendor da graça que cada pessoa transporta dentro de si, para o seu melhor?

Como o mesmo Steiner também lembra, corremos o risco de ver crescer à nossa volta, nos nossos relvados, a “censura do mercado”, sem que os media e as instituições sociais tenham sequer distanciamento e capacidade crítica para denunciar essa censura. Censura ao que é mais difícil, ao que é mais inovador, ao que leva mais tempo, ao que não corre ou quer apenas caminhar devagar, ao que é diferente e multidimensional, ao tratado que requer outras leituras, à obra de 600 páginas, ao que cresce devagar, como a arte de constituir uma família, ao que amadurece lentamente, como nós mesmos, ao que requer silêncio, como o culto da amizade, ao que dá frutos interiores como o dom de si... Felizmente, o mundo nem é só Ocidente nem é só Oriente, nem é apenas Norte nem é apenas Sul; ainda bem que não crescemos todos ao mesmo tempo, nem com o mesmo ritmo, nem no mesmo caldo cultural; ainda bem que não vemos o mundo e a vida com os mesmos olhos, mesmo na nossa própria rua. Mas cada vez mais o mundo está a precisar, tal como

a nossa rua, da celebração do inútil, do que para nada serve: a arte, a poesia, a filosofia, a literatura, a dança, a música, a criatividade, assim como a amizade, o dom de si, a fraternidade, a celebração da liberdade. E teremos muito a aprender uns dos outros, se quisermos realmente aprender (o que requererá sempre desaprender algumas coisas!).

Que condições é preciso continuar a criar para imprimirmos no nosso mundo europeu a capacidade de se regenerar e recriar no que tem de mais humanamente digno, sublime e belo? Que mecanismos teremos de continuar a desenvolver e recriar para que a dedicação ao bem comum ocupe mais e melhor o espaço público? Que pessoas (com que perfil cultural pessoal) estamos disponíveis para escolher como dirigentes políticos e que tempo lhes damos?

Estas não são questões simples, reconheço, mas mais adiante ainda regressaremos a elas.

[6]

O MITO DA SOCIEDADE SEM FAMÍLIAS E SEM CRIANÇAS.

Colado a este último mito, está o mito da sociedade sem famílias e sem crianças.

Erguemos uma sociedade contra a família, como se ela fosse essa coisa antiquada e anquilosada a descartar e um local de manipulação das vontades individuais e de perda da independência. A tradição tem um importante lugar na construção do presente e do futuro, mormente no que à família diz respeito.

As famílias transformaram-se muito, em Portugal, após 1974. Muitas dessas mudanças foram bastante positivas, por exemplo, na medida em que libertaram os membros das famílias de amarras insuportáveis e na medida em que foi concedido outro grau de autonomia aos filhos. Mas as famílias não foram nem muito provavelmente serão, algum dia, substituídas por qualquer outra instituição social, por mais que estejamos ou venhamos a estar em período “revolucionário”. Ela é o locus social privilegiado de construção da relação, da experimentação do amor humano e do desenvolvimento de laços humanos. Ela é a primeira escola de sociabilidade que nenhuma outra “escola” poderá substituir, pois nenhuma outra contém a textura relacional profunda e a marca de humanidade que a família contém. Ela é o principal ninho sociocomunitário em que se aprende o valor insubstituível das coisas “inúteis”, de valores como o perdão, a dívida e a graça.

Por outro lado, muitas crianças e jovens crescem

agora em famílias monoparentais, cujo número não para de aumentar. Uma nova aprendizagem se foi impondo em torno do ser mãe, pai e filho(a), para lá do modelo tradicional.

Os portugueses e as suas famílias, em boa parte fruto do individualismo dominante e agora também do medo, foram deixando de ter filhos. Portugal ocupa os primeiros lugares do mundo na redução da mortalidade infantil e preenche o penúltimo lugar entre os países do mundo no índice sintético de fecundidade (1,3), estando há trinta anos seguidos abaixo dos 2,1 necessários para que haja renovação de gerações. Somos um dos campeões do mundo em envelhecimento da população. A pirâmide etária está a ficar invertida, mas olhámos para isso como se tivesse de ser assim mesmo, como daí não viesse qualquer problema, como se fosse “natural” e inapelável.

A base da pirâmide etária não para de diminuir, ameaçando seriamente a sustentabilidade do país e dos seus sistemas sociais. Está a ser cada vez mais difícil nascer em Portugal e constituir família e o próprio futuro deste retângulo debruçado sobre o mar fica ameaçado. Somos uma cultura própria e autónoma, com um património vivo e valioso aos olhos de todo o mundo, um país mais do que improvável, ou como diz D. Manuel Clemente: “Portugal culturalmente é uma teima, como geograficamente é uma praia, feita cais de partir e chegar, chegar e partir.” Somos uma teima cultural ameaçada, um cais a afundar-se.

Além disso, as famílias sentem-se crescentemente ameaçadas pela crise atual, pelo desemprego e pela pobreza, mormente os jovens casais, que começam a reagrupar-se em torno das famílias de origem, pais e avós, provocando um novo reagrupamento intergeracional e o regresso às famílias alargadas. Novas realidades sociais desabrocham e lançam novas perguntas e apelam a novas respostas. Este quadro social tem de ser revisto, de

outro modo o individualismo e o egocentrismo tomarão ainda mais conta dos nossos dias. Precisamos de poder conversar sobre o modo como os casais jovens podem obter confiança social e pessoal para poderem ter filhos, num quadro sociocomunitário que o favoreça.

Como disse, são visíveis os sinais da violência crescente que a falta de lugares de encontro – ágoras nas cidades está a gerar entre os diferentes (grupos sociais, etnias, culturas, estatutos profissionais, etc), quando sabemos bem que só no encontro é possível a busca do re-conhecimento e do enriquecimento mútuos e a ocorrência das óbvias complementaridades.

Como se pode incentivar o nascimento de novas famílias e o nascimento de mais filhos nas novas famílias? Que laços intergeracionais podem ser reforçados? Como é que as políticas públicas, em particular autárquicas, podem e devem encarar o apoio à natalidade entre os casais jovens?

Há, entre nós, casos de políticas públicas bem sucedidas, pois realizadas localmente, com um envolvimento direto dos cidadãos, pois são eles próprios a dizer como é que se devem estabelecer as prioridades e os incentivos para que os jovens casais possam constituir família. É preciso conhecer e debater estes casos, conhecer e debater outros adotados em outros países e verificar de que modo podem inspirar-nos caminhos próprios.

[7]

O MITO DE QUE TUDO É RELATIVO E DA NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA.

Temos vindo a confundir pluralismo e multiculturalismo com relativismo, solidariedade com tolerância, valores com preferência pessoais, educação com neutralidade axiológica.

Fatores como o descrédito cultural das religiões, o declínio da autoridade dos adultos e dos pais, a propagação do pluralismo cultural como se fosse uma nova religião que não implica escolhas, a tecnodemocracia em que nos querem fazer sobreviver em vez de viver, o declínio do pensamento crítico e da indagação acerca dos fundamentos (ligado tanto ao declínio das humanidades, da filosofia e da arte, como ao abandono do silêncio e da contemplação), num ambiente que era de prosperidade e de excesso de consumo e de fantasia sobre o que é o bem comum, têm constituído, entre outros, o caldo cultural que tem favorecido a emergência de uma cultura de “quereres” individuais, de um relativismo que nos vai fazendo crer que as melhores opções a fazer na vida passam por não fazer opção nenhuma (e adiar a vida).

Vivem-se e experimentam-se (supostamente) todas as possibilidades, em função do que dá mais jeito em cada momento. É óbvio que este caminho deixa de lado opções nucleares de formação do carácter, de exercício da responsabilidade pessoal e de assunção de projetos e de compromissos, pessoais e sociais, deixa de lado as nossas escolhas pessoais.

Se não há uma hierarquia de valores, se não existe

uma noção partilhada de virtude e de vida virtuosa, se não há noção de bem comum associado à cidadania e à democracia, se basta preservar a saúde e aprender a “curtir” a vida, se propor modelos culturais e de vida se confunde com impor e endoutrinar, se não há uma base cultural partilhada para o confronto cultural e para a formação de hábitos morais e para o fortalecimento do carácter dos sujeitos, se não há vontades em construção, mas apenas jogos de interesses, se a liberdade e a autonomia pessoal não se fundam num painel explícito de escolhas e de assunção de responsabilidades, ninguém sabe o que é que vertebrera a vida e estrutura a opção por viver em comunidade. E sem esses fios condutores, as sociedades definham em torno da proliferação de interesses particulares, mais ou menos secretos, à volta da conquista da desnudada produtividade, da eficácia e da eficiência, em redor da lei do mais forte, da mediocridade que os media veiculam e da afirmação voluntarista e meramente “labial” de preferências e valores comuns e do fechamento das “cidades” em pequenos guetos ou “comunidades de mesmidade”.

O dito “politicamente correto” não será, afinal, mais do que a afirmação pública da hesitação, do medo e da cobardia que nos atolam.

Diante de problemas éticos profundos, prescindimos, no Ocidente, de continuar esse trabalho constante de Sísifo e de exigente moderação e ponderação, no espaço público, sobre os caminhos a prosseguir, em nome do bem comum, da justiça e da paz. Os sinais não são os melhores: ao vermos as famílias como se fossem coisa descartável - ao perderem progressivamente o seu papel central e insubstituível na educação- abandonamos uma das instâncias culturais mais fortes (e a única em muitas vertentes) na produção, vivência e transmissão da vida e dos valores comuns mais desejados; ao desenvolvermos acriticamente um capitalismo financeiro que gera riqueza sobre a exploração de crianças, pessoas pobres e

frágeis, a que deriva da corrupção e da ilegalidade, a que provém da pilhagem das matérias primas, a que nasce da guerra, do tráfico de armas e da droga, a que vem dos paraísos fiscais (poderíamos continuar...).

A pretensa neutralidade axiológica é uma negação da humanidade e uma condenação do ser humano a um quotidiano progressivamente mais fechado e mais vil. E esta crença na neutralidade axiológica, com o seu reverso da crença na técnica (a tal inacessível complexidade), bem como a distração do consumo frenético, são fatores que têm feito baixar a guarda sobre o culto dos valores e sobre a sua transmissão para níveis cada vez mais baixos de afirmação identitária e cultural.

A Europa tem um lugar importante no mundo, certamente que esse lugar tem de ser reconstruído atualmente, mas esta reconstrução não passará certamente pela nossa incapacidade em imprimir um diálogo exigente e nunca submisso uns com os outros e com outras culturas e mundividências (não é o que se vê, por exemplo, nas relações comerciais com a China...).

Não é por acaso que o relevo dos media vai para o sucesso individual, aliado a uma constante performatividade exibicionista, que a educação escolar e familiar se encaminha para o alcance deste mesmo sucesso, quando se deveria estar a falar preferencialmente de vidas decentes, bem-vividas, no seio de cada comunidade local, o que é profundamente diferente.

O facto de a afirmação da esfera individual se tender a transformar crescentemente em individualismo e em fechamento de cada um e de cada grupo sobre si mesmo, os seus iguais e os seus interesses particulares, deve muito a esta falta de referenciais mais seguros e vertebradores, pequenos fios invisíveis que percorrem o ser de cada um e da sociedade e lhe conferem uma identidade e personalidade próprias, aptas a desencadear uma saudável vida e a inscrição pessoal no seio da comunidade.

A um passo de alcançarmos o espaço público, em liberdade, como horizonte de mais e melhor democracia, estamos a fechar o nosso campo de visão e de acção, na medida em que deixamos de lado, sem o mesmo nível de interrogação e exigência cultural, áreas da vida comum, como a do trabalho e do emprego, a do desenvolvimento económico, a das religiões e da espiritualidade. Mas vale a pena parar e pensar sobre isto:

Que valores norteiam o nosso quotidiano?
Em que é que fundamos as nossas escolhas?
Realizamos realmente verdadeiras escolhas ou participamos, sem questionar, em escolhas que outros já fizeram por nós, em nosso nome?
De uma lista de valores eleitos que podemos fazer, individualmente ou em grupo, quais é que estamos a praticar seriamente (em obras) no espaço público, no trabalho, na escola e na universidade, no local onde vivemos?

Vai valer a pena fazer a lista e pensar como é que esses valores existem (e podem existir mais) ativos nas nossas comunidades. Não é humanamente digno ficarmos à espera de alguém (um ministério da educação dos valores? Um Estado que crie a Entidade Reguladora da Ética) que nos venha dizer (impor) os valores que devemos seguir e que devem nortear a nossa vida. Temos diante de nós o desafio de abraçar e trazer para a praça pública, sem medo, estes tesouros em que acreditamos e que praticamos, estas vidas cheias de vida, de humanidade e de liberdade.



[8]

O MITO DA VIDA SEM A MORTE

A esta performatividade exibicionista em que estamos imersos não é alheio o facto de vivermos como se não morrêssemos, sendo certo que a morte ainda é tida como a coisa mais certa da nossa vida e aquela em que cada ser humano é mais “irmão” de todos os outros. Escondemos a morte; agora morre-se cada vez mais em hospitais, lugares de estar doente, como se a morte fosse mais uma doença, mais um desvio à normalidade, o desvio derradeiro. Vivemos tentando suprimir da vida e da cultura o tempo e o sofrimento, como se eles fossem elementos desviantes da normalidade e da nossa condição humana. Como se a vida de cada pessoa fosse para sempre e fosse apenas uma sucessão de momentos prazenteiros, ainda que provocados pela redução da vida à vida medicamentada e, por isso mesmo, em boa medida alienada. Como se ao mínimo sinal de sofrimento humano tivéssemos de chamar o 112 e recorrer ao “prozac” e o morrer tivesse de ser imperiosamente mais um momento de prazer, ou, ao contrário, um ato falhado, envergonhado e escondido.

Paradoxalmente, mas apenas aparentemente paradoxal, a fuga da morte gera uma cultura de morte.

Uma sociedade sem morte é uma sociedade sem vida. O mito da vida sem morte é também em boa medida o mito do *carpe diem*, de uma vida em que a única coisa que conta é o consumo no presente (há um outro conceito de *carpe diem*...).

Viver esta vida simultaneamente de modo triste e desencantado e sem o desejo de um outro presente e de um futuro melhor, essa é uma das últimas aquisições

dos nossos dias: uma sociedade que recusa maioritariamente re-pensar o presente na sua complexidade desafiante e nele alimentar a esperança, desejar o futuro, um futuro melhor, o futuro de cada um de nós, de todos os humanos e de cada uma das instituições a que estamos ligados e de toda a natureza.

No âmago desta crise perguntamos: para quê pensar o melhor para hoje e para o dia de amanhã? Sabemos lá o que será...O melhor é mesmo virarmo-nos para dentro de cada dia que passa, consumir tudo o que se puder alcançar, gozar o mais possível, e “não pensar em mais nada”. De certo modo morrer, abdicar da dignidade que nos funda. Viver sem a morte tem, como reverso da mesma moeda, o viver para a morte no presente e sem desejar um futuro melhor. Há uma nova religião, que se foi erguendo em boa medida em torno da tradição judaico-cristã, e que hoje extravasa os contornos da decência, o capitalismo financeiro, que não vê nem quer ver a morte e que, por isso, a esconde. A morte, como diz L. Bruni, “é demasiado verdadeira para ser compreendida” por esta nova religião, que tem os seres humanos permanentemente despertos em “adoração perpétua”, como sujeitos de consumo.

O presentismo, como disse acima, é uma doença dos nossos dias, forçada pelo medo e pela decepção e ainda pela angústia por estes gerada. Quanto mais cresce a angústia mais cresce também a ligação a uma vida assente na performatividade espetacular, que rejeita os limites e a morte. Compreende-se que assim aconteça, mas desvia profundamente o sentir e o viver dos seres humanos nos dias de hoje. Somos seres vulneráveis e frágeis, a vida é perecível, é finita, estamos impregnados daquilo a que P. Valadier chama uma “vulnerabilidade ontológica”, uma marca profundamente distintiva do ser humano. Só a relação e o encontro poderão superar o medo, a angústia, o sofrimento intenso e concreto que, por isso mesmo, também experimentamos.

Esta sociedade que recusa a morte é a mesma que recusa a dor, o sofrimento, a perda; vivemos embebidos numa cultura de performatividade assente no estrelato, no sucesso a qualquer preço e na espectacularidade, onde não há lugar para os “normais”, muito menos para os vencidos ou os perdedores, para os hesitantes, para os abandonados e para os perdidos. Ora, o ser humano é um ser que ou incorpora profundamente em si o sentido da queda, do abismo e até do sofrimento, ou nunca recomeça, não avança, vegeta, estiola, é “carne” facilmente devorável pelo primeiro predador que apareça com fome; ou seja, não mais subirá até às fontes do recomeço e da alegria.

Sabermos-nos sofredores e mortais dá-nos uma imensa responsabilidade face à vida, a nossa e a dos outros, pois só com eles ela se faz e se completa. Sabermos-nos sofredores e mortais coloca-nos debaixo da luz, ou seja, torna-nos lúcidos, desperta em nós as questões centrais da existência: para onde me dirijo, quem sou eu sem o outro, o que é a vida com o sofrimento e a morte, qual o sentido primeiro e último da vida humana? O mistério da vida e da morte é parte central e irrecusável da existência humana. Escondê-lo, sob que pretexto for, sobretudo com argumentos ditos racionais (como se estas não fossem questões centrais da racionalidade humana), significa truncar as possibilidades de plena realização das pessoas.

Quando vivemos sem desejar um melhor futuro para todos e recusamos construir um presente mais humano e justo, talvez porque ambos se apresentam incertos e imprevisíveis como nunca, estamos a dizer que nos podemos meter pela “casa” dentro o mobiliário que quisermos, que aceitamos tudo, que tudo fica bem, que aceitamos “vestir” a nossa casa de qualquer maneira; estamos a dizer que nos metam pela porta dentro o mundo que quisermos, pois já desistimos hoje de construir com os outros um que esteja perto dos nossos ideais, da dádiva de

nós mesmos, daquilo que queremos para nós e para os outros, desistimos sobretudo dos nossos filhos e netos, dos nossos amigos, de dar vida com a vida que nos foi dada.

Os nossos pais ensinaram-nos que a verdadeira vida é dar a vida, é ser para o outro, a começar pelos que nos estão mais próximos.

Desistir de um presente e de um futuro melhor para todos, sem exceção, é desistir da história e da sua lenta e contínua construção, dos ideais de rosto humano e da sua vagarosa concretização, e desistir de ambas as coisas é o que querem aqueles que desejam que só consumamos, que nos envolvamos apenas connosco próprios, egocêntricos, que só nos envolvamos amorosamente com a técnica e os seus gadgets, que só pensemos nos outros na medida em que nos aprouverem e servirem, que vivamos da permanente renovação de necessidades e não nos pensemos como seres de possibilidades imensas, quase ilimitadas como seres criativos, como criadores e sobretudo como co-autores. Muito mais que seres de muitas necessidades, somos seres de imensas possibilidades.

Seria um mundo impensável, um mundo anárquico, um mundo incontrolável, esse mundo de autores, de seres de incontáveis possibilidades? E porque não queremos um mundo assim, onde a dignidade de cada pessoa seja o limiar mínimo e máximo do desenvolvimento humano e social? O sofrimento e a morte não são parte integrante dessa dignidade?

A morte é uma parte da vida, pois a vida completa-se com a morte. Mas, a cultura dominante de hoje remete-nos apenas para o pragmatismo de cada dia, para a instantaneidade, para o (gozo do) eterno presente, ou

seja, para a capitulação. Desistimos. O presentismo é, pois, culturalmente uma capitulação.

Esta sociedade que recusa a morte como parte da vida, recusa a própria vida, a sua alegria e graça, a sua tristeza e as suas penas. Não será por acaso que quem acompanha os seres humanos no leito da morte nos relata os testemunhos de pessoas que lamentam profundamente o facto de não terem amado o suficiente, de terem trabalhado muito e parado pouco, para cuidarem de si e dos outros... ter presente a morte é ter presente a perspectiva da queda, do abismo e do recomeço, com dignidade.

Temo que estejamos a desvalorizar tanto a vida que ela já esteja no plano inclinado dos valores relativos, seja um bem transacionável, mais uma mercadoria e que, por esse caminho, a vida dos seres humanos tenha cada vez menos valor de mercado e que mais se agigante o homem robotizado e sintético, em que tanto já se investe atualmente. Na verdade, a “life extension” procura assegurar a quase imortalidade do ser humano, perspectiva sustentada na ideia de que a morte é uma doença que tem de ser combatida para ser o mais brevemente possível ultrapassada. Mas que ser humano será este que não queremos questionar, em nome da tecnociência sacrossanta e do seu reverso, do “obscurantismo cientista”? Sim, o dito e proclamado “progresso científico-técnico”, três séculos volvidos, sem distanciamento crítico, enche as sociedades de obscurantismo, de medo e de ignorância.

[9]

O MITO DA RAZÃO CONTRA A TRANSCENDÊNCIA

A isto não é alheio o mito da razão contra a transcendência. O triunfo da razão foi construído em parte contra “religião” e a transcendência, como se a razão ocupasse doravante a totalidade do campo humano; ora, homem não é o construtor exclusivo do seu destino e a razão (ou até ao império da lei) pode tornar-se como temos visto, ao longo do Séc. XX, um fator de imposição de totalitarismos vários (como aliás, em nome da religião, já se tinha feito antes). O ser humano é, na sua essência, um ser aberto à transcendência; a dimensão religiosa da vida existe em cada ser humano, por mais que este tente, pela razão, empurrá-la para diante, fugir para diante. O ser humano não pode ser aprisionado dentro de quaisquer limites e quadrículas; tudo pode romper, quebrar e abrir, para além de si mesmo. Ela volta a cada momento, por mais que o barulho circundante, o consumo desenfreado de “necessidades” fabricadas e de notícias manipuladas, tentem afastar ou recalcar a sua emergência.

É tudo muito simples: temos o outro diante de nós e ao irmos ao seu encontro, por causa dele, porque ele nos convoca e nós respondemos, já nos estamos a transcender.

O que é o tempo e a história? Porque é que existe este mundo e não o nada? Que lugar ocupam os outros humanos meus semelhantes na minha vida? Que sentido tem o mistério da nossa existência? Porque é que sem amor, sem música e sem arte é tão difícil sobreviver? Desde a vitória iluminista e da deriva materialista que a (ago-

ra dita) “irracionalidade” foi proscria, em nome de uma racionalidade totalitária que, depressa, levaria com ela para a lama alguns dos mais importantes valores que configuram as sociedades humanas.

A laicidade, um bem cultural, conquistado com muito esforço civilizacional, arrastou consigo muitas vezes o laicismo militante e este, infelizmente, já se confundiu com aquele, como se fosse a melhor regra para a vida em comum. Várias vezes, ao longo da história do Ocidente, estas derivas laicistas têm provocado danos culturais irreparáveis. A Europa sofreu e continua a sofrer recorrentes derivas deste tipo que, de país para país, se vão corrigindo lentamente.

Em Portugal, este dado cultural começa, no novo século, a poder evoluir para outros patamares de maior inteligência coletiva, não havendo mais necessidade de o Estado ter de ser contra a religião para fazer vingar a sua identidade e o seu aparelho político-administrativo (não ser necessário não quer dizer que não continue a existir). Como diz E. Morin, “as necessidades de comunicação e de comunidade, de fé, de sagrado permanecem no seio de um sociedade laicizada” e “o apelo à espiritualidade infiltra-se um pouco por todo o lado na nossa sociedade”.

Sobre o mundo atual pairam várias ameaças, desde a ecológica até à da própria sobrevivência da vida humana; mas a maior das ameaças talvez seja esta sensação que nos invade de que o rumo das nossas vidas e das nossas sociedades nos escapa, de que somos incapazes de nelas inscrever, hoje e aqui, uma presença própria, livre e solidária e de que apenas uns quantos manipuladores de símbolos e uns quantos ricos e poderosos controlam, escondidos, os destinos do mundo e das pessoas, os seus próprios, diversos e genuínos símbolos, valores e culturas. É como se estivéssemos de viagem num comboio que não sabemos qual seja nem para onde vai, quando sabemos bem que somos seres criados para viver so-

lidariamente uns com os outros, uns para os outros, todos com todos.

Porque é que tanto absurdo cultural nos deixa apenas inativos e adormecidos?

Porque, como dizia, naturalizamos quase tudo e assim ficamos quase totalmente neutralizados: ao não sermos capazes de nos distanciar, de interrogar, de ver e questionar o mundo com outros critérios, perdemos definitivamente a nossa liberdade e a autonomia. Neutralizamos o desejo, neutralizamos a justiça, neutralizamos a procura da verdade. A própria religião é neutralizada e acomoda-se socialmente como poder e como sustentáculo de poderes vários. Mas, como professamos os cristãos, a única autoridade profundamente legítima é a autoridade do pobre, do aflito e dos que sofrem, todas as outras são coadjuvantes.

Esta lógica dominante e dominadora tem gerado a morte ou pelo menos a desvalorização do que nos transcende, desde logo da relação, do amor para com o outro, daquele que sofre e está esfomeado, do que é livre e inesperado, do que é gratuito e inexplicável, do que é arte e música, do que é dom e rito, do que é símbolo e poesia, do que é inquietação e mistério, do que é diferença e diálogo intercultural. Expulsas (?) do nosso quotidiano, estas realidades proclamadas “irracionalis” atiram os seres humanos para os braços do viver a olhar para os pés, do viver para ter, para consumir, para servilmente servir uma racionalidade dominante e inquestionada, desgraçadamente neutralizados.

A partir de onde é que se pensa e se interroga cada dia que passa e as suas graças e desgraças? O que é o bem humano?

De que lugar se critica a propaganda e o “pronto a comer” que nos servem diariamente, a cada hora e minuto, e face aos quais querem que sejamos apenas bons servos, pois o que é servido já foi sujeito a racionalidades dominantes e dominadoras, a normas e aditamentos europeus às normas, previamente fundamentadas em universidades e compêndios que, entretanto, expulsaram do seu seio as artes e as humanidades, a filosofia e a música, a ética e a estética, o bem e a beleza, o dom e a graça, o sofrimento e a morte. Vendem-nos a tecnologia de ponta, sempre e cada vez mais de ponta, para ocupar esse espaço oco que ressoa inquietantemente dentro de nós, afastando-nos do encontro com o outro, da abertura face ao futuro, da relevância dos valores, da procura de uma vida melhor em conjunto, com humildade e simplicidade e como hino de celebração da própria vida. Esta tendência societal materialista e falsamente otimista conduz a uma sociedade des-espiritual e decadentista.

Mas, por força da natureza humana, podemos estar seguros de que sempre que a dimensão do mistério humano for expulsa pela porta entrará pelas janelas; é impossível pensar o ser humano e o ser humano pensar-se na sua inteireza e profundidade fora deste quadro de compreensão e vivência do mistério humano.

Uma sociedade melhor e mais justa só se pode concretizar se a dignidade transcendente da pessoa humana for respeitada e se a vida humana não for instrumentalizada por qualquer meio e para qualquer fim. O ser humano existe, antes de tudo, como subjetividade, como centro de consciência e de liberdade e qualquer tentativa de o constranger dentro de esquemas de pensamento ou sistemas de poder, ideológicos ou não, implica uma clara restrição à sua liberdade e evidente instrumentalização da vida.

“Os direitos humanos correm o risco de não serem respeitados, ou porque ficam privados do seu fundamento transcendente ou porque não é reconhecida a liberdade

peçoal” (Caritas in Veritate).

De que é feito o medo e a depressão que são crescentes nas nossas comunidades? Que medo é este que hoje cresce, moldado em cima de um otimismo triunfante e balofo? Que é que de novo podemos fazer em conjunto, ou refazer em comum, em territórios locais de onde expulsámos os encontros gratuitos, as festas e as vizinhanças, o gratuito e o dom, arte e o sagrado?

A sacralização do instante, do consumo de uma nova informação espetacular em cada quarto de hora, a sacralização da vulgaridade e da miséria via televisão e da fabricação dos sempre novos gadgets irrecicláveis, até onde é que pode levar esta secura da terra, uma terra que se retorce de sede? Onde fundámos hoje a esperança? Para que vale a pena viver? Onde nasce e como nasce o desejo de um presente e um futuro melhores? Até onde nos pode levar esta invisibilização constante dos espaços de fraternidade, da gratuitidade e do dom, das manifestações da arte e da poesia, da literatura e do dom? “A estrada” de Cormac McCarthy não nos revela já o desastre iminente e não nos move a procurar outra estrada, essa outra que existe e muitos milhões de pessoas já hoje trilham, mas cada vez mais ameaçados e proscritos?

Nem só o que se pode demonstrar e o que surge destacado nos media contam nas nossas vidas e influenciam o nosso caminhar, a nossa estrada. O mistério que nos envolve e revolve é uma dimensão humana essencial que não podemos expulsar da nossa vida, até porque ao fazê-lo é a nossa própria vida essencial que estamos a expulsar de nós mesmos, fechando-a numa esconsa cave. Não se trata de encobrir superstição, crendice, uma fé acrítica e a histórica ou considerar a religião como ópio. As sociedades europeias contemporâneas, mesmo neste con-

texto crítico, por força de uma progressiva subjetivação e personalização das dinâmicas religiosas e da busca de sentido, outrora muito reguladas institucionalmente, assistem a uma persistência cultural do fenómeno religioso, agora muito mais “digerido” pelas experiências, critérios e escolhas pessoais e pelos contextos locais e sociocomunitários de cada um(a).

Como diz A. Touraine, a vida não é concebível a partir do que se vê, lembrando o “o essencial é invisível aos olhos” de Saint Exupéry, algo nos transcende e nos transporta para além de nós mesmos, e isso é o invisível amor que nos liga: a paz, a alegria, a bondade, a ternura, o auto-domínio, o dom, a dádiva.

Precisamos de pensar, no espaço público, o lugar do religioso nas nossas sociedades e culturas, em ambientes interculturais, sem esquecer o lugar central do cristianismo na cultura da Europa. Precisamos de cultivar a transcendência no espaço público, de incorporar na cultura atual a espessura do indizível e do invisível, a textura do desejo inabalável da liberdade, da paz, da cooperação e da esperança.

[10]

O MITO DO PODER COMO PODER SOBRE

Tendeu a prevalecer, ao longo do Séc. XX (embora seja mais antiga), uma concepção e uma prática de poder político democrático como significando um poder sobre, um domínio sobre, e não como a conjugação de todos os

esforços e possibilidades sociais para, sob uma determinada orientação política, promover o desenvolvimento social sustentado das diferentes comunidades e culturas. Parece que o modelo do poder (anterior) do rei absoluto foi apenas substituído por outra legitimidade, dita republicana e laica, que pouco alteraria o exercício efetivo do próprio poder (não o exercício proclamado do poder, esse sim sempre muito aberto e participado). Este domínio foi-se traduzindo na necessidade de substituir as iniciativas e possibilidades dos cidadãos e das suas instituições por iniciativas de um Estado cada vez mais omnipresente e prepotente. Optou-se sempre por substituir a iniciativa autónoma dos cidadãos e o seu *empowerment*, por um aparelho de Estado que tudo iria fazer melhor, mais justa e mais equitativamente, apesar de raramente haver controlo ou transparência na prestação de contas. A corrupção instalou-se lentamente à medida que foi necessário, para alguns, alcançar esse poder para dele se servirem, mesmo que por meios ilegais e sustentados em interesses secretos e mecanismos fechados, não transparentes e não democraticamente controláveis.

A sociedade portuguesa foi-se habituando a votar e a reivindicar (democracia representativa), do que a intervir ativa e abertamente na resolução das questões da vida em comum (democracia participativa e deliberativa). O desenvolvimento do poder autárquico democrático, após 1974, veio abrir algumas brechas nesta constante cultural, embora com limitações que se foram acentuando com o passar dos anos. Este modelo gera, a prazo, um efeito anestesante em termos de participação e prolonga e acentua práticas estatais de dependência. Há um autor que fala da “lassidão dos atores” para explicar este efeito cultivado pela administração do Estado e prolongado pela sociedade. Mais, José Gil fala de nós como um povo que tem “medo de inscrição” no espaço público.

Além disso, quer por este efeito quer pela sua conju-

gação com a corrupção, prolongou-se um clima de comodismo e clientelismo, que já vinha de trás, mas agora sancionado pelo novo ambiente democrático, em torno de grandes grupos económicos e do Estado, entre as grandes empresas de construção civil e os partidos políticos, entre a banca e o poder político, entre os grandes grupos de media e o Estado, ficando este progressivamente capturado por estes interesses, sem condições para o necessário e imprescindível distanciamento político e cultural. As instituições sociais autónomas e os movimentos culturais precisam não só de refletir sobre e denunciar este caminho, como prosseguir, com uma nova capacidade reflexiva e organizacional, a construção de dinâmicas sociais de reforço (lento!) da sua capacidade deliberativa, de decisão autó-noma, responsável e livre.

Para exercer este *poder sobre*, o modelo democrático parece esgotar-se rapidamente e até denota que nem sequer é o mais adequado. Muitos portugueses clamam pelo regresso ao “antigamente” e o espaço público vai ficando cada vez mais exíguo, liofilizado (com fotografias de Salazar cada vez mais reproduzidas nas “redes sociais”).

E este tipo de (exercício do) poder assegura-nos também que os media já informam devidamente os cidadãos e que todos sabem agora o que se passa e que, por isso, podem agora votar sempre conscientemente e que isso nos basta. A política espetáculo é apenas uma estratégia de sobrevivência dentro deste paradigma de atuação; para alcançar a legitimidade para o exercício deste poder sobre a sociedade basta parecer, nem se-quer é preciso ser, basta saber “vender” as palavras certas (as que as pessoas supostamente querem ouvir), no momento certo. Rarissimamente a geração de capital social e o *empowerment* social terá estado entre as prioridades políticas da nossa elite dirigente (disse entre as prioridades), ao longo do século XX e XXI e isso tem hoje pesados custos. Tenho tido vários alunos que pesquisaram, junto

dos “beneficiários” do Rendimento Social de Inserção, o modo como estes desenvolveram a sua autonomia e capacidade de ação. O que se verifica, quase sempre, é que estes pobres são “domesticados” e infantilizados (muito bem tratados pelos técnicos que deles precisam...), e o que se constata é a persistência dos modelos de uma vida pobre, desregulada e dependente; a dependência gera a dependência e não é inelutável que o apoio aos mais pobres e frágeis da sociedade esteja ao serviço do propósito de perpetuar a sua dependência (para perpetuar o “Estado social”?). A questão é: qual o acento tónico, qual o fulcro destes apoios sociais imprescindíveis, qual é o conjunto de resultados esperados do sistema público de “Solidariedade Social”?

O *poder com*, o poder que assegura a potenciação das possibilidades das pessoas e das suas instituições, por mais precárias que sejam, à partida (nada nasce grande!), o poder que procura fazer da legitimidade política um trampolim para promover a co-configuração local das melhores soluções para os vários problemas, esse poder é o que apela a mais autonomia e a mais responsabilidade social. O desenvolvimento social sem *empowerment* das pessoas e das suas instituições é uma mentira.

No nosso quotidiano, é este modelo participativo e deliberativo que impera nas relações sociais que existem nas nossas localidades? Em que circunstâncias temos sido chamados a intervir, a dar opinião e a fazer com? Face a algo que não conseguimos resolver sozinhos, que atitude tomámos? Somos atores de co-configuração local ou temos medo de inscrever o que quer que seja no espaço público? A quem nos aliamos? Aos iguais a nós, aos que pensam e atuam como nós, ou abrimos a porta a todos, sobretudo aos que pouco

ou nada têm, para serem mais autónomos e responsáveis?

O poder como serviço e serviço à comunidade, pode vir a constituir uma fonte de reinvenção da importância do espaço público e da própria política (e dos “políticos”).

[11]

O MITO DA IRRESPONSABILIDADE DOS CIDADÃOS E DAS SUAS DÉBEIS ORGANIZAÇÕES.

Muito se tem desenvolvido o mito de que temos, em Portugal, uma sociedade civil débil e de que a autonomia e a liberdade das pessoas e das suas instituições redonda sempre dinamismos de irresponsabilidade e de desvio à norma. Outro mito não seria de esperar que se fosse gerando, enquanto o aparelho do Estado se apropriava crescentemente de toda a sociedade, substituindo-a, em cada dia, em cada ano, em cada década, em cada século. Tudo tem acontecido muito devagar, de tal modo que quase não se nota. Com avanços e recuos, porque a história, felizmente, é feita de divergência e de conflito de interesses. Com avanços e recuos que fazem parecer que tudo é muito difícil, que não avança, quando está mesmo é a avançar (como morremos, ao fim de cada geração, muita

coisa se esquece e perde, emoções e sentimentos, conquistas e derrotas, convicções e crenças!). Com lutas e até guerras, mas avançando sempre, porque depois delas o tempo e a história que se faz encarregam-se de falar quase só dos vencedores.

Antes de 1974, sempre que o povo se queria pronunciar, Salazar lembrava-nos que fazíamos parte de uma cultura que não estava preparada nem para a liberdade nem para a democracia e que se estas surgissem assim, de repente, seria o caos em Portugal. Após 1974, o caos não se instalou e foi possível, lentamente, fortalecer a democracia e colocar o poder local ao serviço do desenvolvimento social. O Poder central, todavia, nunca despiu as suas ambições centralistas e de controlo, embora tivesse patrocinado o crescimento de sistemas sociais que hoje oferecem aos cidadãos oportunidades (ainda muito desiguais) de acesso à justiça, à educação e à saúde.

No final do Século XX, a administração do Estado, num movimento sempre em crescimento, ia entrando, também lentamente, pelas diversas áreas de organização da sociedade, devastando algumas colheitas organizacionais de anos e de séculos e submetendo a organização da sociedade ao controlo de um aparelho de Estado cada vez mais omnipresente e poderoso. Foi sendo assim, na nossa história, nas áreas da assistência social, da educação, da saúde, da economia. Basta lembrar o caso das Misericórdias, das Ordens Religiosas, do associativismo recreativo e cultural e da estatização da economia.

Ao mesmo tempo, a juridicização da sociedade tem crescido assustadoramente, daí derivando não só o receio de atuar livremente num contexto completamente pré-estabelecido e já bloqueado, como também um desmedido e altamente preocupante controlo sobre os cidadãos, sempre catalogado como um afã securitário e como mais uma manifestação da Nova Providência em que o Estado se vai transfigurando. O cartão único do cidadão e o con-

trola dos cidadãos e das suas organizações, sob o pretexto da informatização da sociedade, das “novas exigências” da “sociedade da informação” e das “novas tecnologias”, são apenas alguns exemplos de uma gigantesca mancha tentacular que nos cobre e que de securitário muito pouco tem, tendo muito de controlo, de robotização social e humana e de reimplantação do medo.

O Estado lá foi entrando na economia privada e a economia privada no Estado; o Estado lá foi entrando na banca e a banca no Estado, confundindo-se e amalgamando-se os interesses, como se, na verdade, não houvesse e não haja interesses comuns que devam prevalecer, num Estado que coloca a Lei e o bem comum acima dos interesses de cada grupo, em cada momento.

Hoje, muitos cidadãos portugueses são incapazes de pensar a sociedade e a sua própria cidadania sem terem presente como único referencial este papel central protetor do Estado, pai (e sobretudo mãe) de todas as iniciativas sociais. Confunde-se Estado Social com Sociedade Estatal, de tal modo que se nos torna difícil equacionar, ao mesmo tempo separada e complementariamente, os papéis do Estado e das organizações sociais e cidadãos. Quando concebemos e pomos em prática a autonomia destas, tememos quase sempre que o projeto e a ação corram mal, que não resultem, que não sejamos capazes, que nos cortem as pernas na primeira oportunidade de controlo, que não se coadunem com a norma, quando queremos apenas criar e fortalecer num novo quadro de autonomia e responsabilidade, dentro das nossas comunidades.

Portugal, segundo Miguel Real, “é hoje um país sonâmbulo”, “obediente a um totalitarismo tecnocrático e informático” e que mais do que “fazer de cada português... um robot técnico de fato cinzento, camisa azul e gravata verde ou amarela”, urge um “coque cultural”; porque “é um novo Portugal que está nascendo, sem su-

blimidade, sem espiritualidade, sem projeto superior às suas forças e à sua dimensão, o Portugal dos burocratas, dos técnicos, o Portugal dos engenheiros e dos economistas, o Portugal dos pequeninos, fundado no racionalismo tecnocrático, assente na onnipotência do mercado e do dinheiro, activando ideias exclusivamente utilitárias, divulgando propostas soberanamente individualistas...”.

Para tornar os dados ainda mais inextricáveis, o mito da irresponsabilidade e da incapacidade dos cidadãos e das suas organizações autónomas cresce todos os dias; martelam-nos a cabeça com veredictos como estes: em Portugal, não há organizações sociais responsáveis; os diretores das instituições sociais autónomas são fracos e incompetentes; os diretores das escolas, juntamente com os pais dos alunos, são incapazes de gerirem as escolas com autonomia; a sociedade civil portuguesa é muito débil; os portugueses não têm capacidade empreendedora, querem viver todos à custa do Estado; se o Estado não controla tudo a priori é o caos que se instala; ... A questão central não reside na parte de verdade que estas afirmações possam conter, mas no que elas testemunham e encerram: uma mentalidade de antes do 25 de Abril, o medo da liberdade e da autonomia, a incapacidade em apostar no *empowerment* das pessoas e das instituições e o medo de perder o poder de distribuir os subsídios pelas clientelas, o medo de beliscar o Estado protetor-e-mãe, em suma, o medo de inscrever. Como diz José Gil, “o medo é uma estratégia para nada inscrever. Constitui-se, antes de mais, como medo de inscrever, quer dizer, de existir, de afrontar as forças do mundo desencadeando as suas próprias forças de vida. Medo de agir, de tomar decisões diferentes da norma vigente, medo de amar, de criar, de viver. Medo de arriscar. (...) O esmagamento a que os portugueses foram sujeitos durante o salazarismo manifesta aqui um dos seus efeitos. Ninguém se julga capaz, toda agente se sente inferior à norma ideal de compe-

tência. O que não deixa de ser, em alguns casos, real, mas o que contribui também para que a incompetência aumente por falta de audácia, de coragem, de capacidade para se reconhecer o que se é.”

O medo inibe-nos, quebra os nossos laços, faz-nos mais pequenos do que aquilo que somos e podemos ser, retira-nos a força para nos exprimirmos livremente como somos, enfraquece e mata os nossos afetos, abafa a nossa vitalidade e esfarela as nossas forças, para regressar às metáforas de José Gil.

Na verdade, só saberemos realmente se a sociedade civil é débil quando ela, desafiada por dinâmicas de participação social e de autonomia real, desafiada pelas possibilidades da regulação sócio-comunitária, se colocar em ação. Casos muito concretos como o lançamento das escolas profissionais (desde 1989), o incremento da rede da educação pré-escolar (na segunda metade dos anos noventa) e a participação social e local no desenvolvimento de programas de inclusão social de crianças e jovens (Programa “Escolhas”), situações que conheço mais de perto, atestam exatamente o contrário: “desconhecidas” capacidades de iniciativa autónoma, de associação de interesses e de organização são de tal modo mobilizadas que deixam a administração perplexa. A este argumento podemos aduzir a enorme capacidade de livre iniciativa e de organização autónoma de milhares de instituições privadas que se dedicam à promoção do bem comum, nas áreas da educação, da saúde e da assistência social (por exemplo, as misericórdias, o associativismo católico, as IPSS), da animação sócio-cultural e desportiva (por exemplo, as associações culturais e desportivas, os conservatórios e as bandas de música, as fundações).

É evidente que diante de um Estado secularmente abafador da livre iniciativa e fortemente clientelar, só uma sociedade civil muito resiliente, forte e perspicaz

seria capaz de subsistir e, ainda mais, de se afirmar como alternativa face ao Estado. Precisamos que o poder político sobre a administração do Estado opte realmente por consagrar a liberdade e a autonomia das instituições, por favorecer a concorrência sã entre iniciativas e por incentivar o “empowerment” das pessoas e das instituições da sociedade civil para podermos constatar que Portugal, apesar das perdas de cérebros que ocorrem pela via da emigração, pode contar com importantes dinâmicas de *empowerment* e de regulação autónoma e sociocomunitária.

O caminho da autonomia precisa da autonomia e da liberdade para revelar todas as suas potencialidades e desocultar o amor à liberdade e o sentido de responsabilidade dos portugueses e das suas instituições sociais (tantas vezes dormentes sob a permanente ameaça à liberdade e à autonomia).

Aliás, a mesma racionalidade de argumentação que não se cansa de repetir que o nosso país tem uma sociedade civil débil deveria levar-nos a afirmar, com a mesma veemência, que temos uma elite política dirigente e uma administração pública paupérrimas, incapaz de avaliar os seus atos, desprovidas de instrumentos e de competências para saber o que realmente se passa, inimigas da liberdade e profundamente inaptas para apoiar os processos de autonomia e de empowerment das populações.

É por isso muito claro que o argumento da “falta de tradição cultural” e de que “o país não está preparado” tem sido, historicamente, o argumento dos inimigos da liberdade e de todos aqueles que, sendo porventura dela amigos, não querem ver o que está debaixo dos seus olhos, por medos vários, que podem ir desde o medo da perda de poder até ao medo das consequências sociais da adopção de outro modelo de regulação social, por ativismo cultural e obscurantismo político.

O principal problema com que a sociedade civil se confronta (além do peso abafador de um Estado-educador), para além do seu medo, da sua falta de liberdade e coragem, é com a débil articulação que existe, por um lado, entre as instituições que a compõem e, por outro, com os serviços do Estado central “localizados” em cada comunidade. Uma articulação local entre estas dinâmicas (verticalizadas) complementares só pode ser potenciadora de respostas mais criativas, eficientes e eficazes para os problemas que nos impedem o bem-ser e o bem-estar. É preciso recuar e perguntar:

Será o Estado mesmo o único construtor de todo o edifício social? E sempre que o quer ser, que problemas tem gerado na sociedade portuguesa? E quando se propaga o mito da incompetência e da irresponsabilidade dos cidadãos e das suas organizações, quem o faz e o que pretende: não se está sobretudo a querer fazer perdurar a prepotência e a omnipresença da administração do Estado? O Estado distante e a administração centralizadora, burocrática e manipuladora não podem ser substituídos por melhores serviços públicos proporcionados pelas iniciativas autónomas dos cidadãos, em cooperação com essa administração? Em que áreas é que isto não pode ocorrer? Onde é que a proximidade gera mais benefícios para todos?

Através da Internet e dos novos modos de difundir e aceder à informação e ao conhecimento, geram-se hoje novas dinâmicas sociais de inscrição no espaço público e de geração de competências que têm de ser revalorizados. A confiança é a mãe deste processo, sem ela não haverá progressos políticos sensíveis. Mas, além da confiança e com ela, tem de se sustentar a crença de que é o dom que

subjaz à criação de riqueza e à construção do bem comum na nossa sociedade. E é esse dom, que se desdobra em talentos e riquezas, que se tem de valorizar culturalmente, em qualquer organização e ambiente de trabalho, desde o dom dos trabalhadores e dos empresários, até ao dom dos promotores de coletividades para o bem comum e dos serviços públicos, contra a riqueza produzida pelo medo, pelo controlo do poder pelo poder e pela ganância e inveja, pela ilegalidade e corrupção, pelo favoritismo e pelas clientelas, pelas guerras e pela exploração das crianças e dos seres humanos.

Existe uma imensa energia nos seres humanos e nas suas instituições sociais, que é civil e que é cultural, que vence a agrura dos nossos dias e abre brechas inesperadas, que persiste no Portugal de hoje, mesmo num quadro tão pouco amigo da liberdade e do respeito pelas pessoas e pelas instituições autónomas e que irrompe exponencialmente num quadro de carinho mútuo, valorização recíproca e de incentivo público. Quando desfazemos a densidade social e antropológica em nome de uma qualquer modernice técnica, do controlo ou de um só princípio do desenvolvimento ou da economia, exaurimos à partida a torrente de luz e de bem que entre nós proliferam. A persistência do dom e da inteligência em fazer o bem bem feito esgotam-se se não se regam, estiolam se não se valorizam mutuamente, perdem resiliência se não são elemento central da cultura e da política.

[12]

O MITO QUE SUSTENTA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA ANTÍTESE

Serviço Público–Serviço Privado, Estado-Empresa Privada.

Vivemos muitos anos envoltos numa compreensão do mundo que nos colocava de um lado o Estado, como o (quase exclusivo) promotor do edifício público (os bons) e, do outro, a iniciativa ou empresa privada, que apenas visa o lucro ganancioso e selvagem (os maus), como se não houvesse mais mundo. Este maniqueísmo constitui uma grave doença da cultura portuguesa. Politicamente, a esquerda apoia os bons (como lhe convém) e a direita apoia os maus (como determina a esquerda, porque são sempre os bons que ditam a moral vigente!). De fora ficaram sistematicamente questões centrais como a criação de riqueza, o papel que a sociedade, ou seja, as pessoas, as instituições e a livre iniciativa querem dar ao Estado, o papel de moderação social e o empowerment dos cidadãos e das suas instituições, o papel do terceiro setor ou da economia social e solidária e, não menos relevante, a imprescindibilidade de uma visão menos única da economia de mercado.

Esta enviesada visão do mundo é muito prejudicial hoje, neste contexto crítico, quando re-pensamos o presente e o futuro. Segundo alguns estudos, nos próximos anos, a economia tradicional não ocupará mais do que dois terços dos trabalhadores que estavam ocupados an-

tes da crise de 2008. O setor primário volta a ganhar prestígio e o setor industrial continua a deter um papel central, nomeadamente entre nós, na produção de bens transacionáveis (e não só...). Começa a perceber-se de novo que o terceiro setor (setor social e solidário) tem também uma palavra a dizer na recuperação desta crise, no pressuposto de que o futuro não deverá ser uma mera continuação retocada do passado. O esgotamento do modelo cultural e económico atual está a exigir que se vá um pouco mais adiante, como explicitarei à frente. Está em cima da mesa, cada vez mais candente, a articulação entre os três lados do triângulo social: Estado, setor privado e terceiro setor. Há um autêntico upgrade cultural a promover, em termos do que é a economia e o seu desenvolvimento, ao serviço de todos.

A sociedade contém forças incríveis e capacidades dormentes que precisam de ser convocadas, acordadas e organizadas em torno (não já apenas do Estado, mas) de novos modos de organização social e económica e em redor da criação do trabalho necessário, pondo a render uma riqueza até agora muito escondida. Há uma grande disponibilidade social para a participação e existe uma enorme capacidade de inovação social que se pode e deve mobilizar, de modo autónomo e de modo articulado com os outros lados do triângulo, com real valor acrescentado, em termos sociais (muitos dizem que isto não corresponde à realidade, em Portugal, mas sobre isso já falamos...). A economia tem de ser feita à medida das pessoas e não o contrário, com “um só princípio ativo”, o de maximizar lucros de curto prazo, numa economia erguida para benefício de uns poucos apenas e apta a desarticular, desmembrar e destruir o bem estar e o bem ser dos cidadãos (efeitos que são tidos como problemas menores, meros “efeitos colaterais”).

Sem darmos conta (?), o “Estado Social” português fabricou uma gigantesca sociedade estatal adormecida e

cada vez mais dependente do aparelho do Estado e este agigantou-se ainda mais para acorrer a mais “necessidades”, urdidas pelos seus inúmeros gabinetes técnicos e executadas por um exército imenso, tendo como suporte as orientações políticas predominantes. O dinheiro recebido da União Europeia a rodos e distribuído a conta-gotas por todo o território foi uma ótima cama elástica para reforçar este salto.

A dependência só gera dependência e a subsidio-dependência, que a administração do Estado habilmente manipulou (e manipula), forjou cuidadosamente um Estado ainda mais onnipresente e uma sociedade ainda mais deslaçada e ausente da participação no nosso edifício social. O desejo de autonomia e de participação dos cidadãos tende assim a esvaziar-se e virar-se quase exclusivamente para o próprio Estado, como se só através dele ou com sua autorização (superior) elas se pudessem alcançar. E, para colocar a cereja em cima do bolo, a mesma administração do Estado manipula a opinião pública reafirmando, em cada ocasião, a debilidade das organizações da “sociedade civil”, ou seja, a melhor forma de perpetuar a sua onnipresença e onnipotência (nada que seja estranho ao mais puro Estado-Providência).

O grande mito cultural do nosso país é mesmo este: o Estado é função de quase tudo e quase tudo deve gravitar em seu redor, desde os cidadãos às instituições, desde a política pública até à iniciativa privada e associativa. Se assim não acontecer, ocorrerá o caos da desigualdade e da selvajaria, desencadeadas pela iniciativa privada. Este curtíssimo e estúpido maniqueísmo não nos leva a nada nenhum, só nos extrai a vitalidade social que nos resta.

A própria solidariedade social tende a morrer, sob a almofada asfixiante seja deste aparelho seja da inação social que ele gera e alimenta. Uma boa parte das redes de vizinhança e do tecido de entajuda local foi morrendo ou sendo substituído pela nova e onnipresente ação da

administração do Estado, do aparelho dos partidos políticos e do seu discurso único. Até muitas instituições da Igreja Católica, inspiradora e detentora da maior parte destas redes solidárias, se projetaram nos braços protetores do aparelho administrativo do Estado, entregando nas suas mãos a sua subsistência financeira e, por essa via, boa parte do seu modo autónomo de pensamento e de ação. Ninguém quis ficar de fora da grande e quente asa da galinha, seja porque ela vive e age com o dinheiro dos cidadãos, o que torna esse movimento muito lógico e legítimo, seja porque parecia mais seguro e “cool” depender do Estado do que afirmar a independência e a autoria, carregando com todas as consequências inerentes.

Assim cresceu, nos últimos quarenta anos, *um português*, sa estatizado, controlado, de sentido único, aparentemente sem alternativas, mas muito frágil e sempre a fugir para a frente. Metamorfosean – do F. Fukuyama, o “fim da história” não seria já a neutralização de todas as alternativas socioeconómicas sob o efeito do capitalismo total, mas antes a neutralização da “sociedade social” e a sua substituição pela sociedade estatal, tecnocrática, burocrática e centrípeta. Em certos momentos, o Estado surge na economia e na sociedade como se não houvesse mais por onde os cidadãos se moverem que não fosse por entre os seus tentáculos, quebrando a livre iniciativa, a vontade de arriscar e os laços, o tecido associativo que nos liga em cada comunidade, que é o que verdadeiramente forja a ecologia e a economia de uma sociedade, como diz Elena Lasida.

Aprendemos, neste modo de organização da sociedade, em que a administração do Estado substitui a sociedade e os cidadãos (catapultado pelo dinheiro da Europa), num maternalismo ilimitado, a sermos ainda mais dependentes do antigo “suserano”, ladeado agora tanto da mítica e engalanada história passada, como da atual

legitimidade democrática!

O ideário da “fraternidade” que a modernidade transportou (a par da liberdade e da igualdade) tem sido aquele que mais dificuldade tem tido em se concretizar. Lamentamos isso, detentores de uma liberdade e de uma igualdade, entretanto e apenas em parte, já alcançadas. Mas sobretudo lamentamos, adormecidos ou paralisados que estamos, sem percebermos que sem este veio da fraternidade - um bem sempre performativo porque reclama sempre ação, convoca sempre o nosso corpo - nada alcançaremos de sério e profundo, mesmo em relação à liberdade e à igualdade, que ficarão sempre aquém do desejado, pois sem amor e dádiva ficaremos sempre longe do outro e sem ele nada somos, ainda que nos auto-proclamemos livres e iguais (e daí a imensa dificuldade em alcançarmos tantos dos objetivos que nos propomos no campo da igualdade!).

Todos conhecemos muitas instituições sustentadas sob este signo da solidariedade e da promoção desinteressada do bem comum e sabemos que esse é um precioso tesouro que ilumina o presente e que transportamos para o futuro.

A questão estúpida é pois a de se perder tempo a discutir se deve haver ou não Estado Social. Claro que é preciso assegurarmos, em comum, sistemas de proteção aos mais desprotegidos. Isso é essencial e constitui uma conquista social a nunca perder, antes a melhorar progressivamente (nesta crise que se instalou, vê-se realmente quem é que está a apoiar os mais pobres e aflitos!). Mas a questão central está em saber porquê e para que é que o fazemos e, depois, como é que o queremos realizar. O que se tem de debater, no espaço público, não são sempre e só os princípios (sempre belos) e os meios (sempre os maiores), são sobretudo os porquês e os para quês! A ação solidária, policêntrica e sociocomunitária (pois os serviços a prestar não têm de ser fornecidos necessa-

riamente por serviços da “administração pública”, mas pela comunidade bem organizada e articulada com uma nova administração pública), deve dirigir-se, concertada com a ação do Estado, para ajudar cada pessoa a ser mais pessoa, mais autónoma e capaz de ser feliz com os seus concidadãos, não para a naturalizar como débil, pobre, desempregado ou dependente!

O esforço pessoal para se sair do atoleiro da pobreza, a responsabilidade pessoal em assumir um caminho próprio e autónomo, por exemplo, um pequeno negócio, em vez de esperar que venha o subsídio ou saia o euro-milhões, a determinação em ser protagonista de decisões e pequenos projetos autónomos, o valor acrescentado de tudo isto deveria levar os portugueses a ultrapassar o mais depressa possível este erro político trágico de não vermos as benesses do Estado também como instrumentos de domínio sobre os cidadãos em situação de maior vulnerabilidade, porque meios de adormecimento, de naturalização e até de perpetuação da pobreza e da exclusão.

No novo contexto de “crise” em que vivemos, até onde queremos que o Estado intervenha na sociedade? E a iniciativa privada e a iniciativa solidária? Assim como estamos não podemos continuar, que mais não fosse porque o modelo faliu e tornou-se insustentável (desde logo pelo seu custo excessivo, pela sua ineficácia e pela forte quebra demográfica). Onde queremos que o Estado esteja presente, com que critérios e com que estatuto o queremos presente? E a iniciativa privada e a iniciativa solidária devem entrar onde e como, para cumprir que desideratos? Em tudo o que os cidadãos e as suas organizações sejam capazes de fazer e bem, porque é que a administração do Estado

não surge sobretudo como o incentivador dessa autonomia e responsabilidade? Se só a prática da autonomia gera a autonomia, como é que se espera melhorar o espaço, o modo e o tempo da responsabilização progressiva dos cidadãos e das suas organizações? Como se gera e co-gera a responsabilidade progressiva dos cidadãos? Que passos estamos dispostos a dar em torno de um outro modelo “solidário, policêntrico e sociocomunitário” de desenvolvimento social, assente no novo triângulo social?

O momento que vivemos é extraordinário, mesmo do ponto de vista cultural: a oportunidade é única. A janela desta oportunidade só estará aberta (e pouco), quem sabe, por uma década!? Aliás, já não falta por aí quem a queira fechar e depressa! Quem mete a mão na janela, nas múltiplas janelas já abertas, outras entreabertas e muitas outras a abrir, a custo? Temos de sair dos “lugares des-esperados” (L.Bruni) em que vivemos, desde o desemprego à corrupção ou ao capitalismo financeiro e incontrolado, mas para isso precisamos de re-equilibrar este triângulo virtuoso, entre Estado, iniciativa solidária e empreendimento privado. Não é fácil, isso já o sabíamos. Permanecer por mais tempo nesses lugares escuros mata o verde das plantas e a seca a esperança que nasce nos olhos que se olham sedentos. Só por estupidez podemos não percorrer um caminho que se apresenta muito mais eficiente, produtivo, eficaz e muito mais humano e socialmente mais equilibrado.

[13]

O MITO DA INEVITABILIDADE

Finalmente, uma das amarras que mais nos prende ao consumo, ao “presentismo” e ao sofá é o mito da inevitabilidade das coisas e da história: “sempre foi assim, para quê pensar e agir diferentemente?” perguntamos. É já o verde das folhas a ir-se mesmo embora. O desespero é mais contagiante do que a graça e a esperança.

“Sempre houve ricos e pobres!”, “Sempre houve destruição e guerras!”. Este é o mesmo mito que nos leva a dizer que vivemos uma sociedade em que a política é “uma treta”, para nada serve, que só serve para uns poucos se “encherem”, em nome de muitos, que os elegeram, que a corrupção grassa entre nós, por todo o lado, ao mesmo ritmo da irresponsabilidade. Será inevitável, sempre foi assim, que se há de fazer? Portugal é um país assim! Mas, Portugal será só e sobretudo isso?

Todavia, como (não) sabemos da história que já vivemos, nada é inevitável, quase tudo é evitável, tudo pode ser de outro modo. Foi assim com mais de quarenta anos de ditadura, em Portugal, foi assim com o Muro de Berlim, foi assim com a falência dos modelos ditatoriais coletivistas e fascistas, foi assim com o apartheid na África do Sul,... Os caminhos não estão fáceis nem claros (caminhamos ao luar), mas a história está aberta. O improvável acontece (de outro modo Portugal nem sequer existiria!). As encruzilhadas da nossa história dizem-nos o contrário da inevitabilidade. Onde parecia que tudo estava fechado ou a desmoronar-se como um fim, surgiu um outro começo. Foi assim com processos civilizacionais, foi assim com a “cortina de ferro”, tem

sido assim com Portugal e será assim no presente e no futuro. Nada está garantido, é verdade, mas também nada está enclausurado. Da vida, como acontece com a água que se pretende impedir de fluir, brota sempre nova vida!

Contra o fatalismo e o peso da violência, precisamos de cultivar mais a leveza e, como sugere Italo Calvino, para a alcançarmos havemos de praticar a arte da “deslocação”, ou seja, aprender a praticar uma visão do mundo, dos acontecimentos e de nós mesmos, formulada de pontos de vista e de tempos, lugares e disciplinas diversos, em deslocação e não sustentados no pilar individual ou na rigidez e na cristalização. A integração de saberes e de políticas impõe-se se queremos mesmo fazer desta crise um recomeço, uma nova possibilidade.

Este desemprego que nos assola, desumaniza e desertifica é evitável, seja fruto de uma outra concepção do trabalho, seja com outra organização dos tempos e ainda com outra distribuição do trabalho existente. Trabalhar é um bem, é um elemento constitutivo da dignidade e da identidade de cada um(a), mas só uma nova visão do trabalho (e do emprego) gerado em torno destes valores humanistas poderá provocar desenvolvimento com progresso social, com melhor vida para cada cidadão, em vez do desenvolvimento com destruição de valor pessoal e social. O “trabalho tem de ser criado e não apenas procurado” e a “economia civil” tem aí um importante papel, ao lado do sector privado e do Estado, que devem, no seu conjunto, procurar novos modelos de articulação. A inovação social de que necessitamos passa também por aqui. Os cidadãos e as suas organizações são protagonistas, não espectadores, e uma nova fase de criatividade poderá ser gerada em torno de mercados de bens cada vez mais escassos, mas inesgotáveis e preciosos: os bens relacionais, culturais e ambientais, como aponta o economista L. Bruni. Para tal é preciso continuarmos a de-

nunciar as expressões de morte do capitalismo financeiro, descontrolado e selvagem, que pretende apenas maximizar o lucro e beneficiar uma pequeníssima parcela da humanidade.

Há dinâmicas muito positivas que apontam caminhos bem diversos dos atualmente predominantes, a precisarem da sustentação de uma “coligação internacional em favor do trabalho decente” ou digno, como preconizam organizações sociais, políticos, Papas e a própria OIT: o microcrédito como via de empowerment de pessoas pobres, as empresas de “comunhão”, a economia social ou solidária, a “responsabilidade social” de algumas empresas, as novas iniciativas de desenvolvimento rural e local, protagonizadas por pessoas cada vez mais jovens, a concertação social e os acordos empresariais entre parceiros, as “obrigações de impacto social”, tão defendidas pelo Diogo Vasconcelos, os investimentos e os investidores sociais que o Reino Unido, por exemplo, incrementa, etc. A organização das empresas e do trabalho tem de servir a todos e não pode ser apenas um modo de maximizar o lucro e retribuir os acionistas, com rendimentos de curto prazo, utilizando recursos comuns, das matérias primas até ao ar que respiramos. Com a economia de mercado é preciso aprender a articular a “economia da atenção”, a economia da dádiva, as redes de cooperação para o desenvolvimento social e cultural, o trabalho comunitário e o trabalho voluntário. É evitável esta miséria social e cultural que se cola diariamente ao desemprego. Não há nenhuma fatalidade social que lhe esteja associada e a grande maioria da humanidade não a deseja, abomina-a. Mas não sabe como a superar, porque os tempos são obscuros, a luz é escassa e as elites e os media não lhes conferem qualquer prioridade.

Morrem três crianças de fome, por minuto, mas a fome é evitável, pois, como todos (não) sabemos, a sua

extinção está ao alcance de muito pouco dinheiro, de um renovado empowerment das populações carenciadas, de uma melhor distribuição dos excedentes alimentares e de uma mais justa organização das trocas a nível mundial. É possível (como o vejo e sinto em tantas partes do mundo por onde passo e trabalho!) outro modo de desenvolvimento da agricultura, de revitalização dos mercados locais, de redução do desperdício, de criação de emprego em serviços de proximidade, de novas utilizações dos recursos naturais, de apoio às pequenas e médias empresas nacionais,... É possível pensar o desenvolvimento social (e não apenas o crescimento económico), numa equação que valorize simultaneamente a modernização e a competitividade do sistema produtivo e o progresso de toda a sociedade, mas tendo como objetivo claro a melhoria das condições de vida das populações, e a erradicação da pobreza, a *welfare society*, num quadro de justiça social. A deriva individualista e consumista, enclausurada no quadrado “centralismo-hierarquização-hiperespecialização-egoísmo”, é evitável com outro modo de organização da vida comum, com política, com outras escolhas em termos de prioridades, escolhas que somos nós, eu e tu/você que fazemos (nunca deixamos de as fazer), em cada dia que passa.

Ainda por cima, esta história está aberta aqui e agora, em nós e ao nosso lado, com aqueles com quem vivemos e trabalhamos, nossos conterrâneos e concidadãos. Esta crise que nos atormenta constitui também uma grande oportunidade. A história está aberta na polis, no espaço público, na praça, a nossa, aquela onde fazemos a nossa “vidinha” de consumidores ativos e de inquietos “passivos”, está mesmo aqui, na realidade que nos cerca. A história está aberta no nosso país e na cena internacional, plano onde é sempre necessário agir, num mundo tão interdependente como o nosso.

Ah, o sentido da realidade! Como temos perdido o sentido da história concreta de cada um e da nossa pequena ou grande polis, afinal daquilo que nos rodeia: do viver com o que temos, do laço que prende e não deixa cair (como diz Hilde Domin), das palavras que usamos com os que convivem connosco, do que vemos, do que ouvimos, do que verdadeiramente se passa em nós e ao nosso lado. Perdemos dramaticamente o sentido da realidade e da justiça e partimos para uma galáxia onde é mais do que perigoso viver: a da fantasia, a do “realismo fantástico” e do irrealismo dramático, a da sociedade estatal e do estado social, a do ensimesmamento e das comunidades de mesmidade, a do materialismo e do consumo desenfreado e do confinamento ao *carpe diem*, a de viver numa ficção igualitarista coletiva criada pelo comunismo a-histórico, a de viver um quotidiano de excessos que não se podem pagar (a não ser com a doença) e que, no limite, humanamente nem sequer se deseja. Ainda por cima é aos nossos netos que estamos a condenar, mais do que a nós mesmos.

Não, não é inevitável este Estado omnipresente e omnisciente que alguns confundem com Estado Social, um Estado que sufoca, neutraliza e substitui toda a sociedade, as pessoas e as instituições. Não, não é inevitável o fechamento de Portugal na burocracia do medo, nem o fechamento sobre a necessária “austeridade”. Não, não é inevitável que as instituições sociais autónomas, desde as coletividades locais às grandes Misericórdias, desde os sindicatos às Ordens e às mais diversas associações, tenham de gravitar em torno do Estado e viver na sua eterna e materna dependência (as muitas que vivem). Não, não é inevitável que a democracia não consiga penetrar por entre tamanha burocracia e pelo clientelismo tão instalado e tão exuberante (leva tempo, por isso há que não adiar!). Não, não é inevitável que a saída seja vi-

ver em lugares de des-espero, que seja o descrédito das instituições, a desesperança e o desfuturo.

Quem não espera, desespera.

Já é tempo de nos libertarmos do Estado “Tio Alma Grande”, o abafador de Riba Dal, como Torga tão bem o descreveu, para nos concentrarmos na construção de um outro tipo de sociedade democrática e de Estado subsidiário, bem mais responsabilizante e capaz de fomentar a liberdade e a autonomia dos cidadãos e das suas instituições. Sem este medo que nos tolhe! Um horizonte que tem já tantos passos dados, nas nossas cidades, no mundo que nos rodeia e que precisa de espaço e tempo, de respiração social, da nossa própria respiração ansiosa e como que alegre, para se ampliar.

Infelizmente, vemos e ouvimos muitos discursos políticos a defenderem conquistas do passado, a todo o custo, sem mais, sem sequer ousar interrogar, sem sequer ousar abrir, hoje e aqui, a caixa que as contém, para melhor se ver o que realmente são, hoje e aqui. Ora, depois de um (escasso) século em que fomos aprendendo a balbuciar práticas autenticamente democráticas, estamos ainda na infância da democracia, enquanto expressão da diversidade de pontos de vista e de todo o conflito social e cultural inerente à sociedade portuguesa. Experimentamos uma democracia representativa escassamente articulada e cuja vitalidade se encontra muito circunscrita e esgotada no recente modelo pluripartidário saído de Abril de 1974. Quando a corrida ainda está no seu início, muitos de nós estão cansados; instalamo-nos no sofá a ver o resto da cena pela televisão, porque desistimos de continuar a correr, sentados em cima de conquistas do passado, sem nos deixarmos questionar, sem plena consciência dos trabalhos ainda a realizar e do suor que

ainda falta libertar. A liberdade e a democracia ou são conquistas de todos os dias ou são realidades culturais devoradas pelo primado dos interesses particulares, pela incivilidade e pela barbárie.

Como bem têm refletido José Gil e Eduardo Lourenço, idealizámos uma realidade de um país de brandos costumes, parado, a viver do seu grandioso passado, mas virando a cara ao seu presente, ao seu vizinho, ao outro, ao diferente, ao risco e ao exercício real da liberdade e da participação política. Em vez de participarmos realmente na vida comum, pelo nosso próprio pé, colocando a impressão e a marca única do nosso dedo, a “inscrição”, conversando e deliberando em comum sobre aquilo que nos entusiasma e atormenta, delegamos muitas vezes em outrem esse papel (os técnicos, os especialistas, os partidos políticos e as suas opiniões já assentes), ou seja, continuamos sentados no sofá a manipular os variados gadgets, a consumir informação e a acolher as necessidades que nos foram criadas, à espera que outros corram em nosso nome e por nós.

Sair à rua, uma vez ou outra, para revelar indignação é importante, mas pode ser muitas vezes, a outra face da mesma moeda. Dois ou três dias bastam e tudo continua na mesma porque não ousamos quebrar o diáfano manto da idealização da realidade que há muito empreendemos. Três dias ou quatro de indignação não apagam a vil tristeza que é desistir o ano inteiro da democracia e da liberdade feita pelas nossas mãos, em comum.

E porque é que persistimos neste engodo? Porque é o Estado (eles!) que assegura (as conquistas e) a democracia? Porque já não é necessária a nossa ação e discernimento?!

As “conquistas de Abril” já não são a referência

para quem nasce e cresce neste novo século: referências são agora mais rapidamente a corrupção na política e na sociedade, a indecente defesa de inte-resses particulares em lugares públicos, uma pro-funda desconfiança nos partidos e nas instituições, desconfiança esta que tende a minar todo o edifício social.

Há um real desinteresse por parte dos mais novos em envolver-se na polis e em participar de modo único e livre numa aventura comum, inesperada, aberta? Ou o problema é outro? Qual será então?

Muitos jovens com quem dialogo nas escolas e nas universidade, chegam à adolescência e percebem claramente o jogo: na andança entre A e B e C, em círculos muito fechados (nos mundos virtuais, igualmente fechados sobre “os amigos”), parece já estar escrito o destino social sobre quem vão ser os herdeiros do regime “democrático”: a clientela do costume, os subjugados, os que não pensam por si próprios nem arriscam, os que são amigos dos amigos dos amigos e entram nos partidos.

Porquê e para quê, então, arriscar, empreender algo novo e diferente?

O *mainstream* político-partidário parece secar o horizonte da criatividade e da inovação sociais e sorve, substitui e anula o interesse em manifestar a autenticidade e a diferença e em agir consequentemente: afinal, para quê?

“A democracia é preciso merecê-la” disse Manuel Antunes, “é preciso traduzi-la nos factos e nas instituições que objetivem e encarnem a verdade, a justiça, a fraternidade e a liberdade de uma comunidade verda-

deiramente humana”.

Há, como sabemos, novas iniciativas de criação de trabalho e de inovação social e empresarial e de reorganização da economia de mercado em torno de critérios mais abertos, humanos e solidários. Ainda recentemente António Pinto Leite veio a público enunciar “o amor como critério de gestão”, recuperando a “beleza extraordinária e esquecida de olhar as empresas como comunidades humanas”. Embora ainda muito desconexas e politicamente pouco credibilizadas, as iniciativas de inovação social que despertam poderiam ser listadas e refletidas em grupos organizados, pois esse poderia ser um caminho para se sair de um impasse e até de uma deriva em que se caiu. O caminho da justiça social já não será o que um ou outro iluminado poderão traçar, mas apenas aquele que em conjunto, aqui e ali, em cada bairro ou freguesia, concelho e cidade, decidirmos empreender com as nossas próprias mãos, uns com os outros.

Quem começa a fazer a lista, no teu concelho ou na tua cidade, e encontra as referências relativas às novas iniciativas que por aí andam, sem que delas sequer nos apercebamos (nós que dizemos tudo saber!)? Quando vamos conversar sobre isso em comum?

Temos uma história muito rica, como povo, cheia de tesouros pessoais e institucionais onde podemos enxertar dias melhores, com moderação, ousadia e em comum. A democracia que serviu para instalar novos interesses, que dela se serviram e servem escandalosamente, servindo-se do Estado, aumentando o conflito em vez da justiça, tem ela mesma de ser aprofundada na sua matriz de universalidade, de participação efetiva das pessoas e das instituições e de respeito pela dignidade humana. Fazer a cartografia dos tesouros que temos por aí escondidos

e que servirão para adquirirmos, ou melhor, para revelarmos e imprimirmos dias de um presente melhor constitui uma tarefa a que se pode e deve meter ombros, tirando partido do enorme benefício que são as potencialidades da Internet e das redes digitais.

“A (nossa) pouca confiança coletiva provém da fraca tessitura que mantemos... Rendamo-nos de vez a nós mesmos. Cientes de que só reconhecendo francamente o bem que haja, rejeitaremos por contraste o mal que se lhe oponha” (Manuel Clemente).

O exercício do poder político, económico e social está inquinado pelo mito do poder pelo poder, pela ideia perversa de que deter poder é um fim em si mesmo, para bem de quem o detém e dos seus amigos e obedientes seguidores. No entanto, não somos donos de nada neste mundo. Tudo se esvai em um segundo, em qualquer momento da vida. Nada levaremos para um “outro mundo” do poder que possamos deter neste mundo. As instituições são instrumentos, os governos são meios, o poder é um serviço. O que importa esclarecer no ser humano é o sentido da sua vida e da vida em comum; se há um poder a desenvolver é esse, o de se conhecer a si e aos outros, o de viver em paz, o de orientar a vida em prol da dignidade humana e do bem comum, pois a solidariedade é o único lugar onde porventura a felicidade habita.

[]

A ADOLESCÊNCIA, O ESPELHO DESTA REALIDADE

Um dos melhores modos de exemplificar, visualizar e tomar o pulso ao estado das coisas na sociedade consiste em sentir mais de perto o que se passa com os adolescentes, esses que navegam nas águas que ondulam entre a infância, que se prolonga mais e mais, e a inserção socio-profissional que tarda mais e mais.

Os grupos de adolescentes e jovens, apesar da sua enorme diversidade social, que tem de ser sempre considerada (já alertei no início para esta importante ressalva), habitam, na sua generalidade, o País do Nunca Mais : nunca mais acaba a minha formação inicial (cada vez mais prolongada e obrigatória) e nunca mais sou livre para ir trabalhar; nunca mais consigo sair de casa dos pais; nunca mais encontro trabalho; nunca mais compro casa, nunca mais consigo casar, nunca mais posso ter filhos,.. nunca mais... Estes grupos respiram hoje a inquietação e a angústia do seu tempo, a crise e a incerteza dominante que o envolve, um tempo que lhes é apresentado como tendo muito pouca esperança dentro dele, ao mesmo tempo que tem cada vez menos passado e memória. O tempo presente tem uma tal complexidade, intensidade, vertigem e incerteza que tende a dominar o tempo possível, tornando-se o tempo todo. Os “ritos de passagem” de boa parte destes jovens ao trabalho e à idade adulta são, como diz Carles Feixa, “ritualizações do impasse”.

Sem futuro, o presente torna-se, simultaneamente,

tábua de salvação e masmorra (o referido presentismo), pela incapacidade em gerar confiança nos adultos, nas instituições e uns nos outros, confiança esta que é nuclear para que os jovens possam dar passos divergentes dos atuais.

Ao mesmo tempo, estes jovens são cada vez mais “nativos digitais”, imersos, desde o nascimento, num mundo marcado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação e pela sobre-informação, acessível através de múltiplas e poderosas fontes. Esta sobre-informação transporta um caudal que desenvolve, entre outras, duas capacidades nos jovens: por um lado, uma nova e tempestuosa capacidade de esquecimento, para ser sempre possível repor mais informação, por outro, um subconhecimento, um saber pouco estruturado e hierarquizado e, para muitos, debilmente ancorado em valores comuns, já consagrados na comunidade.

Um consumismo pandémico, sobretudo economicamente desejado, marca as sociedades e estes grupos e culturas juvenis, atingindo tudo o que fazem, incluindo o estudar. Neste clima sociocultural, que também é dominado por incertezas enormes, os jovens vão-se manifestando as mais das vezes impotentes para atuarem, para além de pequenos episódios e momentos avulsos, quase sempre manifestações breves de insatisfação e de indignação, mais uma vez atomizados, o que não deixa de colocar importantes questões em torno da sua afirmação identitária. Esta tende a encerrar-se e a exprimir-se sobretudo através dos cenários disponíveis do ser-para-o-consumo ou no ser-para-a-produtividade, ou ainda no ser-para-o-espetáculo, pouco mais do que uma forma de ser-para-si.

Estes tempos são sobretudo de atravessamento de fronteiras e, retomando Feixa, de “fusão” entre climas, espaços, tempos, dinâmicas: entre tempo livre e trabalho, entre o virtual e o real, entre o artificial e a experiência, entre a música e a vida, entre passado-presente-

-futuro, entre idosos e crianças, entre o dentro e o fora da família de origem, entre o igual e o diferente, entre local e global, entre nação e Planeta. Todavia, estes processos culturais fusionais convivem com grupos juvenis (tribos) muito diferenciados, distantes, pouco abertos entre si, ensimesmados e pouco fusionáveis, mas que, percebe-se, afirmam pertenças e procuram fortalecer, à falta de melhor, identidades juvenis insulares.

Este é, em brevíssimas pinceladas, um quadro sociocultural em que os jovens dos diferentes grupos juvenis experimentam alguma dificuldade em afirmar a sua autonomia e responsabilidade, vivendo muitos deles, com níveis de desemprego da ordem dos 40%, difíceis processos de afirmação pessoal e identitária (Barbiani) e de construção de projetos de vida e de cidadania, inventando-se dificilmente como atores sociais. A pertença desenvolve-se para muitos através do consumo e de várias expressões de adesão cultural, com destaque para as “redes sociais” virtuais e para a música, forma privilegiada de diálogo dos jovens de hoje com o mundo.

A Terra e a sua sustentabilidade constituem um tema político agregador para muitos grupos, sem que contudo isso signifique uma visão verdadeiramente “ecológica” do futuro do planeta. O trabalho e o emprego apenas estão acessíveis entre 50% a 70% dos jovens, em vários países da Europa, o que cria um clima de profunda rutura com o tradicional modelo de inserção socioprofissional dos jovens, ou seja, com modelos habituais de pertença e de construção da autonomia. O desafio e o risco, para esta geração, inscrevem-se em tudo e irrompe por todo o lado.

Além disso, crescem pelo mundo ocidental enormes doses de frustração, angústia e inquietação entre os adolescentes (por exemplo: afinal para quê estudar tantos anos se isso vai desaguar na mesma em desemprego?), cada vez mais doentias, porque ensimesmadas e liquefeitas, à falta de novos horizontes políticos e à mín-

gua de enquadramentos políticos atuais mobilizadores. Em Portugal, enquanto a minha geração de adolescentes tinha muito pouco e foi alcançando muito, esta nova geração, nascida na transição para o novo século, começa com muito e com a promessa de muito mais e está a acabar por se confrontar com pouco... com horizontes que lhes são apresentados como fechados.

Corremos riscos sérios de ver crescer o número daqueles adolescentes e jovens que, na fase inicial da sua vida e depois de fortes investimentos públicos, privados e pessoais na sua qualificação, ou emigrem sem perspectivas de regresso ou coloquem tudo em causa e ajam como quem não tem nada a perder, levando na tempestade um regime político que sentem como o grande traidor das suas expectativas.

Por isto mesmo, temos de colocar sobre a mesa a necessidade de recriar o espaço público, a democracia e a liberdade, que se atrofiam assustadoramente, sob o nosso complacente e externo olhar. Este é um tempo de reafirmação pública das nossas escolhas, por novos meios, agora inscritas em dinâmicas sociocomunitárias, essas que eram impossíveis na juventude da minha geração (pela ausência de liberdade e de democracia). O salto dado, em termos políticos, foi gigantesco e é preciso aproveitá-lo, para não regredirmos, reinventando-o, para avançarmos, passo a passo, com efetivos pequenos passos.

ESTE É UM TEMPO DE MUITA SEDE

Aqui chegados, vivemos um tempo de segura, há muita sede escondida. E isso é muito bom.

Aqui chegados e descritos estes mitos, o nada que é tudo,... ficam provavelmente mais claros alguns elementos nucleares do perfume do tempo que nos é dado viver:

- um tempo de transição cultural e não apenas económica, pois na raiz de muitos problemas, incluindo os económicos, está uma “crise de valores”, de prioridades políticas e de escolhas em relação aos modos de vida;
- um tempo de exacerbado individualismo, de fechamento de pessoas e de grupos, de explosão de uma fragmentação social que evidencia a persistência de desigualdades sociais profundas, que parece que só se agravam a cada dia que passa, imersos nesta crise;
- um tempo de flagrantes injustiças, de sobre determinação e domínio de uns poucos e de incontrollada especulação financeira, colocando o mundo numa incerteza e num risco constantes, agravado por um tempo de retração da nossa capacidade de pensar e agir socialmente, uns com os outros, no espaço público, sobre as melhores escolhas a fazer em termos de bens comuns;
- um tempo de busca, mas de baixa intensidade, de um reequilíbrio mundial, agora baseado numa nova lógica multipolar, onde o futuro do planeta e das populações mais desfavorecidas constituem desafios maiores, sem um caminho com uma sa-

ida à vista, provavelmente com várias;

- um tempo de fuga para a frente (ondulando sobre um heroico tempo passado), de muita efabulação e fantasia, de escolhas de modos de vida para além do razoável e do sustentável, para além do que se tem, do que se produz e se conquista, para além do que é um estilo honesto e austero de vida, para além da autenticidade, do que pode ser uma vida feliz;
- um tempo de forte aprendizagem da dependência ou da subsidiodependência, em que desarmamos a nossas parcas e variadas tendas civis em nome de uma só, a do Estado, prescindindo da autonomia e da autoria, abdicando do *empowerment* de muitos, reproduzindo dependências;
- um tempo crente na tecnocracia que esconde a morte, porque quer esconder o ser humano; depois da morte de Deus só podia mesmo vir um tempo de morte do ser humano, ser este que se vai escondendo atrás do consumo, da técnica, do endeusamento do presente, da instantaneidade e do espetacular;
- um tempo de segura (e por isso de sede), de liofilização cultural, de alguma lenta e inclinada desistência em relação à humanidade, às pessoas, à política e ao encontro entre os cidadãos e ao debate e eleição de novas prioridades, em ordem à ação inovadora e atenta ao bem comum;
- um tempo em que a participação social na polis tende a ser substituída pelo espetáculo da participação, transferindo para a esfera individual e para os grupos económicos dos media (em franco conluio com o poder político) o poder de controlo sobre as mensagens a inscrever no quotidiano do mundo de hoje.

É verdade que ruiu o santuário em que vivíamos, sob o manto protetor do Estado-mãe! O mundo ficou um lugar perigoso, como agora se diz. Há, de facto, um carro desgovernado que vai contra a parede! Estamos a desistir de nós mesmos como seres humanos, no que de mais secreto, belo e digno transportamos. O risco cresceu assustadoramente, como dizem outros. Até os cristãos fugiram para as sacristias e para as comunidades de iguais, com medo deste “mundo perdido”, como se outro houvesse onde viver.

Vivemos um tempo de transição cultural, porque as vivências do espaço, do tempo, da comunicação e da relação se estão a alterar profundamente. Este é um tempo propício para a poda dos ramos velhos, que pode facultar a emergência de algo de realmente novo, tudo dependendo de como hoje fazemos este corte do tronco e dos ramos. Mas é preciso cortar os ramos que não interessam, que já deram o que tinham para dar, que impedem o nascimento de outros, porventura mais fortes e mais capazes de flor e fruto, realmente novos para as pessoas concretas e para a sua relação. Mas quem e como os corta?

Assim, com tamanha incapacidade para nos distanciarmos do que se passa, de tão medonhamente informados que andamos, porque inundados de presente sem presença, assim não podemos continuar, porque afundaremos a roda do carro que está enfiada na areia!

O nosso grande drama consiste na dificuldade em criar relações, em descolar seja do isolamento seja da multidão, dos modos de não-relação com os outros. Como diz M. Augé, a imediatez triunfa, como se tudo se processasse sob a lei da velocidade e do contacto direto, sem mediações, nem a do tempo, nem a do espaço (Augé, 2013:62). A escala do espaço e do tempo mudou profundamente e com um efeito sociocultural explosivo. Numa “comunicação sem fim, sem termo e sem objecto”, afir-

ma, o simbólico é destruído e, em vez de seguirmos o “cheiro da canela” do imediatismo comunicacional ilusório, talvez seja urgente seguirmos o tempo e o modo de recriação do simbólico, ou seja, de pensar a relação humana e (re)estabelecer o laço social.

Inundados de diretos, somos anonimamente colonizados e afastamo-nos mais e mais do real que nos cerca (P. Virilio). Um tempo errático este em que nos afastamos progressivamente do real.

Precisamos muito de saber olhar, analisar, contemplar e aprofundar o conhecimento acerca da realidade, essa entidade estranha que quando não bate certo com as nossas ideologias e planos, nem com os resultados programados e esperados, nos leva a proclamar: tanto pior para a realidade! De facto, para assim conhecermos a realidade, é preciso amarmos a realidade, debruçados sobre ela, como se nos inclinássemos sobre uma fonte de vida e de água fresca que nos mata a sede: amar as paisagens, ver a natureza, as mulheres e os homens que a habitam, ouvir atentamente as suas falas, os seus lamentos, os seus desejos e aspirações, estar com as pessoas que estão doentes, presas, escutar as suas alegrias e os seus gritos, sentir os seus odores encantatórios e o cheiro da sua miséria, sentir, hoje mesmo, o ouro das folhas do outono a incendiar as paisagens cinzentas e frias, acolher com hospitalidade o estranho e o inesperado que brotam da realidade que nos cerca e crescer com ela, dentro dela.

Parece que estamos a ficar esquecidos de algo essencial nas culturas humanas: a paz segue os passos da justiça (Salmo 84). Se desaprendemos de viver juntos, entramos num processo de exclusões sociais sucessivas e incrementais, sem qualquer controlo, que geram e geram uma crescente violência no mundo (por mais sussuradamente que ela seja dita no espaço público!). Creio, todavia, que temos, hoje, uma clara percepção acerca da urgência de reaprendermos a viver juntos, embora (é a

má notícia) sintamos uma enorme impotência em o concretizarmos. Através dos media e do referido “empilhamento arbitrário dos casos concretos”, cresce o nosso contacto com o irreal, gerando uma ficção sobre o mundo em que vivemos, que nos catapulta para desejos e para medos explorados à exaustão, enquanto perdemos o pé da realidade e da relação, da vizinhança, da rede humana e social, da implicação pessoal e do compromisso com os que nos rodeiam. É óbvio, por isso, que muitos dirigentes políticos se estejam a tornar fantásticos manipuladores do nosso medo real.

Ainda por cima, a rebentar em cima de nós, pairam uma incerteza e uma imprevisibilidade brutais.

De um mundo como o que saiu da II Grande Guerra, o mundo bipolar da “guerra fria”, evoluímos presentemente para um mundo multipolar, cujos contornos ainda não conhecemos, mas que se encontra desorientado, seja pela demissão dos principais atores políticos seja pela ação de gente que especula com a vida e o trabalho de todos os seres humanos, num espetáculo mediático mundial, sem controlo político e de modo profundamente indecoroso. Mas, parece que continuamos a fazer de conta. E foi a fazer de conta que estoíramos as barbáries do século XX e a atual Síria revela hoje a sua.

Já percebemos (será que?) o que está mal, os caminhos sem saída ou cuja saída é a exclusão de algumas partes, a guerra, a injustiça, a violência, a fome e a miséria da maioria, e, todavia, repetimos os mesmos gestos e tendemos a dar os mesmos passos.

Porquê? Porquê tanta estupidez, tanta absurdidade? Porque é que repetimos todos os dias os mesmos processos, esperando resultados diferentes (como dizia Einstein)?

Não é por sermos todos estúpidos, é porque é realmente difícil encarar o sol de frente nestes conturbados

tempos de transição. Dominados por tão fortes constrangimentos económicos e políticos, com um espaço público tão rarefeito, imersos numa realidade mediática que é sobretudo anestesia ou pura fantasia, envoltos num sistema social que se habituou por demasiado tempo a depender do Estado todo-poderoso, convenhamos que a tarefa de fazer renascer a esperança fica muito difícil, quase impossível. Mas é por aqui que é preciso navegar, por dentro destes túneis impossíveis. Todavia, não podemos apenas entrever, temos mesmo de tomar as decisões necessárias, a começar por nós, pela nossa casa, pelo nosso bairro ou freguesia. E isso está a ser também muito difícil!

Precisamos de fazer o luto de um tempo tão seco como este! O mundo de hoje morre de sede! As pessoas aspiram a mais, sobretudo aspiram a serem pessoas dignas e a viverem em paz, ou seja, estão sequiosas do essencial.

Há infelizmente, nestes dias pesados que vivemos, em que tendemos a iniciá-los já cansados de neles procurar o que quer que seja, algumas certezas que nos escandalizam e fazem temer: a angústia crescente de muitas pessoas e de muitas famílias e o desemprego de uma larga franja da população; uma crescente “austeridade” focada apenas numa componente financeira e orçamental, apesar de os apelos serem bem mais profundos e sérios; a fragilidade cultural e a falta de espessura moral de muitos dos nossos dirigentes políticos; uma Europa que não consegue estabelecer um novo consenso político, capaz de sustentar um outro modo de estar no mundo, pós-colonial e pós-guerra fria, próprio de quem não só aprende a viver em paz, como quer para o mundo a mesma paz.

Pessimismo? Eu sei que esse é o alibi que baila na cabeça de muitos dos que me ouvem e lêem, ontem e hoje. Não o creio, o que vos proponho é uma chamada de atenção realista. Não o faço para ficarmos pregados ao

chão ou para patrocinar a desistência; sabemos, como diz Paulo, que onde abunda a desgraça, superabunda a graça (Rm. 5,20). Mas, para isso é preciso estar lá, exatamente aí, onde abunda a desgraça, entranhados na realidade concreta, pura e dura.

Como disse acima, a nossa história contém muitas outras realidades menos conhecidas e brotam por todo o lado pequenas raízes e ramos de um outro modo de estar na vida e até de um novo tempo (já voltaremos ao tema). Mas, os dias enchem-se de angústias e humilhações e muitos portugueses (e não só) encaminham-se para aqueles caminhos onde não se tem nada a perder. Isso é verdade, mas, no entanto,...

No entanto, a história está aberta.

No entanto, conhecemos, podemos agir, porque não agimos?

Temos de regressar à justiça social e ao combate a todas as formas de discriminação e exclusão, mas temos de perceber primeiro que esse regresso se tem de fazer por caminhos novos. Estes tempos reclamam mais sobriedade e simplicidade, somos chamados a viver, como comunidade, dentro de limites mais humanos e dignos. Vivemos uma fantasia social e pessoal sem saída humana e honesta. Depois de nos terem prometido o outro mundo, cheios de problemas neste, e de termos chegado onde chegamos, o melhor será ir resolvendo, gradualmente, alguns problemas deste, com destaque para os que temos diante dos nossos olhos, ao alcance das nossas mãos e dos nossos pés, como o do desemprego e das desigualdades entre países. O resto tem sido e continua-

rá a ser apenas mais utopia (no sentido de mais fantasia sem lugar e sem tempo) e mais dominação e escravidão.

Tomando um exemplo, é possível resolver em grande medida o desemprego atual, mas os caminhos para o fazermos têm de ser novos. Podemos continuar a agir como antes, como muitas pessoas e organizações estão a fazer, com os modelos do século passado, mas o problema subsistirá.

Uma sociedade do espetáculo é uma sociedade à altura do faz de conta. Essa será uma sociedade cada vez mais dominada pela tecnocracia e pela teocracia, modelos em que a história que está diante de nós se evapora, em que o tempo, o tempo humano, tanto o tempo da miséria e da fome como o da compaixão e da construção do bem comum no espaço público, desaparece.

Construímos uma sociedade debilitada e dormente e um Estado de aparelho hiperdimensionado e asfixiante, em nome de heroicas finalidades coletivas, como a da satisfação das necessidades de todos, em particular dos mais débeis. Ilusão das ilusões. Descolamos da realidade... Estamos em cima do precipício da hipocrisia e da irracionalidade.

Mas a queda, mesmo brutal, é também o primeiro passo de um recomeço. Diante deste carro desgovernado podemos tentar várias manobras de desespero ou então podemos abrir as portas a um recomeço, com paz e sobretudo com muita esperança. Penso que, em vez de “cultivar” este campo destroçado, mais vale lavar um outro, recomeçar, com todas as vantagens e desvantagens de partir de novo.

Sabemos que no deserto também se plantam e crescem cedros e acácias, murtas e oliveiras.

Estamos longe da meta e, em qualquer momento, como vimos ao longo dos séculos XIX e XX, o processo cultural pode andar para o lado e voltar para trás, os valores que parecem adquiridos podem cair por terra, com trágicas consequências para toda a humanidade, sobre-

tudo para os mais pobres e dependentes. Nada aprendemos com a história!? Nada do que é humano e social se alcança de uma vez por todas. Impõe-se a humildade e a ponderação, em novas relações uns com os outros, em comum e com novos níveis e perfis de responsabilidade. A separação entre a civilização e a barbárie é comparável à epiderme das nossas mãos. Recomeçamos sempre, mas cada vez com maior aceleração e com maior percepção de que a tragédia está iminente. A pobreza dos pobres é mais pobre e obnubilada e geramos uma sociedade com imenso desperdício, até humano, seja no trabalho seja na relação. O fortíssimo desenvolvimento da tecnocracia e da evaporação da história concreta prepara o estúdio onde se vai desenrolar este teatro em um ato, onde um carro desgovernado segue descontrolado, certamente com cobertura televisiva em direto. E nós sentados no sofá, a embrutecer vagarosamente.

Precisamos da esperança, particular e comum; a esperança é um capital inestimável que não pode continuar em queda numa gigantesca ravina, mas ele não se reconstrói enquanto nós vemos televisão, sentados no sofá, comunicamos vaidades no facebook e consumimos antidepressivos. O improvável, para acontecer, precisa de nós.

A história não está definida; como diz André Barata, “a história só tem um caminho, que é continuar sem caminho pré-definido”. Sendo isto verdade, creio que a história só pode caminhar num sentido de uma maior fraternidade universal, por mais voltas que o mundo dê, pois é isso que verdadeiramente define o ser humano. E, hoje, somos nós a continuar o caminho, somos nós que estamos aqui no terreno, como peregrinos, sem o sentido de posse de coisa nenhuma, mas com imensos tesouros nas nossas mãos e imensa esperança nos nossos olhos.

Precisamos de política, mais política, não como

delegação, mas como ação e deliberação.

Nunca tinha pensado que, quarenta anos depois, as minhas preocupações centrais, no espaço público, em Portugal, viessem a ser de novo a democracia e a liberdade. Ao mesmo tempo, este mesmo facto, que só se aprende com o tempo e a história, constitui uma excelente oportunidade para recomençar, com novo ânimo, com outros olhos e com mais sabedoria. A esperança renasce, não sobre cinzas nem escombros, espero, mas apenas no momento em que um carro desgovernado vai... Sim, a história está aberta. Não há becos sem saída e poderemos recomençar é uma excelente notícia, nesta nossa curta permanência sobre a Terra!

O recomeço ou será político ou não será: ele tem de ocorrer no espaço público, desenvolvido de múltiplas formas, por inúmeros caminhos (seria dramático querer eleger um ou pré-determinar um outro, em nome de uma legitimidade qualquer, nem que seja a do voto), pelos mais variados protagonistas, de forma porventura caótica, mas criativa, tendo as redes como novo elemento de ligação entre pessoas, ideias e projetos, tem de estar movido pela solidariedade e pela alegria do encontro, no espaço público, para a concretização dessas ideias e projetos, tendo como horizonte uma vida melhor para cada um e por cada um, para todos e por todos. Este renascimento vai dar muito trabalho, oh se vai, mas será o único caminho que poderá contrariar o regresso ao passado, à ausência de liberdade e de democracia, ao fechamento, à falta de responsabilidade.

Quando, numa sala de aula, chamam pelo nosso nome e não respondemos, é porque lá não estamos. Quem não responder a esta chamada, é porque não está cá, continua a viver no faz-de-conta que nos escraviza e na fantasia que nos mata. A questão está, por isso e antes de mais, nas possibilidades que se abrem, na nossa respon-

sabilidade e não nos outros e nas responsabilidades deles. De facto, ao mesmo tempo, este é:

- um tempo de abertura de novas potencialidades sociais, técnicas e culturais, capazes de nos trazer renovada esperança pela via da inovação social e de um novo entendimento acerca da “economia”, já não sobre-determinada pelo lucro de uns poucos, mas como a nossa casa comum, mas dominada pelos bens relacionais, tomando a “cidade” com um lugar digno para todos;
- um tempo de muita persistência na promoção do bem comum, por parte de muitos cidadãos e das suas organizações, que aqui e ali, fora do alcance dos holofotes, não desistem, que persistem e teimam, que se reorganizam e reestruturam, que sabem que o seu melhor bem é cooperarem na procura do bem dos outros, de todos;
- um tempo que traz para a ribalta nacional e global uma nova geração de portugueses altamente qualificados, que pode vir a fazer pelos portugueses e pela humanidade muito mais do que aquilo que está a conseguir realizar;
- um tempo de revalorização da solidariedade (bem à vista em milhões de pequenos gestos diários e anónimos e de outros que o são menos, como o da recolha de bens alimentares ou de apoio a ações de voluntariado social), de nova valorização do silêncio e da contemplação, da troca da gratuidade, do encontro com os outros, sobretudo os que mais isolados se encontram e estão mais desprotegidos, em geral.

Por isso, neste tempo também temos outras certezas: que há milhares de pequenas iniciativas de criatividade e empreendimento autónomo em todo o país, sem

visibilidade, que há milhares de instituições, a maioria delas da Igreja Católica, onde muitos milhares de portugueses se dedicam ao bem comum e praticam a mais genuína solidariedade para com os seus semelhantes, sem valor e sem espetáculo mediático, que há centenas de autarcas e dirigentes associativos que concitam esforços e animam pequenos projetos de desenvolvimento local, com parco reconhecimento público, que há muita esperança e muito ânimo (muita alma) em portugueses que trabalham por conta de outrem ou por conta própria, que já há algum apoio quotidiano aos mais necessitados que está dirigido simultaneamente ao seu empowerment e ao das suas instituições (e menos à sua assistência).

É exatamente neste tempo de risco acrescido que precisamos de fazer crescer o espaço público, não o espaço técnico-financeiro, da nossa vida em sociedade. Precisamos de humildade e ética na política, de outras modalidades e regras de participação social, de novos modelos de combate à pobreza e à exclusão, de criação de muito mais trabalho, de novos modos de eleição dos nossos representantes políticos, de novos mecanismos de ação política e de representação social. Como alguém parafaseava: a democracia portuguesa não pode dirigir-se a vir a ser um T1, apinhado de banqueiros, deputados, autarcas e empresários devidamente selecionados e amigos entre si. Precisamos de nos assenhorear mais do nosso tempo e de nele nos tornarmos autores, sem medo.

Somos, hoje, um Portugal muito mais qualificado, com uma capacidade imensa de afirmação pública de uma autoria original. É verdade que o sistema escolar, desde o básico ao superior, está mais disponível para amestrar do que para fomentar criadores. Mas há caminho feito e a tarefa que falta fazer não é impossível. Temos de cooperar muito mais, de articular e vertebrar esse Portugal solidário que nunca deixou de existir (e que

grande feito histórico temos para celebrar!). Temos por diante o desafio de criar redes e de interligar mais as já existentes, comunicar e intercomunicar, não já para afirmar o poder, mas tão-só a graça.

Mais política é mais participação social e solidária, mais capacidade de cada um se dar, na sua diferença e no seu poder criativo, arriscar em vez de apenas exigir. Uma sociedade atravessada como a nossa pela desesperança, pela incerteza e pelo medo, tem de crescer muito quer na capacidade para provocar o encontro entre as pessoas e os grupos (rompendo fronteiras até hoje afirmadas como politicamente corretas), que na valorização dos poderes criativos, em cada comunidade. Não podemos continuar a transferir para outrem, ainda que democraticamente por nós eleito, o poder de pensar, de agir e de avaliar a ação. Como diz T. Judt no seu testamento público, “se queremos governantes melhores, temos de aprender a exigir menos deles e mais de nós próprios”.

As políticas públicas têm também como função “afirmar valores e dar corpo às aspirações públicas, estimular a mobilização social, manter uma imagem da vida boa comum, tornar legível a visão de conjunto, organizar a compatibilidade e facilitar a máxima visibilidade possível das responsabilidades”, pois “o dilema da política consiste em governar processos que não são diretamente governáveis” e em “transformar a fatalidade em responsabilidade” (como muito bem nos diz D. Innerarity).

Antes de mais, temos de exigir mais de nós próprios e das nossas associações e demais instituições. Se cada um procurar “tocar bem o seu instrumento”, a performance da orquestra poderá ser muito melhor. Governar melhor será muito mais o dar sentido ao conjunto, o projetar ainda mais as nossas próprias capacidades e possibilidades. M. Crozier, já em 1995, falava da crise da inteligência e da impotência das elites em se reformarem. Se é verdade que existe muito marasmo e dependência

da parte dos cidadãos e das suas instituições autónomas, não é menos verdade que existe também, entre nós, uma grave crise de inteligência por parte da elite cultural e económica portuguesa (não falo das exceções, só da regra): não sabe o que quer, dispara em todas as direções, não se concentra nem se concentra no essencial, delicia-se ao espelho e procura satisfazer-se a si própria, tem da dignidade da pessoa humana e do bem comum uma ideia bastante autocrática, vive mais em função do espetáculo do que do estudo profundo e persistente acerca do país e do seu futuro.

O que está verdadeiramente em causa não é de ordem financeira ou económica (no sentido muito restrito do entendimento acerca do que é a economia): é o próprio modelo cultural que nesta velha e exangue Europa fomos construindo, o sentido moral e político do nosso viver comum, ou seja, a política, o que queremos para a sociedade e para o Estado, porque o queremos para o ser humano e a sua dignidade.

Em síntese, que queremos fazer da nossa “cidade” (metáfora de todos os nossos locais)? Queremos fazer dela um lugar para todos? E com que lugar para o encontro entre os diferentes grupos sociais?

O poder tem de ser vivido como serviço à comunidade, caso contrário não vale a pena, porque será sempre uma corrupção, dentro de um grau desgraçado qualquer.

Para lá do controlo da dívida soberana (que se impõe concretizar), para lá da ação incontrolada dos “mercados financeiros”, da demissão dos agentes políticos aos diversos níveis, da corrupção que alastra, da enorme capacidade de afirmação política de interesses particulares e obscuros, da crise de confiança generalizada, existe o imperativo ético, que aprendemos a praticar ao longo de séculos e com várias catástrofes pelo caminho,

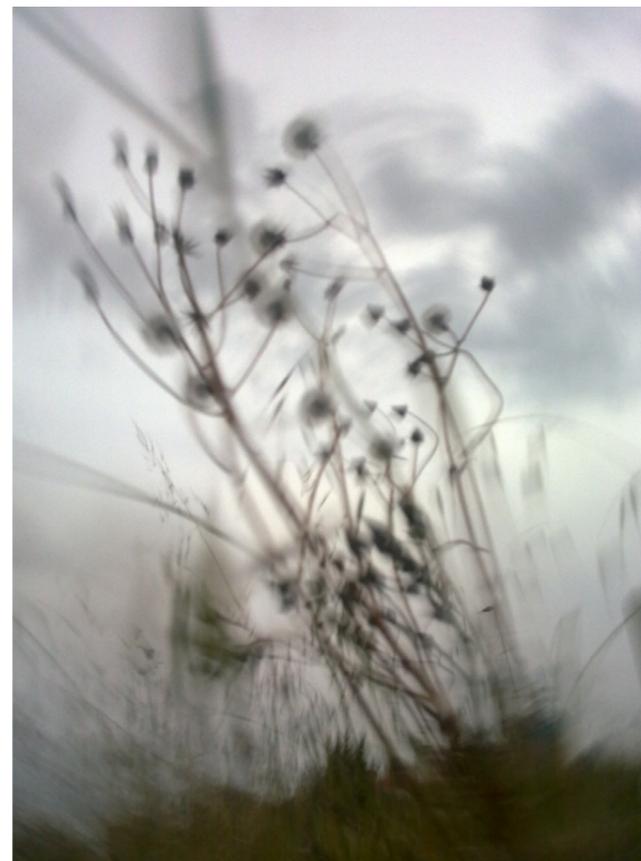
de vivermos juntos e em paz, tendo por base o encontro (o espaço público da nossa rua, freguesia e cidade), o respeito pela dignidade de cada um (a responsabilidade pelo outro) e uma cidadania responsável na procura do bem comum (a deliberação política). Só a justiça e a liberdade nos abrem este caminho, que é o da paz.

Será com base nesta “religião”(o que nos pode ligar de novo, em comum) que a Europa poderá agir diante do incontrolado carro que vai estalar-se (ele lá continua desgovernado seja na forma de governos que são substituídos sem ativação de processos democráticos, seja no crescimento da ação incontrolada dos especuladores sobre as dívidas soberanas, na desesperante incapacidade de os Estados se afirmarem politicamente e solidariamente diante do descontrolo financeiro, seja ainda no facto de o “projeto europeu” se remeter para umas decisões técnicas em que participam apenas chefes de Estado e ministros de finanças, ou ainda na forma como os partidos são liderados por jovens falcões alimentados apenas no mundo dos aparelhos dos partidos, ...).

Por isso é que o presente e o futuro, embora todo o ruído envolvente nos pareça (e, em alguns casos, queira) dizer que não é assim, estão nas nossas mãos. E muito do que já fazemos, aqui e ali, um pouco por todo o mundo, são passos já integrados num caminho que nos pode levar a uma vida mais digna para todos. Nunca temos de começar do zero. Mas impõe-se recomeçar muitos processos sociais, sem sombra de heroísmo! Há tantos laços para fazer e refazer, para dar e receber!

Rui Ramos interrogava-se recentemente se Portugal escolheria hoje, como o fez no passado, diante de cenários de crise, o caminho da revolução ou o da democracia. Até hoje, temos escolhido a revolução como travão das derivas da nossa história (para repescar o conceito de W. Benjamin), com todas as trágicas consequências que conhecemos. Mas, no séc. XXI, passados que foram estes momentos e aprendendo nós (o mínimo) com

a história, a democracia pode e tem de ser o caminho. O historiador perguntava-se: “poderá uma democracia regenerar-se, ao contrário das oligarquias e ditaduras do passado?”. Vivemos imersos na maior crise económica de que temos memória, no meio do turbilhão de uma transição cultural crítica, no plano europeu e ocidental. Embora nada esteja garantido, o problema principal é sempre o como, com que lideranças, por que caminhos concretos, com que participação social das pessoas e das famílias concretas, das associações, dos empreendedores e dos vários grupos culturais, por que dinâmicas de inovação social.



Olhar para o futuro Para além da robotização do ser humano

Se agirmos de outro modo, repetindo os cenários a que assistimos e em que em boa medida também figuramos, as cenas dos próximos capítulos vão passar-se sob o domínio de novos monstros, agora com rosto, atuando em nome de todos os que se demitiram e estão escondidos e que, em nome de povos desconfiados e cheios de medo, virão salvar-nos do desastre atual com novos e repetidos desastres (repetindo o que de pior nos deu o séc. XX e levando-o a requintes de malvadez insuspeitados). É tudo tão simples e tão óbvio! Não aprendemos mesmo nada com a história!? Este é inequivocamente o tempo dos administradores do medo.

As ditaduras e as teocracias fundamentalistas serão tendencialmente o futuro e serão bem mais duras, como sugere F. Hadjadj, ligadas que estarão à tecnocracia e à fabricação do “novo homem” robotizado, os andróides ligados a supercomputadores com novas capacidades biológicas e de raciocínio, com próteses sofisticadas e *chips* incorporados, capazes de viverem porventura centenas de anos. O prolongamento da crise, ou seja, a permanente sensação de queda iminente no abismo social e político só serve aos extremismos e aos fundamentalismos, que assim progredirão e tomarão conta dos nossos destinos.

É precisa a esperança: a crise atual (ou melhor, a transição cultural) e as perguntas tão inquietantes que ela encerra, também as devemos ver como um modo de a cultura contemporânea nos devolver o futuro, um futuro que parecia fechado na tecnocracia e na proliferação

“democrática” de interesses particulares. Há uma sabedoria que só nasce da metafísica, do silêncio, da arte e da abertura ao mistério.

O Império do Meio (China, Índia,...), será que império? Que será feito dos direitos humanos, tão difícil e longamente conquistados e que voz quer a Europa ter no novo mundo pluri-centrado, com outras economias muito mais pujantes (as economias ditas emergentes)? Como Europa, com que rosto queremos e podemos emergir no séc. XXI e nesta voragem decadentista (para nós, europeus)? Seremos apenas (mais) um rosto desumanizado, contra a integração multicultural, contra os direitos humanos, contra a vida? E que lugar terão os ditos PIGS nesta Europa?

A Europa, é preciso dizê-lo, é um continente que contém em si, apesar dos momentâneos desvios patéticos, uma importante tradição cultural humanista e universalista de que o mundo tanto carece. A China e o Oriente também a contém, nos génios fundadores da sua ancestral cultura, e é aí que o Ocidente e o Oriente se deveriam reencontrar para continuar a conversar. Esta ligação é da maior relevância para o futuro do planeta e dos seus sete biliões de seres humanos únicos.

Crise? Sim. Oportunidade? Também. Abertura a um tempo novo? Só se pusermos os pés ao caminho, nós e não outros por nós, totalmente em nosso nome, pois os que no Séc. XX quiseram tudo fazer por nós, substituindo a nossa autoria, a tua/ a sua e a minha, foram os que conduziram este carro desgovernado até aqui.

Como diz D. Manuel Clemente sobre Portugal: “Manifestamos uma capacidade de resistência e adaptação criativa que só requer mais autoconfiança e acompanhamento público para ir por diante. Somos, em suma, uma

pequena geografia onde o mundo inteiro se pode encontrar, como cais de embarque e cais de chegada, para partir de novo.”

Olhar com esperança e confiança para o futuro, em plena crise tanto da democracia representativa como da democracia participativa, não vai ser nada fácil, mas é a única atitude que pode exercer um papel fundamental de nos retirar da desconfiança e do medo, de nos convidar a “subir” descendo até ao espaço público, de nos inspirar a autoria e a expressão da nossa autenticidade e criatividade e de aí deliberar. Não podemos ficar a olhar para os pés ou para trás. Ficaremos feitos estátuas de sal. Olhar com esperança e confiança para o futuro é combater, com a nossa vida, atual e concreta, e com uma cultura de salvaguarda e celebração da vida, contra a morte que nos é oferecida debaixo deste espetáculo permanente sem pessoas concretas, sem tempo e sem história, porque acima da história. É contra o vento que se levanta voo, repartindo o mesmo pão.

O pós-2008 não pode reproduzir o pré-2008... mas estará isso claro? Não me parece. O que por todo o lado se reclama é o regresso ao 25 de Abril, o regresso ao mesmo Estado protetor e abafador, o regresso aos mesmos sistemas sociais do passado, ao mesmo tipo de despesas em torno dos bens comuns, com o mesmo tipo de repartição dos bens, ao mesmo tipo de insustentabilidade social e política que até aqui nos trouxe. Como se o melhor modo de andarmos para a frente fosse caminhando para trás. Eu também lutei para que o 25 de Abril acontecesse em Portugal, hoje, quarenta anos depois, luto para que os portugueses prossigam, no Séc. XXI, a mesma procura de liberdade, democracia e justiça, com imaginação, por caminhos nunca antes caminhados. O mundo mudou muito e está a mudar aceleradamente debaixo dos nossos pés, será dramático ficarmos com os olhos presos no passado e nas formas e tempos de exercício da cidadania e da responsabilidade pela procura do bem comum. Re-

pito: o futuro que queremos precisa muito de nós, aqui e agora. O improvável alimenta-se do nosso desejo, do nosso sonho e da nossa ação concreta.

Como diz um amigo meu, o leite está ao lume. E se não sabes como, começa, parte, rompe. Só assim se avança.

Será que só nos resta a indignação? Eu compreendo-a, é necessária. Mas esse caminho é como os outros que temos por diante: não tem qualquer saída, é uma manifestação de um estado de espírito, é como um desabafo público, não nos faz avançar. É quando muito um antepasso para o ser com. E, sobretudo, revela a incapacidade para pensar criticamente o que se passa e para agir mais consequentemente, em comum. Voltamos, deste modo, ao passado: somos contra um conjunto de coisas que nos revoltam. Ponto final. Creio que será preciso nesta época e neste novo século, darmos mais um passo, já em liberdade e democracia, e passarmos, ainda que tateando, logo que possível, ao ser por e com e sê-lo pela nossa mão, uns com os outros.

Somos nós que temos de desatar os nós em que nos enredamos. Não será nada fácil, mas implica caminharmos humildemente uns com os outros, em liberdade, com a realidade que temos e somos, sem fantasias nem utopias, e isso está mesmo à nossa mão. Temos de deixar cair essa ansiedade doentia que espera gestos heroicos em cada dia, televisões a cobrir o acontecimento, elogios públicos...

Precisamos de abandonar, entre muitas outras coisas que nos colocam na mochila sem nos apercebermos, os referenciais do passado para avaliar o desenvolvimento social (como o PIB per capita) e enveredar pela análise das “capabilidades” dos cidadãos e das suas instituições, como sugere A. Sen, acreditando nas pessoas e nas suas imensas possibilidades de fazer o bem, aprendendo mais e mais a afirmar no espaço público os direitos e deveres de todos os seres humanos, seres de dignidade e de li-

berdade essenciais.

O dito progressismo (a esquerda?) parece prisioneiro do estatismo e do controlo social anestesiante que este gerou e o conservadorismo (a direita?) parece incapaz de descolar dos desmandos de um modelo de individualismo e fechamento em si mesmo, que aprisiona cada um e cada grupo no seu gueto de conforto. Para nos (des)ajudar, os dirigentes político-partidários, que quiseram tudo capturar sob o poder do Estado e do seu aparelho de controlo administrativo e empresarial, incluindo a banca, em negócios de subjugação contínua do político ao económico e financeiro, estão hoje por eles capturados; e através de uma captura com mandado internacional, sem margem de manobra que não signifique sempre alguma rotura ou então, a imposição de um mundo em que, dizem-nos, a história já acabou. Simplesmente porque nos repetem - até onde chegou a política!!! - que não há mais escolhas a fazer!

E esta rotura não surgirá apenas nem sobretudo de um quadro democrático muito esgotado na sua capacidade de dar voz só a quem tem voz para “dar e vender”; tem de surgir da expressão da vida e da realidade real, da sociedade real, das famílias reais às empresas reais, das nossas freguesias e cidades, dos bairros e das zonas de arrumação cómoda da exclusão, da expressão do tempo e da história concreta. Que fizemos das nossas mãos de impressões únicas, dos nossos olhos com olhares únicos e da nossa capacidade de darmos novos passos únicos e de deliberarmos uns com os outros, face aos problemas concretos com que nos deparamos?

Estamos anestesiados e sentados no sofá da nossa própria história? Assistimos a um espetáculo degradado e degradante, no qual mais do que figurantes (como nos querem fazer crer) somos autores e criadores! Somos nós que, aqui e agora, na nossa história, estamos vivos. De pouco vale ficar a falar do passado heroico e do futuro épico. Esses impedem-nos de olhar e ver a realidade con-

creta de hoje, o que somos e o que nos envolve, pois fazem parte da mesma fantasia, como reverso da medalha.

O proclamado e atuante “fim da história” não será sobretudo o fim do tempo sem homens e mulheres e sem vida, um tempo “pós-humano”, sem as pessoas concretas e diversas e sem o seu ágape e o seu tempo concreto, que é uma história, um tempo de encontro, um tempo político?

Este fim da história que se prepara é realmente uma condenação para o ser humano, a sua liberdade e a sua dignidade: o futuro do homem será outro homem, mutante, esta espécie parece estar em extinção e outra pode vir, porventura simples, semelhante e sintética, superinteligente, robótica e clonada, que não mais terá este rosto nem será enfeitada com estes rostos radicalmente novos, vulneráveis e percíveis, a brilhar em cada ser que nasce. Será um tempo “pós-humano”, porventura sem morte e sem sofrimento, porventura já fora deste tempo e espaço, manipulado pelos desmandos do capitalismo financeiro, porventura já sem a humanidade, uma nova história que decretará a “obsolescência do homem” (G. Anders), tal como o conhecemos, como os cristãos dizem: criado à imagem e semelhança do Criador. Não façamos de conta que não vemos e que não sabemos: como o Papa Francisco adverte: não nos façamos de distraídos, há em nós muita cumplicidade (211) com o rumo do mundo de hoje.

A política, se já tem pouco lugar hoje, no espaço público, para além do espetáculo da política ou da política espetáculo, tendo cedido esse lugar à técnica e à teocracia, não terá lugar nenhum, será um jogo de espelhos, uma descarada e desmascarada ilusão pública. A sociedade será regulada absoluta e tiranicamente por peritos, cientistas e “administradores do medo”, tecnólogos e fabricantes dos aparelhos tornados “indispensáveis”, dos chips e das próteses de um novo tempo, o da “sociedade

pós-mortal” (C. Lafontaine).

Estamos a desistir do futuro quando admitimos que qualquer futuro nos serve, pois pensamos que ele virá sempre sobre nós como uma fatalidade, ainda por cima cheio de desastres. Ora, esta geração é responsável, ainda que por omissão, pelo futuro que aí vem. Mais ninguém, não está cá mais ninguém para se responsabilizar!

E que preço terão de pagar as novas gerações por tamanha aniquilação diante da tecnocracia e do cientificismo sectário e obscurantista?

É preciso renascer e recomeçar. Como? Começando, recomeçando mesmo e de novo, com cuidado e atenção à conversa (à reflexividade) e às relações e à revitalização de ambas, com os atores e as redes e instituições que formos capazes de colocar de pé, com a indústria, a agricultura e os serviços que melhor corresponderem ao perfil económico e cultural que os portugueses quiserem desenvolver, em nome de uma vida decente por parte de todos.



A DIFÍCIL SUBIDA ATÉ AO REAL E AO CUIDADO

Queremos ser autores de algo diferente?

O meu país sabe às amoras bravas
No verão.
Ninguém ignora que não é grande,
Nem inteligente, nem elegante o meu país,
Mas tem essa voz doce
De quem acorda cedo para cantar nas silvas.
Raramente falei do meu país, talvez
Nem goste dele, mas quando um amigo
Me traz amoras bravas
Os seus muros parecem-me brancos,
Reparo que também no meu país o céu é azul.

Eugénio de Andrade,
O outro nome da terra (1988)

Tem-nos faltado a todos alguma capacidade de discernimento, ou seja, de vontade para parar para pensar, para parar para conversar, para refletir sobre as experiências que fazemos, vontade para produzir inutilidades para os mercados em que as sociedades se tornaram, dar tempo ao silêncio, o tempo de tecer, o tempo para ouvir os ecos do que é preciso ouvir e do que ressoa, depois de ouvido e decantado (criticado) tudo aquilo que querem que ouçamos. Tempo para sermos livres, no meio deste ruído ensurdecedor, em que o cinismo, a demagogia e o populismo já começam a ser as vozes dominantes.

Tempo para nos admirarmos como realmente somos, a beleza e a rudeza dos rostos que nos desafiam. É preciso termos paciência para obedecer à história, como sugeriu Hegel e recordou Manuel Antunes. Muita paciência e muita determinação.

Temos de empreender a difícil “subida” ao real e ao cuidado para com o outro, particularmente o que mais sofre e o diferente. Como me dizia um amigo, estamos no meio de uma cruel “guerra de valores”, mais do que numa anunciada e desculpabilizante “crise de valores”. Um combate que só pode ser solidário ou então nada de novo vai ocorrer debaixo do sol, a não ser a destruição lenta e irreversível do ser humano.

Na voragem do urgente, do imperativo de controlar as dívidas soberanas, da necessidade de pagarmos o que gastamos a mais e que agora devemos (o que urge fazer), de correr para ouvirmos, bem sentados, as notícias do desastre, no desgaste de andarmos a apanhar os vários estilhaços que por aí já voam, não deveríamos menosprezar e esquecer o essencial: os nossos pés para usar dar passos improváveis, as nossas mãos para dar as mãos aos outros, sobretudo a quem está caído, os nossos ouvidos para cuidar de ouvir aqueles que não se quer de modo nenhum ouvir ou que nem podem falar, os nossos olhos para ver, para além do cenário que está montado, atrás da cortina, para ver os olhos inquietos que nos olham, a nossa capacidade crítica, a nossa disponibilidade para ir ao encontro do interesse geral e a nossa capacidade de co-criar. E juntos, em pequenos grupos e espaços públicos, aqui e ali, cooperar, alimentarmos uns aos outros a vontade de agir, com humildade, determinação e constância, sem grandes pompas, conversar, ouvir e tentar compreender, tecer em comum, falar e atuar (falar sem atuação, isso não). Como disse T. Adorno “mais generalizado que o afastamento entre as pessoas é o desejo de romper esse afastamento”. Como isto é verdade, para quem conhece realmente o Portugal que somos!

A política tem de despir esses tempos de heroicidade em que tão dramaticamente se enredou e partir para a planície, subir para o chão, calcorreá-lo com toda a sua sujidade e péssimas seguranças, sabendo que chão é chão mesmo, não é pedestal ou roda da sorte. E persistir e reavivar espaços públicos dormentes e moribundos. Somos uma democracia demasiado recente. Podia não ser assim... mas é assim mesmo. Sobre o passado, não há volta a dar, sobre o presente e sobre o futuro sim e que volta! Somos chamados a inovar, a humildemente inovar com as pessoas, a atribuir um novo valor aos bens relacionais na economia, a socialmente inovar com as instituições, rompendo o “isto foi sempre assim”, aqui e ali, nesta área de ação e na outra, neste território urbano e naquele rural... dando voz a muita gente nova e qualificada, sim, mas dando voz também a muitos sábios e idosos que povoam os nossos territórios. O envelhecimento da população portuguesa, que é um inestimável bem comum, transporta mais este bem dentro de si.

A par das finalidades coletivistas e igualitaristas (ex. escola para todos), que tantos gostam de proclamar, temos de ser capazes de combinar o trabalho árduo, humilde e alegre, a realizar com a própria administração pública como parceira essencial, um trabalho intenso e persistente (ex. escola para e com cada um), uma participação aberta sobre o espaço público. Retomando o caso da educação escolar, a “escola para todos” deixa-nos de peito feito, inchados e orgulhosos de um heroico passado recente (e de um grande feito da nossa geração). Mas ofusca uma outra realidade: perto de 40% dos adolescentes portugueses permanecem sem qualificação profissional nem escolar equivalente ao ensino secundário (12 anos de escolaridade). E deixa-nos suspensos e prisioneiros nas mãos de um grupinho de dirigentes políticos que querem repetir e perpetuar, ainda que por omissão, este passado de seletividade social, baseada nas desigualdades sociais à partida.

Não podemos desistir de cada uma e de cada um, da transcendência do ser humano, pois então desistimos da dimensão crucial da vida humana, desistimos de nós mesmos como pessoas, sucumbimos. Não podemos “dispersar a nossa fortuna no raro comércio de sinais que se pretendem diretos e imediatos, longe, muito longe, da preocupação pelo fulgor íntimo de um sentido”, como tão bem escreveu José Tolentino de Mendonça.

O efeito Ponte das Longras

Nos dias em que escrevia mais uma versão deste texto (em Outubro de 2012), o JN trouxe uma notícia que se revela paradigmática do que quero dizer nestas últimas reflexões e desafios. Um grupo de cidadãos estava num café, como qualquer um dos milhares que povoam o território português, e diante de um facto que maldiziam, como em qualquer um dos milhares destes ambientes culturais que povoam o país (maldiziam o facto de terem um rio bonito, mas sujo e com uma ponte destruída há tempos), perguntaram-se: e porque não nós...? E se nós mesmos...?

E daí a meter os pés ao caminho foi rápido (porque estas dinâmicas são as mais simples, realmente). Reuniram-se em maior número, organizaram-se e repartiram tarefas, começaram pela limpeza, depois atacaram o problema da ponte destruída e, mesmo sem apoio público estatal, concitaram o apoio público comunitário. Durante vários sábados, homens e mulheres, com tarefas repartidas, reergueram uma ponte, com custos muito reduzidos (porque é que o nosso dinheiro transformado em impostos não se gasta também assim?) e com um ânimo inultrapassável, um brio comunitário como Jancido já não tinha há muito (lugar da Freguesia de Foz do Sousa-Gondomar). E lá foi inaugurada pela comunidade a Ponte das Longras, como o prémio do seu esforço comum (como devia ser qualquer inauguração

de qualquer equipamento coletivo, pois é construído não com o dinheiro dos ministros ou do Governo, mas das populações). E a seguir já vem a coragem para fazer arranjos nas margens, tomar conta do espaço público, abri-lo a toda a comunidade, ponto de encontro e convívio nos momentos de lazer e festa.

Para quem participou neste processo, a liberdade fez-se carne e a democracia tornou-se algo de muito diferente daquele simples e rotineiro votar de quatro em quatro anos (ainda que com os pés, uma das virtualidades da democracia formal). E este “bichinho”, uma vez entrando no corpo, não há antibiótico que o destrua. Lembro-me de, na minha aldeia, antes do 25 de Abril, um grupo de jovens ter construído um parque infantil, do mesmo modo, com um processo muito idêntico. Tendo nele participado ativamente, nunca mais o esqueci e creio que todos os que nele intervieram também nunca mais o olvidaram. Antes uma lição de vida que retomei depois em Lordelo-Paredes, na Escola “Preparatória”, envolvendo toda a comunidade contra o abandono escolar precoce, e pela vida fora. E agora (sintomático!), quarenta anos depois e no período pós-2008, uma boa parte dos meus conterrâneos, ergueu de novo os olhos e as mãos e criou uma associação para promover comunitariamente o desenvolvimento social da nossa freguesia.

Na freguesia da Areosa, no Porto, um conjunto de cidadãos criou uma dinâmica de encontro e apoio mútuo entre vizinhos da rua, a que chamou Movimento Comunidades de Vizinhança. Centenas de jovens diplomados portugueses partiram já para África em ações consistentes e longas de voluntariado social, com os Leigos para o Desenvolvimento. E quantos, quantos exemplos se poderiam aqui somar?!!

E quantas “pontes das Longras” não se reconstruíram já pelo país fora? Quantas conhece? E porque é que deixamos morrer esse conhecimento adquirido e de experiência feito e não o catapultamos e não refletimos

sobre ele, como o modo privilegiado de ser e estar em sociedade?

Não é este o lugar nem o tempo para eu proceder à cartografia das iniciativas que ligam margens, que atam fios, que rasgam brechas, dão mãos, ligam luzes e tecem relações. Reconheço que é diferente promover tais dinâmicas em meio rural e em meio urbano, em centros desenvolvidos e equilibrados e em bairros sociais problemáticos, mas em nenhuma realidade elas deixam de fazer sentido; implicam as pessoas e as instituições de modos diversos, requerem envolvimento diferenciados e apelam para metodologias sociocomunitárias também distintas. De todas elas existem exemplos muito estimulantes.

Diria apenas que qualquer uma delas implica cinco movimentos ou andamentos, os cinco C: (i) o Conhecer bem o que existe, proceder à tal cartografia das pessoas e instituições, das iniciativas territoriais de promoção do bem comum e das dádivas; (ii) o re-Conhecimento, pois impõe um passo crucial que consiste no novo conhecimento do que já existe, pessoas e instituições, baseado agora na identificação do seu potencial e nas possibilidades que podem trazer aos processos sociais (e não das suas debilidades); (iii) a Confiança mútua, construída na ação, entre os diversos atores em presença, públicos, privados e cooperativos, pois só com uma confiança gerada na relação, ao longo dos anos, alcançamos dinâmicas consistentes de melhoria; (iv) a Cooperação, que alimenta e se alimenta desta confiança, é o passo imprescindível e que por vezes tanto nos custa dar, conhecendo mais facilmente e melhor quem está longe do que quem está o nosso lado, a quem tanta falta fazemos e que tanta falta nos faz; (v) o Compromisso, que tem de ser concreto e solidário, construído em cada caso e contexto, pelos seus atores-autores, o laço que amarra todos os restantes, o único que faz avançar, que permite construir a ponte, celebrar a festa e partir para ligar mais margens, numa

sociedade tão estilhaçada.

Tenho defendido publicamente um modelo de desenvolvimento “solidário, policêntrico e sociocomunitário” como sendo um modo prático e exequível de dar expressão a estas dinâmicas sociais e culturais. É preciso agir diferentemente, é certo, mas também, para tal, é fundamental pensar diferentemente e com algum horizonte cultural mais seguro do que uma mera vontade e disponibilidade pessoais (há cada vez mais voluntários e isso é um bem, mas há também, aí pelo meio, mais e mais voluntarismo desesperançado). Isto é requerido particularmente a algumas lideranças, pois a democracia e a liberdade aprendem-se aplicando-se, como o amor que, ou é uma virtude performativa, ou então não é amor. Que estamos a fazer para qualificar e projetar estas novas lideranças? A Academia Ubuntu, por exemplo, preocupa-se em qualificar lideranças com base em pessoas que já se vão destacando pela sua iniciativa social, em bairros com mais risco. E que outras iniciativas existem ou se poderão colocar de pé?

Estamos a empobrecer, financeira e comunitariamente; o nosso capital social, se não é cuidado e regado, seca, corrompe-se, definha. Ou estamos a melhorar a nossa vida em comum ou a estamos a piorar, não há meios termos. Vivemos um tempo muito exigente, a estabilidade não existe e é preciso reverter o plano inclinado do nosso definhamento comum. É dentro dele que estamos a procurar subsistir, individual e colectivamente.

Neste contexto, é o momento de perguntar:

E por que é, além de sermos contra, não somos também por e com?

- pela criação de mais trabalho, de trabalho para e com todos os cidadãos (um desafio maior deste novo século, que começa com a destruição de tanto emprego!), sob as mais variadas formas e na organização de outros tempos e relações, com base noutras atitudes e hábitos, pois como lembra a Comissão Nacional Justiça e Paz “o nosso empobrecimento económico-financeiro tem a marca de um empobrecimento dos valores e das atitudes de trabalho, da prudência, da poupança, do mérito e da responsabilidade social”;
- por uma democracia aberta e bem mais deliberativa, com novas formas de encontro e escuta entre as pessoas, de integração do diferente, feita do tempo necessário, do tempo onde há voz mesmo para quem habitualmente a não tem e há tempo para ouvir esta voz, de um tempo com história, feito com as pessoas concretas, as suas palavras e os seus desejos, os seus laços e as suas possibilidades, a sua ação já empreendida, as suas dificuldades e os seus sonhos, na sua freguesia e na sua cidade;
- pela cartografia dos tesouros atuais da nossa solidariedade, entrega ao bem comum, inteligência, proximidade e capacidade de resolução de problemas reais e concretos, de universalidade e capacidade criativa e de inovação social, uma cartografia a ser feita em todos os lugares, a começar por cada freguesia e município. Dela pode e deve resultar a criação de redes e de nós associativos e

de dinâmicas de reforço mútuo de modos de orientar e organizar a nossa “cidade”;

- pelo desenvolvimento exponencial das redes de solidariedade entre vizinhos e em todas freguesias e cidades, cruzando grupos e interesses, sem deixar alguém de fora; este é o principal modo de realizarmos “diretas já!”, dando expressão política às redes sociais e solidárias;
- por um Estado subsidiário que sirva decentemente as pessoas e as comunidades, que promova sempre o seu *empowerment* e seja transparente e pluralista, defendendo a nação que serve e a *welfare society* que almeja;
- pela vida, pela valorização de todos os gestos de esperança, pelo incentivo às famílias e à natalidade, ou seja, à maternidade e à parentalidade, por uma recusa do fechamento num tempo que recusa a morte porque recusa a vida, e tem uma fé desmedida na tecnocracia e na teocracia, nos pragmatismos e nos fundamentalismos;
- pelo bem comum, com cada um, não só na sua diferença como na sua complementaridade, pelo confronto em ordem à co-configuração, de frente uns para os outros, de pé uns perante os outros, com as nossas diferenças e com o amor e a alegria como prática e como horizonte, tendo em vista a consecução do bem comum, um bem concreto, territorial, histórico, dependente antes de mais da nossa autonomia, da nossa decisão, ação e avaliação;
- pela ocupação do espaço público na sua multipli-

cidade de tempos e lugares (e aqui, a expressão de indignação é ainda pouco, muito pouco!), aproveitando as coletividades, as iniciativas do poder local, os espaços públicos já disponíveis, o empreendedorismo social, as casas de aprender, todos os novos e fantásticos recursos técnicos de que dispomos, em ordem à revitalização do capital social das comunidades;

- pelo imperativo ético de mantermos a história aberta, pela livre manifestação das nossas escolhas, pela criação de tempos e lugares para a manifestação da criatividade, da diferença e do novo, rente à tradição e explodindo de inovação social e solidária, a par de uma inovação científico-técnica humanizada;
- pela prudência nos planos, pela urgente moderação no que toca a usar os recursos comuns, colocados por todos ao serviço do bem comum, pela máxima transparência na sua gestão, aplicação, acompanhamento e avaliação;
- pelo fomento das artes e das letras, em todas as suas manifestações e expressões, como frutos do silêncio, do recolhimento humano e como celebrações da vida e da esperança;
- pela solidariedade para com os povos martirizados de outros continentes, sobretudo por uma sólida e frutífera união com África e com os PALOP, terreno onde podemos continuar a expressar esse tão belo sentido da universalidade que atravessa a nossa cultura;

- pela manifestação e expressão do diferente, do novo, não fazendo nunca economia de nada do que é verdadeiramente justo e humano no mundo;
- pela política, mais política, muita política com laço e com desenlace, agarrando a história concreta de cada momento, pelo empowerment das pessoas concretas (sobretudo as mais frágeis) e pela sinergia das suas imensas disponibilidades em ordem ao desenvolvimento da sua humanidade e da sua vida em comum, entrando pelo tempo concreto dentro, sem medo, com muita humildade acerca do que é possível fazer dignamente, em comum e de modo decente;
- pelo imperativo social de darmos tempo ao tempo, o imperativo da paciência determinada, retorcendo a vara do tempo que é servo do espetacular e do instantâneo, pois só na duração, na polis e na história concreta acontecem os caminhos lentos da melhoria das pessoas e das suas instituições;
- pelo acolhimento social do mistério de cada ser humano e da transcendência que sempre o envolve, recusando com veemência continuar a atirar o essencial e a dimensão religiosa da vida para debaixo do tapete e da história.

Manuel Antunes, em 1979, dizia que “o Portugal de hoje tem necessidade não de saciados mas de famintos em espírito; não de repetidores de gestos próprios ou alheios mas de pesquisadores; não de mandarins mas de profetas; não de reformados da vida mas de comprometidos até ao fundo com a mesma vida; não de ideólogos mas de contemplativos (de contemplativos na

ação, entenda-se); não de representantes do particular, do campanário da própria aldeia (partido, seita, grémio, clube) mas do vasto mundo, literalmente do universal.” Renascer é preciso, para percorrermos com desejo, garra e persistência um caminho diferente com rosto humano, mas com o rosto de todos os humanos, sem exceção.

O tempo de transição tem a graça de ser um tempo aberto. Vamos a caminho de outra “coisa”, de outro modo de vida em comum e de outra definição de prioridades na vida pessoal e comunitária; só não viremos a saber a caminho de quê, se desistirmos de querer ir e de crer num certo caminho (que nunca será um caminho certo!). Não temos de repetir sempre os mesmos erros. Podemos sempre ser mais por e com, ainda que não saibamos definitivamente nem como nem para onde. Ser por... reorientando-nos, neste tempo de tremenda desorientação de pessoas, instituições e países; fazendo a cartografia dos tesouros que temos e podemos levar na mochila, nesta aventura de transição cultural que vivemos. Ir com... humildade, com o laço social, com a cooperação, com o compromisso, seguindo os passos da justiça. Acreditar nisso, é preciso, agir em conformidade é urgente.

Reconheço que a fragilidade, a incerteza e a imprevisibilidade acamparam em cima de nós, que a realidade é muito dura e que somos pequenos... mas somos chamados a esperar, pois quem não espera, desespera.

Lembro-me muitas vezes, neste tempo do carro que segue desgovernado, do Quarteto para o Fim dos Tempos, de O. Messiaen. Em 1941, no frio dia 15 de janeiro, em Górlitz, na Silésia, Messiaen e mais três colegas detidos no campo de concentração entoam ali mesmo, diante do comandante, dos guardas e de perto de quatrocentos prisioneiros, a obra escrita pelo compositor, em torno do Apocalipse de S. João. Um piano, um violoncelo, um violino e um clarinete (toda a graça que ali havia!)

bastam para fazer ouvir o anjo que diz: não haverá mais tempo! Ao fim de sete andamentos, a lembrar os sete dias da criação, ao som de “suaves cascatas de notas azuis e malva, douradas e verdes, vermelho violeta e laranja azulado, dominadas por cinzentos metálicos” (no dizer do próprio compositor), os instrumentistas prisioneiros celebram, sob a fome e tendo como cenário mais provável a morte, a chegada iminente de um novo tempo, o oitavo dia, com um hino à eternidade, “o oito da luz indefectível, da inalterável paz”. De dentro desse tempo aterrador e desta ignominiosa guerra, surge a mensagem de um anjo e a criatividade musical de um compositor que fez com que aquela prisão e condenação tivessem sido vencidas, antes de mais, no interior de tantos seres humanos prisioneiros.

Como disse Nelson Mandela, “é a nossa sabedoria que nos mete medo, não a nossa ignorância”. Chega de palavras.

Até estas palavras hesitei muito em divulgar (muitos meses levam estas palavras escondidas debaixo da cinza!), para não aumentar a Babel já instalada. Precisamos urgentemente de serenidade e de silêncio. Mas há um silêncio que também poder ser cobardia. Pela minha parte, é melhor falar o estritamente necessário e cuidar ainda mais do silêncio. Precisamos muito dele para podermos sentir o perfume do presente e para antever o futuro.

Como disse Isaac de Nínive, “A palavra é o órgão do mundo presente. O silêncio é o mistério do mundo que está a chegar”.

Sophia sintetiza muito bem a súplica que me surge no fim deste caminho:

“Chamo-Te porque tudo está ainda no princípio
E suportar é o tempo mais comprido.

Peço-Te que venhas e me dês a liberdade,
Que um só de Teus olhares me purifique e acabe.

Há muitas coisas que não quero ver.

Peço-te que sejas o presente.
Peço-Te que inundes tudo.
E que o Teu reino antes do tempo venha
E se derrame sobre a Terra
Em Primavera feroz precipitado.” (Coral, 1950)

Feito aqui “onde a terra acaba e o mar começa”, no Porto, Dezembro de 2013.

(esta é a versão 14 de um texto que foi sendo decantado e que espero ir melhorando, em ordem a torná-lo socialmente mais útil)



NOTA FINAL: não sendo este um texto académico e como tem sido fruto de um trabalho que se tem prolongado ao longo de muitos meses, com contributos de algumas pessoas que o vão lendo e comentando, não cuidei das referências bibliográficas. Ainda assim creio que será útil deixar aqui algumas referências a obras que podem ajudar leitores, jovens e adultos, a aprofundar um ou outro ponto aqui brevemente referido ou até a prosseguir a análise do pensamento de um ou outro autor.

Alain Touraine (2013). *La fin des sociétés*. Paris, Seuil.

Barata, André (2012). *Primeiras vontades. Da liberdade política para tempos árdus*. Lisboa: Documenta.

Leite, António Pinto. (2012). *O amor como critério de gestão*. Lisboa, Principia.

Comissão Nacional Justiça e Paz (2011). *Vencer a crise e construir Portugal, na justiça e na solidariedade*.

Innerarity, Daniel (2009). *A sociedade invisível*. Lisboa: Teorema.

Vasconcelos, Diogo (2011). *Inovação social a agenda do futuro. Sete propostas para a mudança*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

Morin, Edgar (2011). *La Voie. Pour l'avenir de l'humanité*. Paris: Fayard.

Lasida, Elena (2013). *O sentido do outro. A crise, uma oportunidade para reinventar laços*.

Francisco Papa (2013). *A Alegria do Evangelho*. Paulinas.

Steiner, George (2009). *Errata: revisões de uma vida*. Lisboa: Relógio d'Água (para começar a ler Steiner, este é um livro autobiográfico, que apresenta a sua própria obra).

Lipovetsky, Gilles. (2012). *A sociedade da decepção*. Lisboa: Edições 70.

Kung, Hans (2010). *Faire confiance à la vie*. Paris: Seuil.

Domin, Hilde (2006). *Estende a mão ao milagre*. Porto: Cosmorama.

Mendonça, José Tolentino de (2011). *Pai-nosso que estais na terra. O pai-nosso aberto a crentes e não-crentes. (e ainda:) O tesouro escondido. Para uma arte da procura interior*. Prior Velho: Paulinas.



